

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	8
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	13
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	15
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	17
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	18
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	19
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	20
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	21
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	22
--------------------------	----

Notas Explicativas	45
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	97
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	99
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	100
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2016
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	9.393.834
Preferenciais	0
Total	9.393.834
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	556.385	749.203
1.01	Ativo Circulante	55.989	84.054
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	118	3.125
1.01.03	Contas a Receber	21.125	22.491
1.01.03.01	Clientes	15.492	17.883
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	5.633	4.608
1.01.03.02.02	Outras Contas a Receber - Partes Relacionadas	5.633	4.608
1.01.04	Estoques	23.936	31.351
1.01.06	Tributos a Recuperar	5.441	5.869
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	5.441	5.869
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.532	1.198
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	3.837	20.020
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas	0	15.284
1.01.08.03	Outros	3.837	4.736
1.01.08.03.03	Outras Contas a Receber	1.065	1.260
1.01.08.03.04	Títulos e Valores Mobiliários Restritos	1.113	1.163
1.01.08.03.05	Adiantamentos a Fornecedores	1.659	2.313
1.02	Ativo Não Circulante	500.396	665.149
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	44.546	49.850
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	25.553	31.073
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	25.553	31.073
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	18.993	18.777
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	1.094	857
1.02.01.09.04	Tributos a Recuperar	6.077	6.150
1.02.01.09.05	Outras Contas a Receber	6.425	6.130
1.02.01.09.06	Títulos e Valores Mobiliários Restritos	5.397	5.640
1.02.02	Investimentos	299.747	455.146
1.02.02.01	Participações Societárias	299.747	455.146
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	299.657	455.056
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	90	90
1.02.03	Imobilizado	85.271	88.497
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	84.985	88.191
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	286	306
1.02.04	Intangível	70.832	71.656
1.02.04.01	Intangíveis	70.832	71.656
1.02.04.01.02	Softwares e Outras Licenças	2.409	2.707
1.02.04.01.03	Desenvolvimento de Novos Produtos	13.009	13.535
1.02.04.01.04	Goodwill	55.414	55.414

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	556.385	749.203
2.01	Passivo Circulante	700.472	190.308
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	16.414	7.983
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	16.414	7.983
2.01.02	Fornecedores	140.718	5.894
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	140.529	5.356
2.01.02.01.02	Fornecedores Não Sujeitos à Recuperação Judicial	140.529	5.356
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	189	538
2.01.02.02.02	Fornecedores Não Sujeitos à Recuperação Judicial	189	538
2.01.03	Obrigações Fiscais	43.820	31.413
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	42.259	29.830
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	42.259	29.830
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	1.375	1.392
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	186	191
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	288.816	9.229
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	203.889	9.229
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	202.507	7.700
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.382	1.529
2.01.04.02	Debêntures	84.927	0
2.01.05	Outras Obrigações	210.704	135.789
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	69.626	86.881
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	69.626	86.881
2.01.05.02	Outros	141.078	48.908
2.01.05.02.05	Comissões a Pagar	863	1.118
2.01.05.02.06	Adiantamento de Clientes	2.630	3.045
2.01.05.02.09	Outras Contas a Pagar	18.511	2.743
2.01.05.02.11	Provisão de Multas Contratuais	119.074	2.023
2.01.05.02.12	Obrigações e Provisões para Riscos Trabalhistas - Sujeitos à Recuperação Judicial	0	39.979
2.02	Passivo Não Circulante	244.877	465.582
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	81.581
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	81.581
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	0	81.581
2.02.02	Outras Obrigações	233.902	305.677
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	224.128	224.301
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	224.128	224.301
2.02.02.02	Outros	9.774	81.376
2.02.02.02.03	Impostos a Recolher	5.018	4.602
2.02.02.02.05	Outras Contas a Pagar	4.756	4.756
2.02.02.02.07	Fornecedores Nacionais Sujeitos à Recuperação Judicial	0	67.944
2.02.02.02.08	Fornecedores Estrangeiros Sujeitos à Recuperação Judicial	0	4.074
2.02.03	Tributos Diferidos	0	73.943
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	73.943
2.02.04	Provisões	10.975	4.381
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	10.975	4.381
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	4.543	506

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	4.872	3.584
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.560	291
2.03	Patrimônio Líquido	-388.964	93.313
2.03.01	Capital Social Realizado	1.853.684	1.853.684
2.03.02	Reservas de Capital	149.732	149.732
2.03.02.04	Opções Outorgadas	13.549	13.549
2.03.02.07	Reserva de Transação de Capital	136.183	136.183
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-2.459.214	-2.036.774
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	66.834	126.671

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	4.530	8.622	8.579	21.076
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-4.719	-9.298	-6.161	-16.211
3.03	Resultado Bruto	-189	-676	2.418	4.865
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-111.582	-116.048	-102.325	-140.778
3.04.01	Despesas com Vendas	-506	-1.428	-1.258	-3.744
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.642	-9.123	-6.533	-11.351
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.056	29.893	5	622
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-7.497	-33.389	-69.948	-76.302
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-99.993	-102.001	-24.591	-50.003
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-111.771	-116.724	-99.907	-135.913
3.06	Resultado Financeiro	-363.926	-382.482	-19.095	-62.014
3.06.01	Receitas Financeiras	213.073	411.658	138.007	286.528
3.06.01.01	Receitas Financeiras	394	888	759	1.232
3.06.01.02	Varição Cambial Ativa	212.679	410.770	137.248	285.296
3.06.02	Despesas Financeiras	-576.999	-794.140	-157.102	-348.542
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-392.194	-437.045	-24.191	-45.589
3.06.02.02	Varição Cambial Passiva	-184.805	-357.095	-132.911	-302.953
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-475.697	-499.206	-119.002	-197.927
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	73.943	73.943	0	0
3.08.02	Diferido	73.943	73.943	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-401.754	-425.263	-119.002	-197.927
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	0	0	0	150
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	0	0	0	150
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-401.754	-425.263	-119.002	-197.777
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-42,76784	-45,27044	-0,05172	-0,05652
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
3.99.02.01	ON	-42,76784	-45,27044	-0,05172	-0,05652

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
4.01	Lucro Líquido do Período	-401.754	-425.263	-119.002	-197.777
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-25.012	-57.014	-9.011	47.575
4.02.01	Varição cambial sobre investimentos no exterior	-25.012	-57.014	-9.011	47.575
4.03	Resultado Abrangente do Período	-426.766	-482.277	-128.013	-150.202

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-23.662	3.028
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-15.507	-22.331
6.01.01.01	Prejuízo do Período das Operações Continuadas e Descontinuadas	-425.263	-197.777
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	4.226	4.509
6.01.01.03	Perda (Ganho) na Alienação de Investimentos	-13.315	-149
6.01.01.04	Equivalência Patrimonial	102.001	50.003
6.01.01.05	Resultado na Venda de Ativo Imobilizado	0	4
6.01.01.06	Encargos Financeiros e Variação Cambial sobre Financiamentos e Debêntures	71.827	59.143
6.01.01.07	Perdas Extraordinárias e Ajuste a Valor de Mercado com Estoques	3.613	0
6.01.01.08	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	-73.943	0
6.01.01.09	Provisão para Perda pela não Recuperabilidade de Ativos	0	60.000
6.01.01.11	Perda com Obsolescência de Estoque	5.024	1.648
6.01.01.12	Provisão de Multas Contratuais	159	0
6.01.01.13	(Reversão) Provisão para Devedores Duvidosos	-519	288
6.01.01.15	Ajuste a Valor Presente	310.683	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-8.155	25.359
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	1.480	14.264
6.01.02.02	Estoques	-1.222	1.905
6.01.02.03	Impostos a Recuperar	501	1.135
6.01.02.04	Outros Ativos	305	1.002
6.01.02.05	Fornecedores	-3.422	2.623
6.01.02.06	Impostos a Recolher	-1.767	-1.534
6.01.02.07	Outras Obrigações e Contas a Pagar	-4.030	5.964
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	25.540	-10.646
6.02.01	Integralização de Capital em Controladas	-3.616	-9.336
6.02.02	Aquisição de Imobilizado	-109	-37
6.02.03	Adição ao Intangível	-67	-1.214
6.02.04	Recursos Provenientes de Venda de Imobilizado	1	8
6.02.05	Pagamento por Aquisição de Investimentos	28.599	0
6.02.06	Títulos e Valores Mobiliários - Conta Restrita	732	697
6.02.07	Alienação de Operações Descontinuadas	0	-764
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-4.885	7.599
6.03.01	Captação de Empréstimos e Financiamentos	3.005	28
6.03.02	(Pagamento) Captação de Empréstimos e Financiamentos - Partes Relacionadas	-4.557	11.151
6.03.06	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	-3.332	-3.169
6.03.07	Pagamento de Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	-1	-411
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-3.007	-19
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.125	137
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	118	118

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.853.684	149.732	0	-2.036.774	126.671	93.313
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.853.684	149.732	0	-2.036.774	126.671	93.313
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-422.440	-59.837	-482.277
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-425.263	0	-425.263
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	2.823	-59.837	-57.014
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-57.014	-57.014
5.05.02.06	Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	0	2.823	-2.823	0
5.07	Saldos Finais	1.853.684	149.732	0	-2.459.214	66.834	-388.964

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.853.684	149.732	0	-1.899.939	-8.119	95.358
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.853.684	149.732	0	-1.899.939	-8.119	95.358
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-197.777	46.409	-151.368
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-198.943	0	-198.943
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	1.166	46.409	47.575
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	47.575	47.575
5.05.02.06	Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	0	1.166	-1.166	0
5.07	Saldos Finais	1.853.684	149.732	0	-2.097.716	38.290	-56.010

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
7.01	Receitas	40.864	23.956
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	10.453	23.468
7.01.02	Outras Receitas	29.893	772
7.01.02.01	Receita de Venda de Investimento	28.599	150
7.01.02.02	Outras Receitas	1.294	622
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	518	-284
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-36.905	-80.642
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	307	-679
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-3.823	-3.661
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	0	-60.000
7.02.04	Outros	-33.389	-16.302
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.959	-56.686
7.04	Retenções	-4.226	-4.509
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-4.226	-4.509
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-267	-61.195
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	309.657	236.525
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-102.001	-50.003
7.06.02	Receitas Financeiras	411.658	286.528
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	309.390	175.330
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	309.390	175.330
7.08.01	Pessoal	11.324	20.042
7.08.01.01	Remuneração Direta	8.428	14.008
7.08.01.02	Benefícios	1.435	2.923
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.461	3.111
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-71.052	4.111
7.08.02.01	Federais	-72.019	2.876
7.08.02.02	Estaduais	936	1.181
7.08.02.03	Municipais	31	54
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	794.381	348.954
7.08.03.01	Juros	794.140	348.542
7.08.03.02	Aluguéis	241	412
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-425.263	-197.777
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-425.263	-197.777

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
1	Ativo Total	662.215	814.031
1.01	Ativo Circulante	162.455	235.735
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.356	31.012
1.01.03	Contas a Receber	53.279	62.330
1.01.03.01	Clientes	53.279	62.330
1.01.04	Estoques	47.745	56.349
1.01.06	Tributos a Recuperar	33.046	30.976
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	33.046	30.976
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.949	4.672
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	22.080	50.396
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas	0	15.284
1.01.08.03	Outros	22.080	35.112
1.01.08.03.02	Títulos e Valores Mobiliários Restritos	1.113	1.163
1.01.08.03.03	Outras Contas a Receber	4.554	7.715
1.01.08.03.04	Adiantamento a Fornecedores	16.413	26.234
1.02	Ativo Não Circulante	499.760	578.296
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	97.808	101.754
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	97.808	101.754
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	25.156	22.275
1.02.01.09.04	Títulos e Valores Mobiliários Restritos	5.397	5.640
1.02.01.09.05	Tributos a Recuperar	37.017	40.455
1.02.01.09.06	Outras Contas a Receber	30.238	33.384
1.02.02	Investimentos	676	676
1.02.02.01	Participações Societárias	676	676
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	676	676
1.02.03	Imobilizado	283.600	354.862
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	235.788	274.009
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	47.812	80.853
1.02.04	Intangível	117.676	121.004
1.02.04.01	Intangíveis	16.533	17.545
1.02.04.01.02	Software e Outras Licenças	2.212	2.650
1.02.04.01.03	Desenvolvimento de Novos Produtos	14.321	14.895
1.02.04.02	Goodwill	101.143	103.459

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2	Passivo Total	662.215	814.031
2.01	Passivo Circulante	871.198	211.624
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	23.533	23.005
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	23.533	23.005
2.01.02	Fornecedores	153.951	29.084
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	152.348	26.664
2.01.02.01.02	Fornecedores Não Sujeitos à Recuperação Judicial	152.348	26.664
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	1.603	2.420
2.01.02.02.02	Fornecedores Não Sujeitos à Recuperação Judicial	1.603	2.420
2.01.03	Obrigações Fiscais	62.878	61.448
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	52.274	49.327
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	506	2.462
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	51.768	46.865
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	9.601	11.212
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.003	909
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	308.534	31.145
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	223.607	31.145
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	207.911	15.194
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	15.696	15.951
2.01.04.02	Debêntures	84.927	0
2.01.05	Outras Obrigações	322.302	66.942
2.01.05.02	Outros	322.302	66.942
2.01.05.02.06	Comissões a Pagar	888	1.131
2.01.05.02.07	Adiantamento de Clientes	3.051	3.783
2.01.05.02.08	Participação no Resultado	0	767
2.01.05.02.10	Outras Contas a Pagar	37.560	19.259
2.01.05.02.12	Provisão de Multas Contratuais	119.074	2.023
2.01.05.02.13	Bonds	161.729	0
2.01.05.02.14	Obrigações e Provisões para Riscos Trabalhistas - Sujeitos à Recuperação Judicial	0	39.979
2.02	Passivo Não Circulante	179.981	509.094
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	5.161	169.203
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	5.161	169.203
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	0	161.026
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	5.161	8.177
2.02.02	Outras Obrigações	20.254	93.643
2.02.02.02	Outros	20.254	93.643
2.02.02.02.04	Impostos a Recolher	9.024	9.000
2.02.02.02.06	Outras Obrigações	11.230	12.625
2.02.02.02.09	Fornecedores Nacional Sujeitos à Recuperação Judicial	0	67.944
2.02.02.02.10	Fornecedores Estrangeiros Sujeitos à Recuperação Judicial	0	4.074
2.02.03	Tributos Diferidos	25.332	120.947
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	25.332	120.947
2.02.04	Provisões	129.234	125.301
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	129.234	125.301
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	50.978	49.219

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2016	Exercício Anterior 31/12/2015
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	66.516	65.306
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	11.740	10.776
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-388.964	93.313
2.03.01	Capital Social Realizado	1.853.684	1.853.684
2.03.01.01	Capital Social	1.853.684	1.853.684
2.03.02	Reservas de Capital	149.732	149.732
2.03.02.04	Opções Outorgadas	13.549	13.549
2.03.02.07	Reserva de Transação de Capital	136.183	136.183
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-2.459.214	-2.036.774
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	66.834	126.671

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	29.332	76.020	65.934	149.147
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-42.682	-97.936	-61.754	-138.040
3.03	Resultado Bruto	-13.350	-21.916	4.180	11.107
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-31.433	-42.411	-108.000	-134.493
3.04.01	Despesas com Vendas	-2.121	-3.997	-3.161	-7.619
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-10.861	-23.277	-14.516	-28.555
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.438	34.689	595	3.069
3.04.04.02	Outras Receitas Operacionais	1.438	34.689	595	3.069
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-19.889	-49.826	-90.547	-101.017
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	0	-371	-371
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-44.783	-64.327	-103.820	-123.386
3.06	Resultado Financeiro	-449.626	-453.891	-15.262	-52.494
3.06.01	Receitas Financeiras	193.719	384.545	174.610	327.292
3.06.01.01	Receitas Financeiras	2.783	3.795	1.292	2.070
3.06.01.02	Variação Cambial Ativa	190.936	380.750	173.318	325.222
3.06.02	Despesas Financeiras	-643.345	-838.436	-189.872	-379.786
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-486.855	-511.651	-12.341	-23.061
3.06.02.02	Variação Cambial Passiva	-156.490	-326.785	-177.531	-356.725
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-494.409	-518.218	-119.082	-175.880
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	92.655	92.955	-11	66
3.08.01	Corrente	-1.819	-2.117	-612	-1.224
3.08.02	Diferido	94.474	95.072	601	1.290
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-401.754	-425.263	-119.093	-175.814
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	0	0	91	-21.963
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	0	0	91	-21.963
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-401.754	-425.263	-119.002	-197.777
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-401.754	-425.263	-119.002	-197.777
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-42,76784	-45,27044	-0,05172	-0,05652
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-42,76784	-45,27044	-0,05172	-0,05652

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-401.754	-425.263	-119.002	-197.777
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-25.012	-57.014	-9.011	47.575
4.02.01	Varição Cambial sobre Investimentos no Exterior	-25.012	-57.014	-9.011	47.575
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-426.766	-482.277	-128.013	-150.202
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-426.766	-482.277	-128.013	-150.202

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-51.664	2.860
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-21.726	-39.113
6.01.01.01	Prejuízo do Período das Operações Continuadas e Descontinuadas	-425.263	-197.777
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	25.216	25.000
6.01.01.04	Equivalência Patrimonial	0	371
6.01.01.05	Resultado na Venda de Ativo Imobilizado	11.712	-396
6.01.01.06	Encargos Financeiros e Variação Cambial sobre Financiamentos e Debêntures	58.025	46.291
6.01.01.07	Perdas Extraordinárias e Ajuste a Valor de Mercado com Estoques	3.613	0
6.01.01.08	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	-92.955	158
6.01.01.09	Provisão para Perda pela Não Recuperabilidade de Ativos	0	60.000
6.01.01.10	(Ganho) Perda na Alienação de Investimento - Operação Descontinuada	-13.315	21.788
6.01.01.11	Perda com Obsolência de Estoque	5.514	2.107
6.01.01.12	Provisão de Multas Contratuais	11.718	1.760
6.01.01.13	(Reversão) Provisão para Devedores Duvidosos	-779	1.585
6.01.01.16	Ajuste a Valor Presente	394.788	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-29.938	41.973
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-4.561	7.756
6.01.02.02	Estoques	-1.123	5.707
6.01.02.03	Impostos a Recuperar	-4.688	890
6.01.02.04	Outros Ativos	19.196	4.038
6.01.02.05	Fornecedores	-6.243	11.920
6.01.02.06	Tributos a Recolher	-14.486	2.632
6.01.02.07	Outras Obrigações e Contas a Pagar	-18.033	9.030
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	27.606	10.158
6.02.03	Aquisição de Imobilizado	-2.117	-3.069
6.02.04	Adição ao Intangível	-66	-1.208
6.02.05	Títulos e Valores Mobiliários - Conta Restrita	1.184	742
6.02.06	Alienação de Operações Descontinuadas	0	11.922
6.02.09	Recurso Proveniente de Venda de Investimento	28.599	0
6.02.11	Recurso Proveniente de Venda de Imobilizado	6	1.771
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-4.596	-9.815
6.03.01	Captação de Empréstimos e Financiamentos	32.159	100.416
6.03.07	Pagamento de Financiamentos	-35.111	-106.219
6.03.08	Pagamento de Juros sobre Financiamentos	-1.644	-4.012
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	-2	1
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-28.656	3.204
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	31.012	3.581
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.356	6.785

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.853.684	149.732	0	-2.036.774	126.671	93.313	0	93.313
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.853.684	149.732	0	-2.036.774	126.671	93.313	0	93.313
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-422.440	-59.837	-482.277	0	-482.277
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-425.263	0	-425.263	0	-425.263
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	2.823	-59.837	-57.014	0	-57.014
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-57.014	-57.014	0	-57.014
5.05.02.06	Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	0	2.823	-2.823	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.853.684	149.732	0	-2.459.214	66.834	-388.964	0	-388.964

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.853.684	149.732	0	-1.899.939	-8.119	95.358	0	95.358
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.853.684	149.732	0	-1.899.939	-8.119	95.358	0	95.358
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-197.777	46.409	-151.368	0	-151.368
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-198.943	0	-198.943	0	-198.943
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	1.166	46.409	47.575	0	47.575
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	47.575	47.575	0	47.575
5.05.02.06	Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	0	1.166	-1.166	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.853.684	149.732	0	-2.097.716	38.290	-56.010	0	-56.010

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015
7.01	Receitas	120.757	182.962
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	85.346	165.645
7.01.02	Outras Receitas	34.689	18.542
7.01.02.01	Receita de Vendas de Investimentos	28.599	15.477
7.01.02.02	Outras Receitas	6.090	3.065
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	722	-1.225
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-84.634	-188.033
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-7.030	-20.626
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-27.778	-29.130
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	0	-60.000
7.02.04	Outros	-49.826	-78.277
7.03	Valor Adicionado Bruto	36.123	-5.071
7.04	Retenções	-25.216	-25.000
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-25.216	-25.000
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	10.907	-30.071
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	384.545	326.996
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	0	-371
7.06.02	Receitas Financeiras	384.545	327.367
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	395.452	296.925
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	395.452	296.925
7.08.01	Pessoal	57.371	93.862
7.08.01.01	Remuneração Direta	38.681	71.035
7.08.01.02	Benefícios	9.317	13.343
7.08.01.03	F.G.T.S.	9.373	9.484
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-77.006	19.546
7.08.02.01	Federais	-80.886	14.739
7.08.02.02	Estaduais	2.403	2.945
7.08.02.03	Municipais	1.477	1.862
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	840.350	381.294
7.08.03.01	Juros	838.436	379.975
7.08.03.02	Aluguéis	1.914	1.319
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-425.263	-197.777
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-425.263	-197.777



Desempenho Econômico- Financeiro 2T16



Recuperação Judicial

Em 25 de maio de 2015, conforme divulgado por meio de Fato Relevante, a Companhia ajuizou, em conjunto com outras empresas do Grupo Lupatech, pedido de recuperação judicial. O pedido foi deferido pela justiça em 23 de junho de 2015 e todas as informações referentes ao processo estão disponíveis no website da CVM e de relações com investidores da Lupatech S.A.- Em Recuperação Judicial.

Em 24 de agosto de 2015, a Companhia apresentou o Plano de Recuperação Judicial com a discriminação dos meios de recuperação a serem empregados, como também o laudo de avaliação dos bens e ativos da Companhia. A Companhia apresentou também a relação dos credores que serão pagos nos termos e condições indicados no plano.

Em 18 de novembro de 2015, a Assembleia Geral dos Credores aprovou o Plano de Recuperação Judicial, sendo o mesmo homologado em 11 de dezembro de 2015 pelo juízo da 1ª Vara de Falências, Recuperações Judiciais e Conflitos Relacionados à Arbitragem da Capital de São Paulo, sem quaisquer ressalvas.

Em 27 de junho de 2016, a 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo deu provimento a agravos de instrumento interpostos por dois credores, no sentido de anular a decisão homologatória do Plano de Recuperação Judicial do Grupo Lupatech, proferida pelo D. Juízo da 1ª Vara de Falências, Recuperações Judiciais e Conflitos Relacionadas à Arbitragem da Comarca de São Paulo.

O Grupo Lupatech na data de 14 de julho de 2016, apresentou manifestação nos autos da recuperação judicial pleiteando a prorrogação do “*stay period*” pelo período de 90 dias, por razões alheias a vontade do Grupo Lupatech, tendo em vista o provimento dado aos Agravos de Instrumento e a consequente anulação do Plano, o qual foi deferido em 18 de julho de 2016. Portanto, por cautela, considera-se que, nessa data, o Grupo Lupatech tomou ciência dos Acórdãos que anularam o Plano e, conseqüentemente, o Plano perdeu sua eficácia, deixando de obrigar o Grupo Lupatech e seus credores aos termos nele previstos.

O Grupo Lupatech opôs seus embargos de declaração contra os Acórdãos, visando ao prequestionamento da matéria e preparação do futuro recurso especial, e apresentou petição de prorrogação “*stay period*” nos autos da Recuperação Judicial.

Não obstante, sem prejuízo de eventual recurso especial a ser interposto e salvo eventual liminar favorável neste recurso, o Grupo Lupatech deverá apresentar novo Plano de Recuperação Judicial no prazo de 45 dias da publicação do Acórdão, o qual será levado à votação em Assembleia Geral de Credores e a homologação pelo Juízo.

Desempenho Econômico-Financeiro

Receita Líquida

Receita Líquida (R\$ mil)	2T15	2T16	Var. %	1T16	2T16	Var. %	1S15	1S16	Var. %
Produtos	9.684	6.562	-32,2%	5.748	6.562	14,2%	23.384	12.310	-47,4%
Válvulas Oil&Gas	3.184	587	-81,6%	806	587	-27,2%	6.256	1.393	-77,7%
Válvulas Industriais	2.797	5.975	113,6%	4.942	5.975	20,9%	6.058	10.917	80,2%
Cabos de Ancoragem e Outros Produtos	3.703	-	n/a	-	-	n/a	11.070	-	-100,0%
Serviços	56.250	22.770	-59,5%	40.940	22.770	-44,4%	125.763	63.710	-49,3%
Oilfield Services Brasil	32.356	17.031	-47,4%	24.778	17.031	-31,3%	72.160	41.809	-42,1%
Oilfield Services Colômbia	19.979	5.739	-71,3%	10.992	5.739	-47,8%	41.645	16.731	-59,8%
Tubular Services & Coating	3.915	-	-100,0%	5.170	-	-100,0%	11.958	5.170	-56,8%
Total	65.934	29.332	-55,5%	46.688	29.332	-37,2%	149.147	76.020	-49,0%

A Receita Líquida Consolidada no 2T16 atingiu R\$ 29,3 milhões, versus R\$ 65,9 milhões apurados no 2T15 e R\$ 46,7 milhões no 1T16, redução de 55,5% e 37,2%, respectivamente. No acumulado do semestre, a Receita Líquida Consolidada atingiu no 1S16 R\$ 76,0 milhões versus R\$ 149,1 milhões no 1S15, redução de 49,0%.

O Segmento de Produtos apresentou redução de 32,2% e 47,4% na Receita Líquida comparativa do 2T16 com o 2T15 e do 1S16 com o 1S15, respectivamente, passando de R\$ 9,7 milhões no 2T15 para R\$ 6,6 milhões no 2T16 e de R\$ 23,4 milhões no 1S15 para R\$ 12,3 milhões no 1S16. Tal diminuição foi consequência principalmente da crise do segmento de *Oil&Gas* e da consequente redução da demanda, especialmente sentida nas divisões de Válvulas *Oil&Gas* e Cabos de Ancoragem, sendo que a retomada da carteira de pedidos deverá ser lenta.

Por outro lado, no comparativo do 2T16 com o 1T16, o Segmento de Produtos apresentou aumento de 14,2% na Receita Líquida, passando de R\$ 5,7 milhões no 1T16 para R\$ 6,6 milhões no 2T16, devido a *performance* da divisão de Válvulas Industriais que, apesar do cenário de crise da economia nacional, com a adequada disponibilidade de capital de giro no período permitindo que a empresa acessasse novamente o mercado, apresentou um crescimento de 20,9%. No acumulado do semestre, a Receita Líquida da divisão de Válvulas Industriais apresentou aumento de 80,2% em relação ao 1S15.

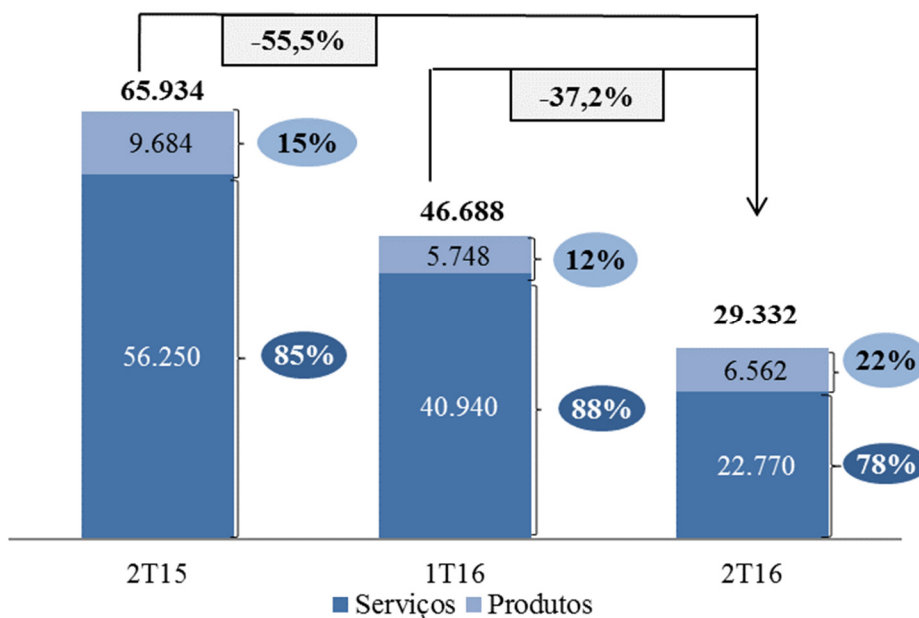
O Segmento de Serviços apresentou redução na Receita Líquida nos três períodos comparativos: 59,5% e 44,4% na comparação do 2T16 com o 2T15 e com o 1T16, respectivamente; e redução de 49,3% no acumulado do semestre, passando de R\$ 125,8 milhões no 1S15 para R\$ 63,7 milhões no 1S16.

A queda na Receita Líquida das operações na Colômbia de 71,3% no 2T16 em comparação com o 2T15, 47,8% no 2T16 em comparação com o 1T16 e de 59,8% no 1S16 em comparação com o 1S15, afetadas pela diminuição do preço do petróleo, que impactou fortemente a demanda de serviços pelos clientes, foi um dos fatores de redução na Receita Líquida do Segmento de Serviços nos três períodos comparativos.

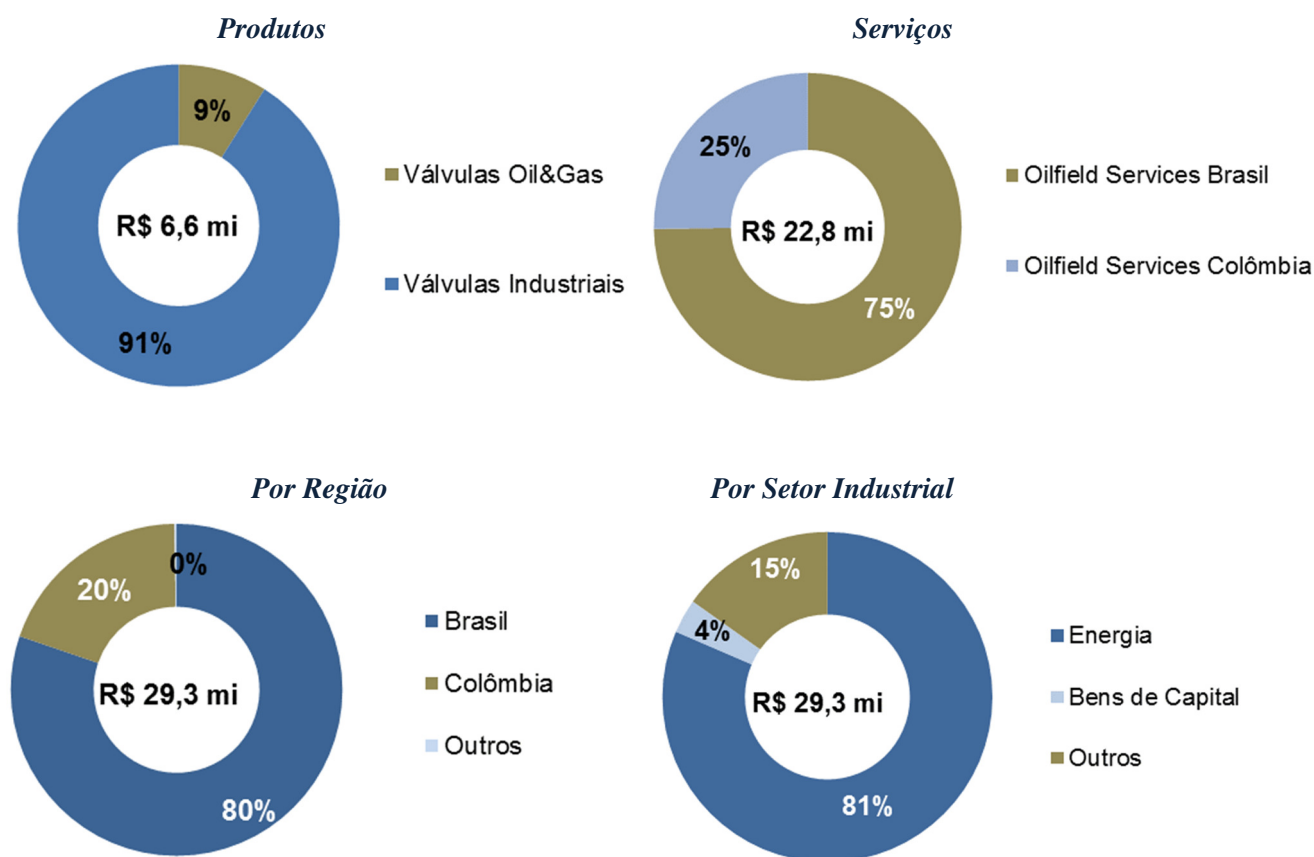
As operações da divisão de *Oilfield Services* Brasil apresentaram uma redução da Receita Líquida de 47,4% e 31,3% no comparativo do 2T16 com o 2T15 e com o 1T16, respectivamente, e uma redução de 42,1% no acumulado do semestre em comparação com o 1S15, principalmente em função da redução da demanda de serviços da Petrobrás e término de contratos existentes.

As operações da divisão de *Tubular Services & Coating* não apresentaram Receita Líquida no segundo trimestre de 2016 devido ao término de contratos existentes, resultando numa diminuição de 56,8% na Receita Líquida dessa divisão no acumulado do semestre, passando de R\$ 11,9 milhões no 1S15 para R\$ 5,2 milhões no 1S16.

Receita Operacional Líquida (R\$ mil)



Distribuição da Receita – 2T16



Em 30 de junho de 2016 a carteira de pedidos *Backlog* da Companhia somou R\$ 0,3 bilhão. A realização deste *Backlog* está concentrada nos próximos dezoito meses e o montante representa o saldo previsto nos contratos firmados, mesmo que sem garantia de consumo, descontados dos valores já faturados.

Custo dos Produtos Vendidos – CPV

CPV (R\$ mil)	2T15	2T16	Var. %	1T16	2T16	Var. %	1S15	1S16	Var. %
Produtos	6.876	6.505	-5,4%	6.340	6.505	2,6%	18.409	12.845	-30,2%
Serviços	54.878	36.177	-34,1%	48.914	36.177	-26,0%	119.631	85.091	-28,9%
Total	61.754	42.682	-30,9%	55.254	42.682	-22,8%	138.040	97.936	-29,1%

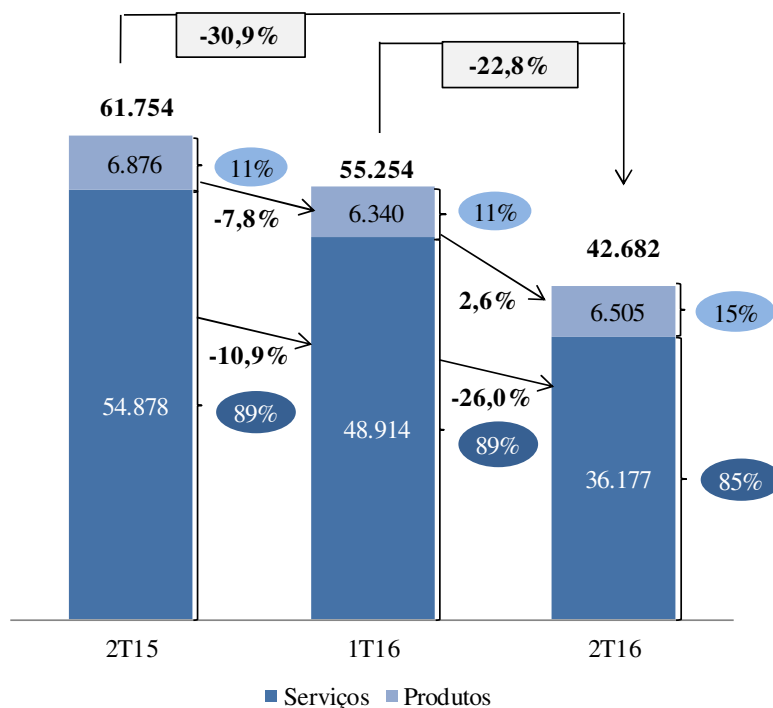
O Custo dos Produtos Vendidos (CPV) Consolidado apresentou redução nos três períodos comparativos: 30,9% no 2T16 em comparação com o 2T15 (R\$ 42,7 milhões no 2T16 versus R\$ 61,7 milhões no 2T15), 22,8% no 2T16 em comparação com o 1T16 (R\$ 42,7 milhões no 2T16 versus R\$ 55,2 milhões no 1T16) e 29,1% no acumulado do primeiro semestre de 2016 em comparação com o mesmo período de 2015 (R\$ 97,9 milhões no 1S16 versus R\$ 138,0 milhões no 1S15).

Tanto no Segmento de Produtos quanto no Segmento de Serviços, a diminuição do CPV Consolidado ocorreu principalmente devido à redução dos custos operacionais como resultado do processo de reestruturação da Companhia para adequação ao patamar de receitas, sendo os custos com pessoal a maior dessas reduções (R\$ 19,8 milhões de redução de custos com pessoal no período comparativo do 2T16 com o 2T15, R\$ 8,7 milhões no comparativo do 2T16 com o 1T16 e R\$ 29,8 milhões de redução no acumulado do semestre em relação ao 1S15).

O Custo dos Produtos Vendidos (CPV) do Segmento de Produtos aumentou 2,6% no 2T16 em comparação com o 1T16, passando de R\$ 6,3 milhões no 1T16 para R\$ 6,5 milhões no 2T16, devido ao aumento na Receita Líquida da divisão de Válvulas Industriais nesse período comparado.

Embora as reduções com custos de pessoal tenham sido elevadas, a redução do CPV Consolidado nos três períodos comparativos foi menor que a redução da Receita Líquida nos respectivos períodos devido principalmente ao impacto das rescisões (R\$ 4,1 milhões no 2T16 e R\$ 8,3 milhões no 1S16), além da não diluição dos custos operacionais fixos.

CPV (R\$ mil)



Lucro Bruto e Margem Bruta

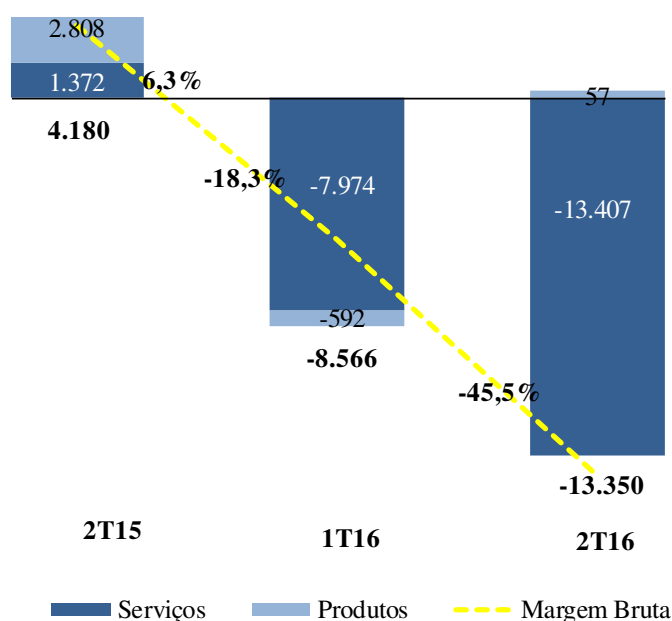
Lucro Bruto (R\$ mil)	2T15	2T16	Var. %	1T16	2T16	Var. %	1S15	1S16	Var. %
Produtos	2.808	57	-98,0%	-592	57	n/a	4.975	-535	n/a
Margem Bruta - Produtos	29,0%	0,9%	-28,1 p.p.	-10,3%	0,9%	11,2 p.p.	21,3%	-4,3%	-25,6 p.p.
Serviços	1.372	-13.407	n/a	-7.974	-13.407	68,1%	6.132	-21.381	n/a
Margem Bruta - Serviços	2,4%	-58,9%	-61,3 p.p.	-19,5%	-58,9%	-39,4 p.p.	4,9%	-33,6%	-38,5 p.p.
Total	4.180	-13.350	n/a	-8.566	-13.350	55,8%	11.107	-21.916	n/a
Margem Bruta Total	6,3%	-45,5%	-51,8 p.p.	-18,3%	-45,5%	-27,2 p.p.	7,4%	-28,8%	-36,2 p.p.

Devido à redução da Receita Líquida Consolidada de R\$ 36,6 milhões (55,5%), dos custos com rescisões que somaram R\$ 4,1 milhões e do impacto dos custos fixos, o Lucro Bruto Total foi negativo em R\$ 13,4 milhões no 2T16 em comparação com o valor positivo de R\$ 4,2 milhões no 2T15.

Em comparação com o 1T16, apesar do aumento no Lucro Bruto do Segmento de Produtos e do crescimento de 11,2 pontos percentuais na Margem Bruta devido a *performance* da divisão de Válvulas Industriais no 2T16 em comparação com o 1T16, o Lucro Bruto Total passou do montante negativo de R\$ 8,6 milhões e Margem Bruta Total negativa de 18,3% no 1T16 para um Lucro Bruto negativo de R\$ 13,4 milhões e Margem Bruta Total negativa de 45,5% no 2T16 em função do desempenho do Segmento de Serviços, que teve redução de R\$ 18,2 milhões na Receita Líquida e R\$ 3,7 milhões de custos com rescisões no período.

No acumulado do semestre, o Lucro Bruto Total foi negativo de R\$ 21,9 milhões e a Margem Bruta negativa de 28,8%, resultado principalmente da não diluição dos custos fixos, da redução de R\$ 73,1 milhões na Receita Líquida e dos custos com rescisões no montante de R\$ 8,3 milhões.

Lucro Bruto (R\$ mil) e Margem Bruta (%)



Despesas

Despesas (R\$ mil)	2T15	2T16	Var. %	1T16	2T16	Var. %	1S15	1S16	Var. %
Total de Despesas com Vendas	3.161	2.121	-32,9%	1.876	2.121	13,1%	7.619	3.997	-47,5%
Despesas com Vendas - Produtos	1.491	818	-45,1%	1.093	818	-25,2%	4.355	1.911	-56,1%
Despesas com Vendas - Serviços	1.670	1.303	-22,0%	783	1.303	66,4%	3.264	2.086	-36,1%
Total de Despesas Administrativas	11.668	9.806	-16,0%	11.361	9.806	-13,7%	24.414	21.167	-13,3%
Despesas Administrativas - Produtos	3.608	3.321	-8,0%	3.120	3.321	6,4%	7.455	6.441	-13,6%
Despesas Administrativas - Serviços	8.060	6.485	-19,5%	8.241	6.485	-21,3%	16.959	14.726	-13,2%
Honorários dos Administradores	2.848	1.055	-63,0%	1.055	1.055	0,0%	4.141	2.110	-49,0%
Total de Despesas Vendas, Administrativas e Honorários dos Administradores	17.677	12.982	-26,6%	14.292	12.982	-9,2%	36.174	27.274	-24,6%

As Despesas com Vendas, Administrativas e Honorários dos Administradores apresentaram redução nos três períodos comparativos: 26,6% no 2T16 comparativamente ao 2T15 (R\$ 13,0 milhões no 2T16 versus R\$ 17,7 milhões no 2T15), 9,2% no 2T16 comparativamente ao 1T16 (R\$ 13,0 milhões no 2T16 versus R\$ 14,3 milhões no 1T16) e 24,6% no comparativo acumulado do primeiro semestre de 2016 que alcançou R\$ 27,3 milhões versus R\$ 36,2 milhões no 1S15.

As Despesas com Vendas reduziram 32,9% no 2T16 em comparação com o 2T15 (de R\$ 3,2 milhões no 2T15 para R\$ 2,1 milhões no 2T16), principalmente devido ao desempenho do Segmento de Produtos que apresentou reversão de R\$ 0,6 milhão de provisão para perdas no recebimento de crédito na divisão de Válvulas *Oil&Gas*. No acumulado do semestre, as Despesas com Vendas reduziram 47,5% (de R\$ 7,6 milhões no 1S15 para R\$ 4,0 milhões no 1S16), sendo novamente o Segmento de Produtos o principal responsável por essa redução, em especial devido a reversão de R\$ 0,9 milhões de perdas no recebimento de crédito, redução de R\$ 0,7 milhões de multas de clientes e de R\$ 0,5 milhões de despesas com comissões no 1S16 em comparação com o 1S15 nesse Segmento.

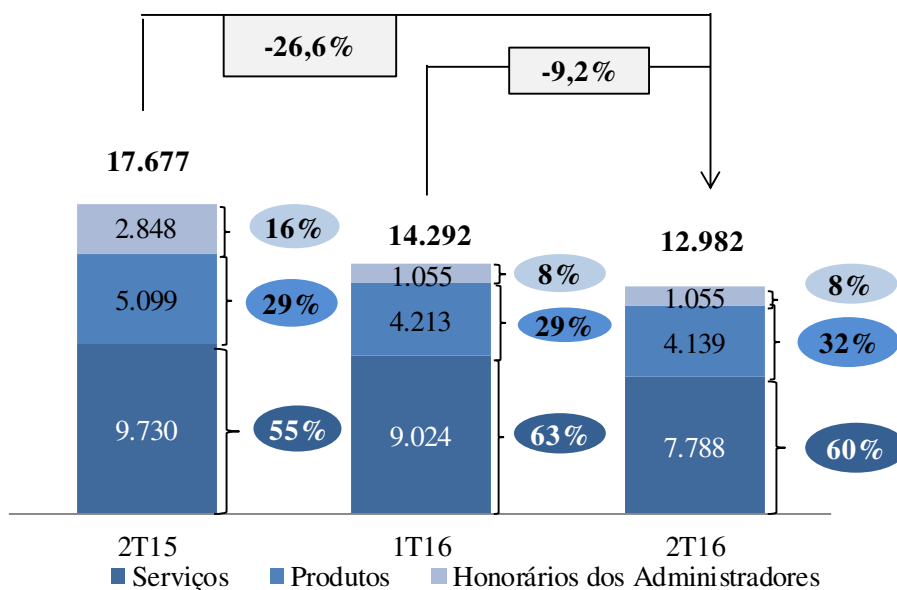
No comparativo do 2T16 com o 1T16, as Despesas com Vendas passaram de R\$ 1,9 milhões no 1T16 para R\$ 2,1 milhões no 2T16, aumento de 13,1%, devido principalmente ao reconhecimento de R\$ 1,0 milhão de multas com clientes no 2T16 na divisão de Tubular *Services & Coating* no Segmento de Serviços.

As Despesas Administrativas apresentaram redução nos três períodos comparativos: 16,0% e 13,7% no comparativo do 2T16 com o 2T15 e com o 1T16, respectivamente, e 13,3% no acumulado do 1S16 com o 1S15, devido principalmente a redução das despesas com salários no Segmento de Serviços.

As Despesas Administrativas do Segmento de Produtos aumentaram 6,4% no comparativo do 2T16 com o 1T16, principalmente devido ao aumento nas despesas com serviços de segurança e vigilância e alugueis na divisão de Cabos de Ancoragem.

Os Honorários dos Administradores se mantiveram estáveis no montante de R\$ 1,1 milhão no 1T16 e no 2T16. Já no comparativo do 2T16 com o 2T15, os Honorários dos Administradores reduziram 63,0% e no comparativo do 1S16 com o 1S15 reduziram 49,0%, passando de R\$ 4,1 milhões no 1S15 para R\$ 2,1 milhões no 1S16.

Despesas Operacionais (R\$ mil)



Outras (Receitas) e Despesas Operacionais

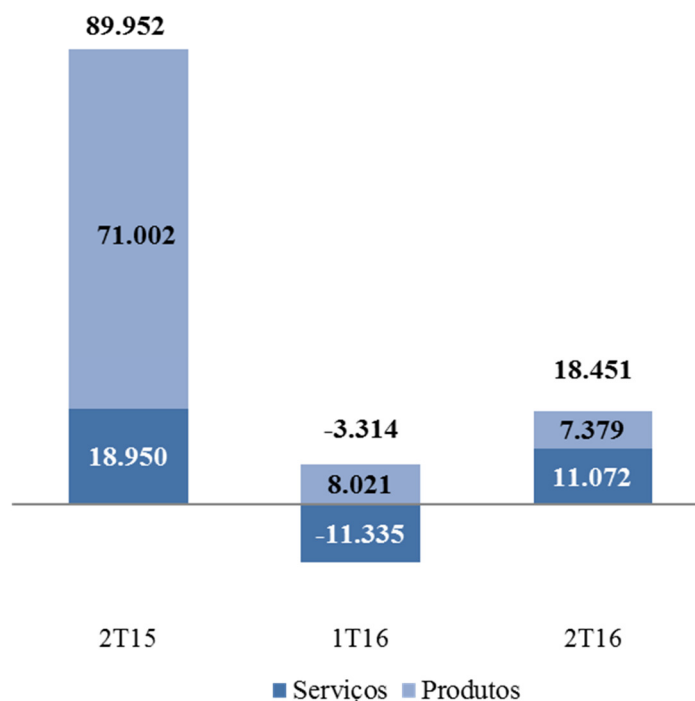
Outras Despesas (Receitas) (R\$ mil)	2T15	2T16	Var. %	1T16	2T16	Var. %	1S15	1S16	Var. %
Produtos	71.002	7.379	-89,6%	8.021	7.379	-8,0%	77.808	15.400	-80,2%
Serviços	18.950	11.072	-41,6%	-11.335	11.072	-197,7%	20.140	-263	-101,3%
Total	89.952	18.451	-79,5%	-3.314	18.451	-656,8%	97.948	15.137	-84,5%

As Outras Despesas Operacionais no montante de R\$ 18,4 milhões 2T16, estão relacionadas principalmente aos seguintes fatores: (i) R\$ 11,7 milhões de perda na alienação de ativo imobilizado; (ii) R\$ 3,3 milhões de despesas com ociosidade da produção (R\$ 9,7 milhões no 2T15 e R\$ 3,4 milhões no 1T16); (iii) R\$ 2,0 milhões de provisão para perdas com obsolescência de estoques (R\$ 2,1 milhões no 2T15 e R\$ 7,1 milhões no 1T16) e R\$ 0,7 milhão de provisão para perdas com processos judiciais (R\$ 18,4 milhões no 2T15 e R\$ 0,7 milhão de reversão no 1T16).

No comparativo do 2T16 com o 2T15, as Outras Despesas Operacionais reduziram 79,5% principalmente devido ao reconhecimento de R\$ 60,0 milhões de perda pela não recuperabilidade de ágio da unidade Cordoaria São Leopoldo no 2T15, não recorrente no 2T16.

No acumulado do semestre, as Outras Despesas Operacionais reduziram 84,5%, passando de R\$ 97,9 milhões no 1S15 para R\$ 15,1 milhões no 1S16, principalmente devido ao reconhecimento de R\$ 60,0 milhões de perda pela não recuperabilidade de ágio ocorrida no 1S15, não recorrente no 1S16 como mencionado acima, bem como pela receita com a baixa do investimento Vicinay Marine S.L no montante de R\$ 13,3 milhões reconhecido no 1S16.

Outras Despesas Operacionais (R\$ mil)



Resultado Financeiro

Resultado Financeiro (R\$ mil)	2T15	2T16	Var. %	1T16	2T16	Var. %	1S15	1S16	Var. %
Rendas de Aplicações Financeiras	207	480	131,9%	411	480	16,8%	406	891	119,5%
Varição Monetária	62	573	824,2%	178	573	221,9%	234	751	220,9%
Juros sobre recebíveis	564	310	-45,0%	308	310	0,6%	868	618	-28,8%
Outros	459	1.420	209,4%	115	1.420	1134,8%	562	1.535	173,1%
Receita Financeira*	1.292	2.783	115,4%	1.012	2.783	175,0%	2.070	3.795	83,3%
(Despesa) Reversão de Despesa com Juros	-9.265	-72.801	685,8%	-3.901	-72.801	1766,2%	-16.062	-76.702	377,5%
Ajuste a Valor Presente	-	-393.792	n/a	-996	-393.792	39437,3%	-	-394.788	n/a
Descontos Concedidos	-	-	n/a	-765	-	n/a	-	-765	n/a
(Provisão) Reversão de Juros sobre Fornecedores	-944	-16.475	1645,2%	-2.300	-16.475	616,3%	-1.511	-18.775	1142,6%
Multas e juros sobre impostos	-302	-1.802	496,7%	-15.455	-1.802	-88,3%	-992	-17.257	1639,6%
Despesas Bancárias, Impostos e Outros	-1.830	-1.985	8,5%	-1.379	-1.985	43,9%	-4.496	-3.364	-25,2%
Despesa Financeira*	-12.341	-486.855	3845,0%	-24.796	-486.855	1863,4%	-23.061	-511.651	2118,7%
Resultado Financeiro Líquido*	-11.049	-484.072	4281,1%	-23.784	-484.072	1935,3%	-20.991	-507.856	2319,4%
Receita de Variação Cambial	173.318	190.936	10,2%	189.814	190.936	0,6%	325.222	380.750	17,1%
Despesa de Variação Cambial	-177.531	-156.490	-11,9%	-170.295	-156.490	-8,1%	-356.725	-326.785	-8,4%
Varição Cambial Líquida	-4.213	34.446	n/a	19.519	34.446	76,5%	-31.503	53.965	n/a
Resultado Financeiro Líquido Total	-15.262	-449.626	2846,0%	-4.265	-449.626	10442,2%	-52.494	-453.891	764,7%

* Excluindo Variação Cambial

A Receita Financeira Total (excluindo Variação Cambial) no 2T16 atingiu R\$ 2,8 milhões versus R\$ 1,3 milhão no 2T15 e R\$ 1,0 milhão no 1T16, um aumento de 115,4% e 175,0%, respectivamente, devido principalmente ao aumento da variação monetária sobre impostos a compensar e pela recuperação de impostos e contribuições no montante de R\$ 1,4 milhões no 2T16.

Em comparação com o primeiro semestre de 2015, a Receita Financeira Total (excluindo Variação Cambial) aumentou de R\$ 2,1 milhões no 1S15 para R\$ 3,8 milhões no 1S16 devido principalmente a recuperação de

impostos e contribuições no montante de R\$ 1,4 milhões, ao aumento de R\$ 0,5 milhões de variação monetária sobre impostos a compensar e ao aumento de R\$ 0,5 milhões de rendas de aplicações financeiras.

A Despesa Financeira Total (excluindo Variação Cambial) aumentou de R\$ 12,3 milhões no 2T15 e de R\$ 24,8 milhões no 1T16 para R\$ 486,9 milhões no 2T16, devido ao reconhecimento de R\$ 393,8 milhões de despesa com ajuste a valor presente dos fornecedores, empréstimos, multas, debêntures e dos *Bonds*, como reversão do valor lançado no 4T15 em resultado da anulação do Plano de Recuperação Judicial da Companhia em 27 de junho de 2016. Adicionalmente, como consequência da anulação do Plano, as despesas de juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e fornecedores aumentaram nos períodos comparativos.

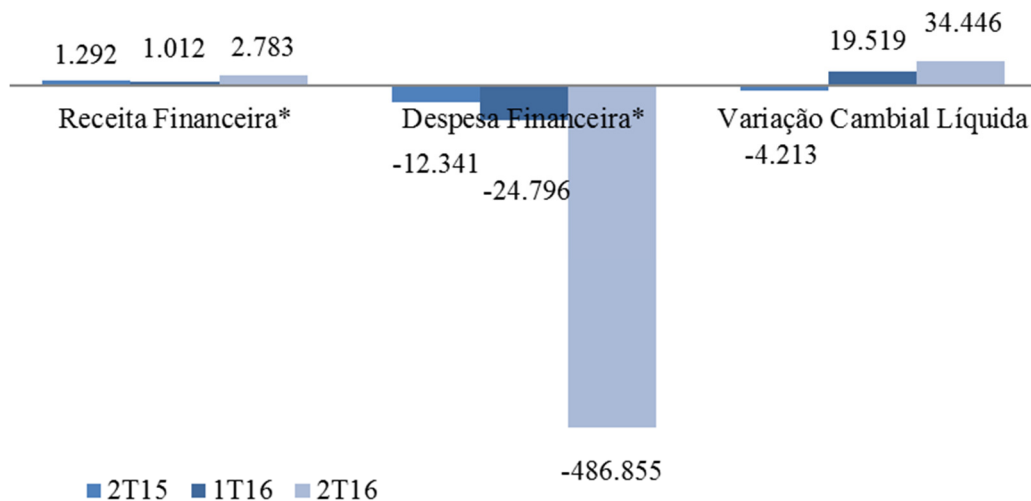
No acumulado do primeiro semestre de 2016, a Despesa Financeira Total (excluindo Variação Cambial) atingiu R\$ 511,6 milhões versus R\$ 23,1 milhões no 1S15. Tal aumento foi consequência principalmente do reconhecimento de R\$ 394,8 milhões de ajuste a valor presente dos fornecedores, empréstimos, multas, debêntures e dos *Bonds* e do aumento de R\$ 77,9 milhões de juros sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e fornecedores em resultado da anulação do Plano de Recuperação Judicial da Companhia, bem como devido ao registro de R\$ 17,3 milhões de multa e juros de mora sobre impostos.

A Variação Cambial Líquida no 2T16 resultou em receita de R\$ 34,4 milhões versus uma despesa de R\$ 4,2 milhões no 2T15 afetada pela desvalorização de 9,8% na moeda norte-americana frente ao Real no 2T16 versus uma desvalorização de 3,3% na moeda norte-americana no 2T15. No 1T16, a Variação Cambial Líquida resultou em receita de R\$ 19,5 milhões afetada pela desvalorização de 8,9% na moeda norte-americana frente ao Real no 1T16. No acumulado do semestre, a Variação Cambial Líquida resultou em receita de R\$ 53,9 milhões no 1S16 versus despesa de R\$ 31,5 milhões no 1S15, afetada pela desvalorização de 17,8% do dólar frente ao real no 1S16 versus uma valorização de 16,8% na moeda no 1S15.

O Resultado Financeiro Líquido Total no 2T16 resultou em despesa de R\$ 449,6 milhões devido principalmente ao reconhecimento da despesa de ajuste a valor presente das obrigações da Companhia no montante de R\$ 393,8 milhões no 2T16.

O Resultado Financeiro Líquido Total passou de uma despesa de R\$ 52,5 milhões no 1S15 para R\$ 453,9 milhões no 1S16, especialmente devido ao reconhecimento da despesa de ajuste a valor presente das obrigações da Companhia no montante de R\$ 394,8 milhões reconhecidas no 1S16.

Composição do Resultado Financeiro (R\$ mil)



* Excluindo Variação Cambial

EBITDA Ajustado das Atividades Continuadas¹

O EBITDA Ajustado Consolidado das Atividades Continuadas foi negativo em R\$ 11,5 milhões no 2T16 ante resultado negativo de R\$ 1,5 milhões no 2T15 e resultado positivo de R\$ 4,7 milhões no 1T16. A Margem EBITDA foi negativa de 39,1% no 2T16, com variação negativa de 36,9 e 49,3 pontos percentuais em comparação com as apresentadas no 2T15 e 1T16, respectivamente.

EBITDA Ajustado (R\$ mil)	2T15	2T16	Var. R\$	Var. %	1T16	2T16	Var. R\$	Var. %	1S15	1S16	Var. R\$	Var. %
Produtos	- 5.710	- 4.375	1.335	-23,4%	- 3.233	- 4.375	- 1.142	35,3%	- 13.579	- 7.608	5.971	-44,0%
Margem	-59,0%	-66,7%	-7,7 p.p.		-56,2%	-66,7%	-10,5 p.p.		-58,1%	-61,8%	-3,7 p.p.	
Serviços	4.259	- 7.093	- 11.352	n/a	7.977	- 7.093	- 15.070	-188,9%	8.008	884	- 7.125	n/a
Margem	7,6%	-31,2%	-38,8 p.p.		19,5%	-31,2%	-50,7 p.p.		6,4%	1,4%	-5,0 p.p.	
Total	- 1.451	- 11.468	- 10.017	690,4%	4.744	- 11.468	- 16.212	-341,7%	- 5.570	- 6.724	- 1.154	20,7%
Margem	-2,2%	-39,1%	-36,9 p.p.		10,2%	-39,1%	-49,3 p.p.		-3,7%	-8,8%	-5,1 p.p.	
% Produtos	394%	38%			-68%	38%			244%	113%		
% Serviços	-294%	62%			168%	62%			-144%	-13%		

Tanto o EBITDA Ajustado Consolidado do Segmento de Produtos quanto o do Segmento de Serviços apresentaram valores negativos no 2T16, consequência principalmente da redução da demanda de serviços e produtos, resultado da crise do segmento de *Oil&Gas*, criando limitações à captura de novas receitas. A variação positiva de R\$ 1,3 milhão no EBITDA do Segmento de Produtos do 2T16 comparativamente ao do

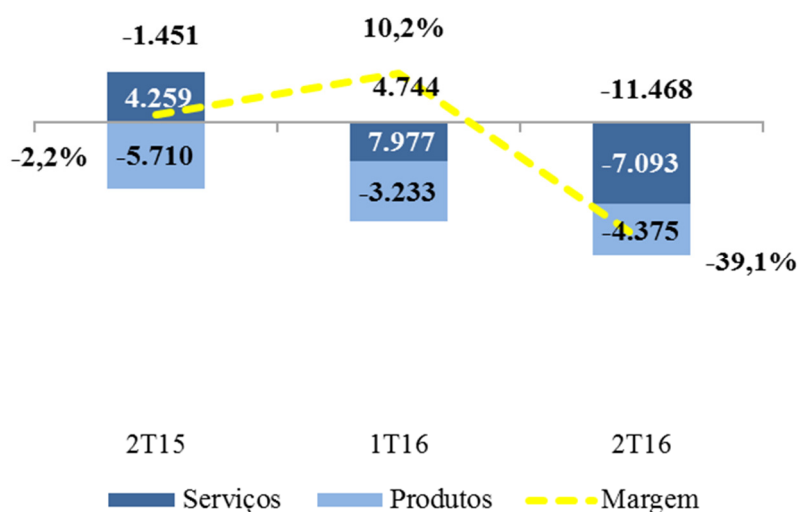
¹ *Ebitda das Atividades Continuadas* é calculado como o lucro (prejuízo) líquido das atividades continuadas, antes do imposto de renda e da contribuição social, das receitas (despesas) financeiras, do resultado de equivalência patrimonial em coligadas e da depreciação e amortização. O Ebitda Ajustado das Atividades Continuadas reflete o Ebitda das Atividades Continuadas, ajustado para excluir as despesas com participação dos empregados e administradores nos lucros e resultados, provisões para perdas em estoques, resultado líquido na alienação de ativos, provisões de contingências, provisão de multas com clientes e despesas relacionadas ao processo de reestruturação e outras despesas extraordinárias da Companhia. O Ebitda Ajustado das Atividades Continuadas não é uma medida utilizada nas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representando o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como sendo uma alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador do desempenho operacional ou como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O Ebitda Ajustado das Atividades Continuadas não tem um significado padronizado e a definição de Ebitda Ajustado das Atividades Continuadas da Companhia pode não ser comparável ao Ebitda Ajustado das Atividades Continuadas conforme definido por outras Companhias. Ainda que o Ebitda Ajustado das Atividades Continuadas não forneça, de acordo com as práticas contábeis utilizadas no Brasil uma medida do fluxo de caixa operacional, a Administração o utiliza para mensurar seu desempenho operacional. Adicionalmente, a Companhia entende que determinados investidores e analistas financeiros utilizam o Ebitda Ajustado das Atividades Continuadas como indicador do desempenho operacional de uma Companhia e/ou de seu fluxo de caixa. A reconciliação do Ebitda Ajustado das Atividades Continuadas conforme calculado pela Companhia pode ser encontrado no Anexo II deste relatório.

2T15 se deve principalmente em função da redução de R\$ 3,0 milhões nas despesas com ociosidade da produção no 2T16.

Reconciliação do Ebitda Ajustado (R\$ mil)	2T15	1T16	2T16
Lucro Bruto	4.180	-8.566	-13.350
Despesas c/ Vendas, Gerais e Administrativas	-14.829	-13.237	-11.927
Honorários dos Administradores	-2.848	-1.055	-1.055
Depreciação e Amortização	12.581	12.579	12.637
Outras Despesas Operacionais	-89.952	3.314	-18.451
Ebitda das Atividades Continuadas	-90.868	-6.965	-32.146
Provisão para Renumeração Variável	175	0	-394
Provisões para Perdas, Impairment e Resultado Líquido na Alienação de Ativos	80.456	6.438	14.403
Multas com Clientes	408	129	1.391
Processo de Reestruturações e Outras Despesas Extraordinárias	8.378	5.142	5.278
Ebitda Ajustado das Atividades Continuadas	-1.451	4.744	-11.468

O EBITDA Ajustado Consolidado das atividades continuadas no acumulado do primeiro semestre de 2016 foi negativo em R\$ 6,7 milhões ante resultado negativo de R\$ 5,6 milhões no 1S15, decorrência em especial da significativa redução na Receita Líquida no 1S16. A Margem EBITDA Ajustada Consolidada reduziu 5,1 pontos percentuais, passando de 3,7% negativo no 1S15 para 8,8% negativo no 1S16. Ainda assim, a variação positiva de R\$ 6,0 milhões no EBITDA do Segmento de Produtos do 1S16 comparativamente ao do 1S15 se deve principalmente em função da redução de R\$ 7,5 milhões nas despesas com ociosidade da produção no 1S16.

EBITDA Ajustado (R\$ mil)



2T16

Reconciliação do Ebitda Ajustado (R\$ mil)	Produtos	Serviços	Total
Lucro Bruto	57	-13.407	-13.350
Despesas c/ Vendas, Gerais e Administrativas	-4.139	-7.788	-11.927
Honorários dos Administradores	-239	-816	-1.055
Depreciação e Amortização	1.848	10.789	12.637
Outras Despesas Operacionais	-7.379	-11.072	-18.451
Ebitda das Atividades Continuadas	-9.852	-22.294	-32.146
Provisão para Renumeração Variável	0	-394	-394
Provisões para Perdas, Impairment e Resultado Líquido na Alienação de Ativos	4.630	9.773	14.403
Multas com Clientes	231	1.160	1.391
Processo de Reestruturações e Outras Despesas Extraordinárias	616	4.662	5.278
Ebitda Ajustado das Atividades Continuadas	-4.375	-7.093	-11.468

As despesas não recorrentes que totalizam R\$ 14,4 milhões referem-se principalmente ao registro de perdas na alienação de ativo imobilizado no montante de R\$ 11,7 milhões, provisão para obsolescência e perdas extraordinárias dos estoques no montante de R\$ 2,0 milhões e provisões de perdas com processos judiciais no montante de R\$ 0,7 milhão.

Resultado Líquido

Resultado Líquido (R\$ mil)	2T15	2T16	Var. %	1T16	2T16	Var. %	1S15	1S16	Var. %
Resultado Antes de IR e CSL	-119.082	-494.409	315,2%	-23.809	-494.409	1976,6%	-175.880	-518.218	194,6%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	-612	-1.819	197,2%	-298	-1.819	510,4%	-1.224	-2.117	73,0%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	601	94.474	15619,5%	598	94.474	15698,3%	1.290	95.072	7269,9%
Resultado de Operações Descontinuadas	91	0	n/a	0	0	n/a	-21.963	0	n/a
Resultado Líquido do Período	-119.002	-401.754	237,6%	-23.509	-401.754	1608,9%	-197.777	-425.263	115,0%
Prejuízo por 1000 Ações	-0,76	-2,56	237,6%	-0,15	-2,56	1608,9%	-1,26	-2,71	115,0%

O Resultado Líquido apurado no 2T16 foi prejuízo de R\$ 401,7 milhões, comparado com prejuízo de R\$ 119,0 milhões no 2T15 e com prejuízo de R\$ 23,5 milhões no 1T16. Os principais eventos extraordinários que contribuíram para tal desempenho no 2T16 foram: (i) R\$ 393,8 milhões de despesa com ajuste a valor presente dos fornecedores, empréstimos, multas, debêntures e dos *Bonds* (R\$ 1,0 milhão no 1T16); (ii) R\$ 3,3 milhões de despesas com ociosidade da produção (R\$ 9,7 milhões no 2T15 e R\$ 3,4 milhões no 1T16); (iii) R\$ 11,7 milhões de perda na alienação de ativo imobilizado; (iv) R\$ 2,0 milhões de provisão para perdas com obsolescência e perdas extraordinárias de estoques (R\$ 2,1 milhões no 2T15 e R\$ 7,1 milhões no 1T16) e (v) R\$ 0,7 milhão de provisão para perdas com processos judiciais (R\$ 18,4 milhões no 2T15 e R\$ 0,7 milhão de reversão no 1T16).

O Resultado Líquido apurado no acumulado do primeiro semestre de 2016 foi prejuízo de R\$ 425,3 milhões ante prejuízo de R\$ 197,8 milhões no 1S15. Os principais eventos extraordinários que contribuíram para tal desempenho no 1S16 foram: (i) R\$ 394,8 milhões de despesa com ajuste a valor presente dos fornecedores, empréstimos, multas, debêntures e dos *Bonds*; (ii) R\$ 6,8 milhões de despesas com ociosidade da produção

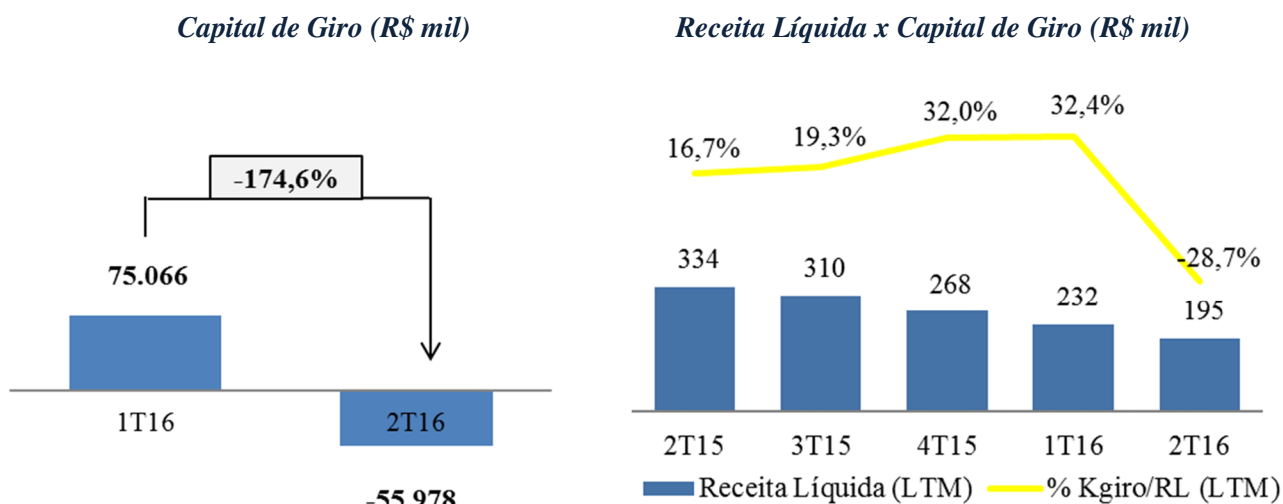
(R\$ 17,1 milhões no 1S15); (iii) R\$ 11,7 milhões de perda na alienação de ativo imobilizado; (iv) R\$ 9,1 milhões de provisão para perdas com obsolescência e perdas extraordinárias de estoques (R\$ 2,1 milhões no 1S15); (v) R\$ 13,3 milhões de receita com a baixa do investimento Vicinay Marine S.L e (vi) R\$ 17,3 milhões de multa e juros de mora sobre impostos (R\$ 1,0 milhão no 1S15).

Capital de Giro Operacional

Capital de Giro (R\$ mil)	1T16	2T16	Var. %	Var. R\$
Contas a Receber	57.543	53.279	-7,4%	-4.264
Estoques	49.031	47.745	-2,6%	-1.286
Fornecedores	27.978	153.951	450,3%	125.973
Adiantamentos a Clientes	3.530	3.051	-13,6%	-479
Capital de Giro Aplicado	75.066	- 55.978	-174,6%	-131.044
Varição do Capital de Giro Aplicado	- 10.746	- 131.044		
% Capital de Giro/Receita Líquida*	32,4%	-28,7%		

*LTM: últimos 12 meses

O índice de necessidade de Capital de Giro sobre a Receita Líquida acumulada (12 meses) no 2T16 atingiu o percentual negativo de 28,7%, redução de 61,1 pontos percentuais quando comparado ao indicador do 1T16.



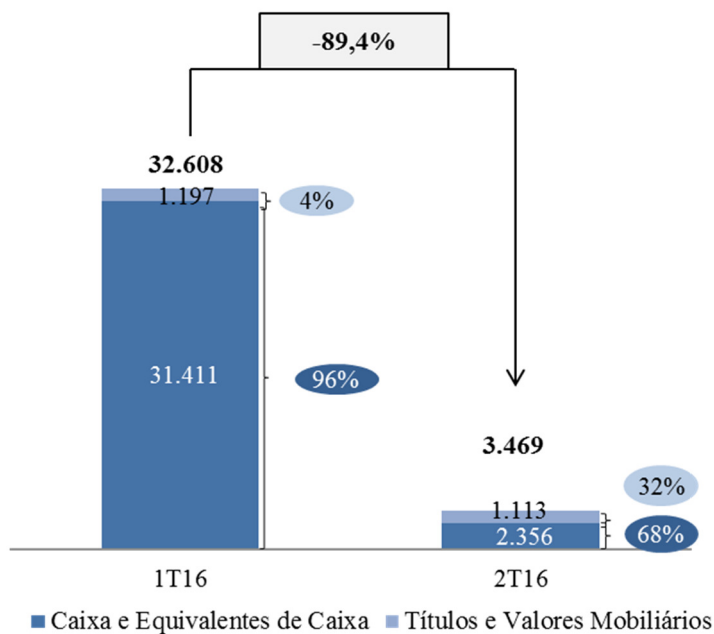
O recebimento de clientes da divisão de *Oilfield Services* Colômbia foi o principal fator que resultou na queda de 7,4% do saldo de Contas a Receber.

A reclassificação do saldo de Fornecedores para curto prazo e reversão do ajuste a valor presente dos mesmos em resultado da anulação do Plano de Recuperação Judicial da Companhia em 27 de junho de 2016, foi o principal motivo do aumento de 450,3% no saldo de Fornecedores e da redução no Capital de Giro Aplicado no 2T16 em comparação com o 1T16.

Caixa e Equivalentes de Caixa

A posição consolidada de Caixa e Equivalentes de Caixa da Companhia no 2T16 atingiu R\$ 3,5 milhões em comparação com o montante de R\$ 32,6 milhões no 1T16, uma redução de 89,4%. Com a alienação da participação societária detida pela Companhia na sociedade espanhola Vicinay Marine, S.L. pelo valor de R\$ 28,6 milhões, recebida no mês de março de 2016, a Companhia fez uso de tal disponibilidade durante o 2T16 para a liquidação de custos de reestruturação operacional com rescisões, custos relacionados ao processo de Recuperação Judicial, custos operacionais de pessoal e recomposição de estoque, investimentos e manutenção.

Saldos de Caixa e Equivalentes de Caixa (R\$ mil)



Endividamento

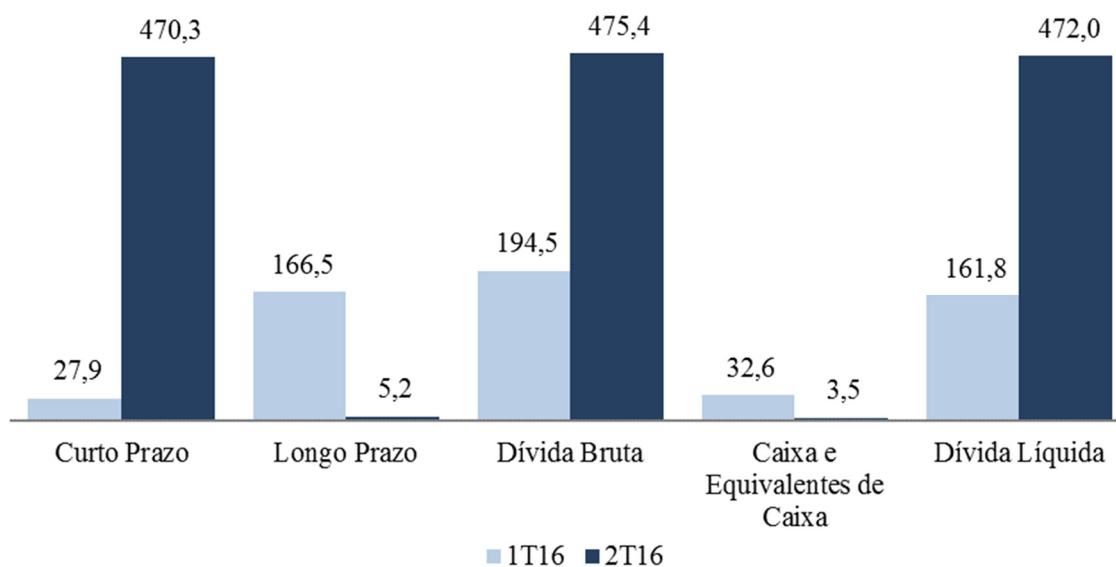
A Dívida Bruta da Companhia encerrou o 2T16 em R\$ 475,4 milhões, 144,5% superior ao apurado no 1T16.

Endividamento (R\$ mil)	1T16	2T16	Var. %	Var. R\$
Curto Prazo	27.926	470.263	1584,0%	442.337
Linhas de Financiamentos não sujeitas à Recuperação Judicial	27.926	223.607	700,7%	195.681
Debêntures	-	84.927	n/a	84.927
Bonds	-	161.729	n/a	161.729
Longo Prazo	166.525	5.161	-96,9%	- 161.364
Linhas de Financiamentos sujeitas à Recuperação Judicial	159.000	-	n/a -	159.000
Linhas de Financiamentos não sujeitas à Recuperação Judicial	7.525	5.161	-31,4%	- 2.364
Dívida Bruta	194.451	475.424	144,5%	280.973
Caixa e Equivalentes de Caixa	32.608	3.469	-89,4%	- 29.139
Dívida Líquida	161.843	471.955	191,6%	310.112

Tal aumento é consequência principalmente do registro da despesa de ajuste a valor presente dos empréstimos, debêntures e *Bonds* que aumentou essas obrigações em cerca de R\$ 236,7 milhões no 2T16 em resultado da anulação do Plano de Recuperação Judicial da Companhia em 27 de junho de 2016.

Somadas as disponibilidades de Caixa e Equivalentes de Caixa, a Dívida Líquida da Companhia encerrou o 2T16 em R\$ 472,0 milhões, aumento de 191,6% frente ao valor no 1T16.

Composição da Dívida (R\$ milhões)

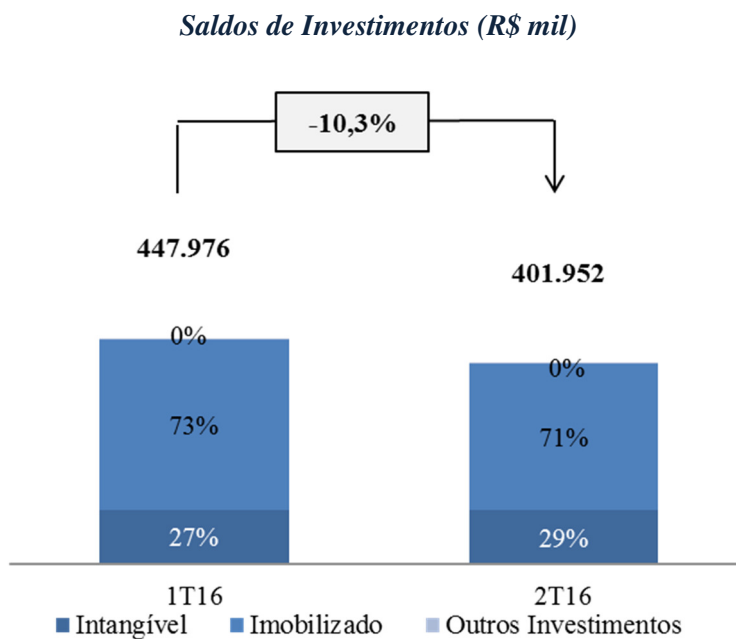


Saldos de Investimentos

Os Saldos de Investimentos da Companhia no 2T16 somaram R\$ 401,9 milhões, redução de 10,3% em relação aos R\$ 447,9 milhões apresentados no 1T16.

Investimentos (R\$ mil)	1T16	2T16	Var. %	Var. (R\$)
Outros Investimentos	676	676	0,0%	0
Imobilizado	327.685	283.600	-13,5%	-44.085
Intangível	119.615	117.676	-1,6%	-1.939
Total	447.976	401.952	-10,3%	-46.024

O Imobilizado apresentou queda de 13,5% no 2T16 devido especialmente ao reconhecimento da depreciação no montante de R\$ 12,1 milhões, do efeito de variação cambial sobre o ativo imobilizado das controladas no exterior no montante de R\$ 13,8 milhões, em função da desvalorização de 9,8% na moeda norte-americana frente ao Real no 2T16, e da perda na alienação do ativo imobilizado no montante de R\$ 11,7 milhões.



O *Capex* foi de R\$ 1,7 milhão no 2T16 direcionado principalmente para as unidades do Segmento de Serviços.

Anexos

Anexo I – Demonstrações de Resultados (R\$ Mil)

	1T16	2T16	Variação %
Receita Líquida de Vendas de Bens e Serviços	46.688	29.332	-37%
Custo de Bens e Serviços Vendidos	(55.254)	(42.682)	-23%
Resultado Bruto	(8.566)	(13.350)	56%
Receitas/Despesas Operacionais	(10.978)	(31.433)	186%
Com Vendas	(1.876)	(2.121)	13%
Gerais e Administrativas	(11.361)	(9.806)	-14%
Remuneração dos Administradores	(1.055)	(1.055)	0%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	3.314	(18.451)	n/a
Resultado Financeiro Líquido	(4.265)	(449.626)	10442%
Receitas Financeiras	1.012	2.783	175%
Despesas Financeiras	(24.796)	(486.855)	1863%
Variação Cambial Líquida	19.519	34.446	76%
Resultados Antes do Imposto de Renda e Contribuição	(23.809)	(494.409)	1977%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	(298)	(1.819)	510%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	598	94.474	15698%
Prejuízo Líquido do Período	(23.509)	(401.754)	1609%



Anexo II – Reconciliação do EBITDA Ajustado (R\$ Mil)

	1T16	2T16	Variação %
EBITDA Ajustado das Operações Continuadas	4.744	(11.468)	-342%
Provisão para Remuneração Variável	-	394	n/a
Processo de Reestruturações	(5.142)	(5.278)	3%
Provisões para Perdas, Impairment e Resultado Líquido na Alienação de Ativos	(6.438)	(14.403)	124%
Multas com Clientes	(129)	(1.391)	978%
EBITDA das Operações Continuadas	(6.965)	(32.146)	362%
Depreciação e Amortização	(12.579)	(12.637)	0%
Resultado Financeiro Líquido	(4.265)	(449.626)	10442%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente e Diferido	300	92.655	30785%
Prejuízo Líquido das Operações Continuadas e Descontinuadas	(23.509)	(401.754)	1609%



LUPATECH S.A.
CNPJ/MF nº 89.463.822/0001-12



Anexo III – Balanços Patrimoniais Consolidados (R\$ Mil)

	1T16	2T16	Variação %
Ativo Total	756.988	662.215	-13%
Ativo Circulante	208.794	162.455	-22%
Caixa e Equivalentes de Caixa	31.411	2.356	-92%
Títulos e Valores Mobiliários	1.197	1.113	-7%
Contas a Receber de Clientes	57.543	53.279	-7%
Estoques	49.031	47.745	-3%
Impostos a Recuperar	30.805	33.046	7%
Outras Contas a Receber	7.196	4.554	-37%
Despesas Antecipadas	4.211	3.949	-6%
Adiantamento a Fornecedores	27.400	16.413	-40%
Ativo Não Circulante	548.194	499.760	-9%
Títulos e Valores Mobiliários	5.805	5.397	-7%
Depósitos Judiciais	22.675	25.156	11%
Impostos a Recuperar	39.829	37.017	-7%
Outras Contas a Receber	31.909	30.238	-5%
Investimentos	676	676	0%
Imobilizado	327.685	283.600	-13%
Intangível	119.615	117.676	-2%
Passivo Total	756.988	662.215	-13%
Passivo Circulante	213.381	871.198	308%
Fornecedores - não sujeitos à recuperação judicial	27.978	153.951	450%
Empréstimos e Financiamentos não sujeitos à recuperação judicial	27.926	223.607	701%
Debêntures	-	84.927	n/a
Bonds	-	161.729	n/a
Salários, Provisões e Contribuição Social	17.634	23.533	33%
Comissões a Pagar	1.437	888	-38%
Impostos a Recolher	72.015	62.878	-13%
Obrigações e provisões para riscos trabalhistas - sujeitos à recuperação	40.475	-	n/a
Adiantamento de Clientes	3.530	3.051	-14%
Participações no Resultado	737	-	n/a
Outras Contas a Pagar	19.623	37.560	91%
Provisão Multas Contratuais	2.026	119.074	5777%
Passivo Não Circulante	505.805	179.981	-64%
Fornecedores - sujeitos à recuperação judicial	74.041	-	n/a
Empréstimos e financiamentos - sujeitos à recuperação judicial	159.000	-	n/a
Empréstimos e financiamentos - não sujeitos à recuperação judicial	7.525	5.161	-31%
Impostos a Recolher	9.235	9.024	-2%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	120.155	25.332	-79%
Provisão para Riscos Tributários, Trabalhistas e Cíveis	123.915	129.234	4%
Outras Contas a Pagar	11.934	11.230	-6%
Patrimônio Líquido	37.802	(388.964)	-1129%
Capital Social	1.853.684	1.853.684	0%
Reserva de Transação de Capital	136.183	136.183	0%
Opções Outorgadas	13.549	13.549	0%
Ajustes de Avaliação Patrimonial	93.589	66.834	-29%
Prejuízos Acumulados	(2.059.203)	(2.459.214)	19%

Anexo IV – Demonstrações dos Fluxos de Caixa Consolidados (R\$ Mil)

	1T16	2T16	Variação %
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Prejuízo do exercício das operações continuadas e descontinuadas	(23.509)	(401.754)	1609%
Ajustes:			
Depreciação e amortização	12.579	12.637	0%
Resultado na venda de ativo imobilizado	-	11.712	n/a
Perda (Ganho) na alienação de investimento	(13.315)	-	n/a
Encargos financeiros e variação cambial sobre financiamentos	2.183	55.842	2458%
Imposto de renda e contribuição social diferido	(598)	(92.357)	15344%
Obsolescência de estoques	7.103	(1.589)	n/a
Provisão de multas contratuais	129	11.589	8884%
(Reversão) Provisão para devedores duvidosos	175	(954)	n/a
Ajuste a valor presente	996	393.792	39437%
Variações nos Ativos e Passivos:			
(Aumento) Redução em contas a receber	2.187	(6.748)	-409%
(Aumento) Redução em estoques	(13)	2.503	n/a
(Aumento) Redução em impostos a recuperar	(156)	(4.532)	2805%
(Aumento) Redução em outros ativos	(572)	19.768	n/a
Aumento (Redução) em fornecedores	(1.290)	(4.953)	284%
Aumento (Redução) em impostos a recolher	(3.891)	(10.595)	172%
Aumento (Redução) em outras contas a pagar	(5.578)	(12.455)	123%
Caixa (Utilizado nas) e Gerado pelas Atividades Operacionais	(23.570)	(28.094)	19%
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos			
Recurso proveniente de venda de investimentos	28.599	-	n/a
Títulos e valores mobiliários - conta restrita	212	972	358%
Recursos provenientes de venda de imobilizado	-	6	n/a
Aquisição de Imobilizado	(422)	(1.695)	302%
Aquisição de Intangível	(24)	(42)	75%
Fluxo de Caixa Proveniente das (Utilizado nas) Atividades de Investimento	28.365	(759)	n/a
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos	19.257	12.902	-33%
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(22.649)	(12.462)	-45%
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(1.023)	(621)	-39%
Caixa Líquido (Utilizado nas) Proveniente das Atividades de Financiamento	(4.415)	(181)	-96%
Efeitos das Oscilações de Câmbio sobre o Caixa e Equivalentes de Caixa de Controladas no Exterior	19	(21)	n/a
Aumento (Redução) Líquido do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	399	(29.055)	n/a
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Exercício	31.012	31.411	1%
Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Exercício	31.411	2.356	-92%

Sobre a Lupatech – Em Recuperação Judicial

A Lupatech S.A. – Em Recuperação Judicial é uma companhia brasileira de produtos e serviços de alto valor agregado com foco no setor de petróleo e gás. Seus negócios estão organizados em dois segmentos: Produtos e Serviços. O Segmento Produtos oferece, principalmente para o setor de petróleo e gás, cabos para ancoragem de plataformas de produção, válvulas e equipamentos para completação de poços, além de participação relevante em empresa do segmento de compressores para gás natural veicular. O Segmento Serviços oferece serviços de perfuração, workover, intervenção em poços, revestimento e inspeção de tubulações.

Nós fazemos declarações sobre eventos futuros que estão sujeitas a riscos e incertezas. Tais declarações têm como base estimativas e suposições de nossa Administração e informações a que a Companhia atualmente tem acesso. Declarações sobre eventos futuros incluem informações sobre nossas intenções, estimativas ou expectativas atuais, assim como aquelas dos membros do Conselho de Administração e Diretores da Companhia. As ressalvas com relação a declarações e informações acerca do futuro também incluem informações sobre resultados operacionais possíveis ou presumidos, bem como declarações que são precedidas, seguidas ou que incluem as palavras "acredita", "poderá", "irá", "continua", "espera", "prevê", "pretende", "planeja", "estima" ou expressões semelhantes. As declarações e informações sobre o futuro não são garantias de desempenho. Elas envolvem riscos, incertezas e suposições porque se referem a eventos futuros, dependendo, portanto, de circunstâncias que poderão ocorrer ou não. Os resultados futuros e a criação de valor para os Acionistas poderão diferir de maneira significativa daqueles expressos ou estimados pelas declarações com relação ao futuro. Muitos dos fatores que irão determinar estes resultados e valores estão além da capacidade de controle ou previsão da Lupatech – Em Recuperação Judicial.

Notas Explicativas

*Lupatech S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras intermediárias em
30 de junho de 2016*

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias contidas nas informações trimestrais de 30 de junho de 2016

(Em milhares de Reais, exceto Prejuízo líquido por ação, ou quando indicado)

1 Contexto operacional

A Lupatech S/A – Em Recuperação Judicial (“Companhia”) e suas controladas e coligadas (conjuntamente o “Grupo”) é um grupo composto por 18 unidades que possui, atualmente, dois segmentos de negócios: **Produtos** e **Serviços** e conta com 840 colaboradores.

A Companhia é uma sociedade anônima com sede em Nova Odessa, Estado São Paulo, e está registrada na bolsa de valores de São Paulo (“BOVESPA”).

No **Segmento de Produtos**, a Companhia produz válvulas industriais, válvulas para óleo e gás, cabos para ancoragem de plataformas de produção, válvulas, equipamentos para completação de poços, compressores para gás natural veicular, através de empresa com participação relevante.

No **Segmento de Serviços**, a Companhia oferece serviços de sondas de perfuração e *workover*, intervenção em poços, revestimentos e inspeção de tubulações, equipamentos para completação de poços.

A Petrobras é o principal cliente do Grupo e representou aproximadamente 58,72% da receita líquida total da Companhia no período de seis meses findo em 30 de junho de 2016 (57,70% no período de seis meses findo em 30 de junho de 2015). Ambos os segmentos de atuação do Grupo são afetados por receitas oriundas da Petrobras.

1.1 Recuperação Judicial

I. *Processo de Recuperação Judicial do Grupo Lupatech*

Em 25 de maio de 2015, a Lupatech S/A e suas controladas diretas e indiretas (Grupo Lupatech), obteve a aprovação do Conselho de Administração para o pedido de recuperação judicial da Companhia, nos termos do artigo 122, parágrafo único, da Lei 6.404/76, a despeito dos esforços da Administração na negociação com credores e na busca por potenciais investidores para equilibrar as demandas de capital de giro e de CAPEX, e também, em decorrência do cenário econômico desfavorável do setor de óleo e gás, em especial após a queda acentuada do preço do barril do petróleo no mercado internacional, e à crise instaurada na Petrobras, principal cliente da Companhia, que tem sofrido impactos negativos sobre toda a cadeia de suprimentos do setor.

Naquela mesma data, a Lupatech S/A e suas controladas: Lupatech Finance Limited; Amper Amazonas Perfurações Ltda; Itacau Agenciamentos Marítimos; Lochness Participações S/A; Lupatech – Equipamentos e Serviços para Petróleo Ltda; Lupatech – Perfuração e Completção Ltda; Matep S/A Máquinas e Equipamentos; Mipel Indústria e Comércio de Válvulas Ltda; Prest Perfurações Ltda; Sotep Sociedade Técnica de Perfuração S/A, ajuizaram, na Comarca de São Paulo, o pedido de recuperação judicial perante o Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo o qual foi deferido em 22 de junho de 2015. Como administrador judicial foi nomeada a Alta Administração Judicial Ltda.

Notas Explicativas

Em 24 de agosto de 2015, a Companhia e suas controladas (em recuperação judicial) apresentaram a discriminação dos detalhes do Plano de Recuperação Judicial, o laudo de avaliação dos ativos da Companhia e de suas controladas e a relação dos credores integrantes dos termos e das condições indicadas no Plano.

O edital contendo a relação dos credores foi publicado em 16 de outubro de 2015 e os interessados apresentaram ao administrador judicial suas habilitações ou divergências quanto aos créditos relacionados.

O Plano foi aprovado pelos credores em Assembleia Geral realizada em 18 de novembro de 2015, tendo sido homologado pelo Juízo da 1ª Vara de Falências, Recuperações Judiciais e Conflitos Relacionados à Arbitragem da Capital de São Paulo em 11 de dezembro de 2015.

O prazo para exercício da opção para recebimento, ou para modificação, dos créditos sujeitos ao Plano de Recuperação Judicial pelos credores quirografários e com garantia real se encerrou em 10 de março de 2016.

Em 27 de junho de 2016, a 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo deu provimento a agravos de instrumento interpostos por dois credores, no sentido de anular a decisão homologatória do Plano de Recuperação Judicial do Grupo Lupatech, proferida pelo D. Juízo da 1ª Vara de Falências, Recuperações Judiciais e Conflitos Relacionadas à Arbitragem da Comarca de São Paulo.

O Grupo Lupatech, na data de 14 de julho de 2016, apresentou manifestação nos autos da recuperação judicial pleiteando a prorrogação do “*stay period*” pelo período de 90 dias, por razões alheias à vontade do Grupo Lupatech, tendo em vista o provimento dado aos Agravos de Instrumento e a consequente anulação do Plano, o qual foi deferido em 18 de julho de 2016. Portanto, por cautela, considera-se que, naquela data, o Grupo Lupatech tomou ciência dos Acórdãos que anularam o Plano e, conseqüentemente, o Plano perdeu sua eficácia, deixando de obrigar o Grupo Lupatech e seus credores aos termos nele previstos.

O Grupo Lupatech opôs seus embargos de declaração para fins de pré-questionamento aos Acórdãos, visando a preparação de futuro recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça.

Não obstante, sem prejuízo de eventual recurso especial a ser interposto e salvo eventual decisão liminar favorável neste recurso, o Grupo Lupatech deverá apresentar novo Plano de Recuperação Judicial no prazo de 45 dias da publicação do Acórdão, o qual será levado à votação em Assembleia Geral de Credores e à homologação pelo Juízo.

II. Sobre o Plano de Recuperação aprovado e homologado em 11 de dezembro de 2015 pelo D. Juízo da 1ª Vara de Falências, Recuperações Judiciais e Conflitos Relacionadas à Arbitragem da Comarca de São Paulo e posteriormente anulado por decisão da 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Em resumo, em sua recuperação, o Grupo Lupatech utilizou os seguintes principais meios de recuperação, a fim de realizar a reorganização da estrutura de créditos e demais obrigações do Plano:

Notas Explicativas

- Concessão de prazos e condições, incluindo a capitalização de créditos, para pagamento das obrigações do Grupo Lupatech;
- Reorganização societária do Grupo Lupatech;
- Venda parcial de ativos do Grupo Lupatech, inclusive participações societárias, dação em pagamento, locação de ativos e emissão de valores mobiliários.

a. Reestruturação dos créditos sujeitos ao Plano

Observado o disposto no artigo 61 da Lei de Falências, todos os créditos sujeitos ao Plano iriam ser pagos pelo Grupo Lupatech aos respectivos credores nos prazos e formas estabelecidos no Plano, independentemente se os contratos que deram origem aos créditos dispuseram de forma diferente. Com a referida novação, todas as obrigações, *covenants*, índices financeiros, hipóteses de vencimento antecipado, multas, bem como quaisquer outras obrigações e garantias que sejam incompatíveis com as condições deste Plano haviam deixado de ser aplicáveis.

Os créditos não sujeitos ao Plano seriam pagos na forma originalmente contratada ou na forma que for acordada entre o Grupo Lupatech e o respectivo credor, inclusive, se aplicável, mediante a implantação de medidas previstas no Plano.

Com a finalidade de viabilizar a realização de determinadas operações de reestruturação do Grupo Lupatech previstas no Plano, inclusive a conversão de créditos em ações, todos os créditos sujeitos ao Plano tem, a partir da data de homologação judicial do Plano, a Lupatech S/A, como única devedora, exceto no caso das *Notes* Tipo A e das *Notes* Tipo B, e como devedora principal a Lupatech Finance Limited, e como garantidora a Lupatech S/A. Os créditos decorrentes da referida assunção de dívida entre a Lupatech S/A. e as demais sociedades recuperandas poderiam ser compensados, capitalizados, quitados, cedidos ou perdoados.

O Plano conferia a determinados credores sujeitos ao Plano o direito de escolher, dentre um determinado número de opções oferecidas, a alternativa de recebimento de seus créditos sujeitos ao Plano que lhes pareça mais atraente e que melhor atenda a seus interesses creditórios.

Os prazos previstos para pagamento dos créditos sujeitos ao Plano, bem como eventuais períodos de carência previstos no Plano, terão início a partir da homologação judicial do Plano.

b. Reestruturação dos créditos trabalhistas

Os créditos trabalhistas seriam pagos dentro do prazo de um ano a contar da data de homologação judicial do Plano, da seguinte forma:

- Pagamento inicial: O valor correspondente de até cinco salários mínimos, relativos a créditos de natureza estritamente salarial e vencidos nos 3 meses anteriores à data do pedido, quando houver, será pago no prazo de até 30 dias a contar da data de homologação judicial do Plano; e
- Forma de pagamento: Os pagamentos seriam feitos em dinheiro, podendo o Grupo Lupatech valer-se da forma de pagamento prevista no artigo 50, inciso XVI, da Lei de Falências.

Notas Explicativas

Os créditos trabalhistas controvertidos deveriam ser pagos na forma estabelecida acima, após a determinação dos valores nas sentenças condenatórias definitivas ou homologatórias do acordo, conforme o caso.

O Grupo Lupatech poderia antecipar os pagamentos dos créditos trabalhistas, desde que de forma proporcional e abrangendo todos os credores da respectiva classe, com exceção dos créditos trabalhistas que sejam, créditos trabalhistas controvertidos, os quais serão pagos nos termos do pagamento dos créditos trabalhistas controvertidos conforme estabelecido no Plano.

c. Reestruturação dos créditos com garantia real

Os Créditos com garantia real seriam pagos por meio de qualquer das seguintes opções, à escolha de cada credor com garantia real, conforme abaixo:

- **Opção A de pagamento do crédito com garantia real (Pagamento em parcelas)** – Pagamento de 100% do valor do respectivo crédito com garantia real, que seria feito em 72 parcelas trimestrais sucessivas, de acordo com o fluxo de pagamentos, vencendo-se a primeira em 63 meses após a homologação judicial do Plano. O valor dos créditos com garantia real a ser pago nos termos desta Opção A sofreria a incidência de juros e de correção monetária equivalentes a uma taxa fixa de 3% ao ano, conforme o fluxo de pagamentos estabelecido no Plano.
- **Opção B de pagamento do crédito com garantia real (Capitalização de créditos)** – Pagamento do valor do crédito com garantia real, observado o disposto na cláusula de restrição da capitalização ao valor principal, por meio da subscrição de ações mediante a capitalização dos respectivos créditos com garantia real, na forma do art. 171, §2º, da Lei das Sociedades por Ações. As ações seriam emitidas pelo preço de emissão, sendo que as ações deverão ser integralizadas com seus respectivos créditos com garantia real, nos termos do Plano, para procedimentos para aumento do capital da Lupatech S/A por meio de capitalização dos créditos em aumento de capital;

Cada credor com garantia real poderia optar, por sua livre escolha, pela distribuição de seus créditos com garantia real na opção A e na opção B.

Além das opções de pagamento previstas nas Opções A e B, o Grupo Lupatech poderia, a qualquer tempo e mediante anuência por parte do respectivo credor com garantia real, realizar o pagamento total ou parcial do saldo do respectivo crédito com garantia real por meio da dação em pagamento: (i) quaisquer dos ativos dados em garantia real em favor do credor com garantia real; (ii) de quaisquer ativos contidos na lista de Unidades Produtivas Isoladas “UPIs” mencionados no Plano; e (iii) de créditos detidos pelo Grupo Lupatech, em valor suficiente à cobertura do saldo do respectivo crédito com garantia real; ou por meio da entrega dos recursos provenientes da alienação de quaisquer dos ativos dados em garantia real em favor do credor com garantia real, seja nos termos do plano, mediante autorização judicial, ou nos termos do Artigo 60 da Lei de Falências.

d. Reestruturação dos créditos quirografários

Os créditos quirografários seriam pagos por meio de uma das seguintes opções, à escolha de cada credor quirografário, conforme abaixo:

Notas Explicativas

- **Opção A de pagamento do crédito quirografário (Pagamento em parcelas)** – Pagamento de 100% do valor do respectivo crédito quirografário devida e individualmente habilitado na lista de credores, da seguinte forma: (i) 1 parcela inicial no valor fixo de R\$0,5 (quinhentos reais) para cada credor quirografário, a ser paga em até 12 meses contados da homologação judicial do Plano; (ii) 4 parcelas anuais no valor fixo de R\$1 (mil reais) cada para cada credor quirografário, vencendo-se a primeira 24 meses após a homologação judicial do Plano; (iii) 72 parcelas trimestrais sucessivas, calculadas a partir do saldo devedor em aberto no 60º mês após a homologação judicial do Plano, de acordo com o fluxo de pagamentos previsto no Plano, vencendo-se a primeira de tais parcelas 63 meses após a homologação judicial do Plano. O valor dos créditos quirografários a ser pago nos termos da opção A sofreria a incidência de juros e de correção monetária equivalentes a uma taxa fixa de 3% ao ano, conforme o fluxo de pagamentos previsto no Plano.
- **Opção B de pagamento do crédito quirografário (Pagamento em parcelas com evento de liquidez)** – Pagamento de 100% do valor do respectivo crédito quirografário devida e individualmente habilitado na lista de credores, da seguinte forma: (i) 1 parcela inicial no valor fixo de R\$0,5 (quinhentos reais) para cada credor quirografário, a ser paga em até 12 meses contados da homologação judicial do Plano; (ii) 4 parcelas anuais no valor fixo de R\$1 (mil reais) cada para cada credor quirografário, vencendo-se a primeira 24 meses após a homologação judicial do Plano; (iii) 80 parcelas trimestrais sucessivas, calculadas em função do saldo devedor em aberto no 60º mês após a homologação judicial do Plano, de acordo com o fluxo de pagamentos previsto no Plano, vencendo-se a primeira de tais parcelas 63 meses após a homologação judicial do Plano. O valor dos créditos quirografários a ser pago nos termos da opção B sofreria a incidência de juros e de correção monetária equivalentes a uma taxa fixa de 3% ao ano, já incorporados ao fluxo de pagamentos previsto no Plano.
- **Opção C de pagamento do crédito quirografário (Capitalização dos Créditos)** – Pagamento de 100% do valor do crédito quirografário, por meio da subscrição de ações mediante a capitalização dos respectivos créditos quirografários, na forma do art. 171, §2º, da Lei das Sociedades por Ações. As ações seriam emitidas pelo preço de emissão, sendo que as ações deveriam ser integralizadas com seus respectivos créditos quirografários, nos termos contidos no Plano de procedimento para aumento do capital da Lupatech S/A por meio de capitalização dos créditos em aumento de capital da Companhia.
- **Opção D de pagamento do crédito quirografário (Pagamento de valores decorrentes da venda em bolsa das ações resultantes da capitalização dos créditos)** – Recebimento em dinheiro dos montantes oriundos da alienação, na BM&FBOVESPA, das ações subscritas conforme a opção C acima. A alienação das ações prevista nesta cláusula seria realizada pelo Comissário, nos termos do Plano sobre procedimentos para nomeação e atuação do comissário, em até 24 meses da emissão das ações.

Durante a implementação da estrutura de comissão, referente a escolha de pagamento pela opção D descrita acima, foi constatado a inviabilidade de estrutura de comissão levantados pelos assessores legais da Companhia, onde os credores quirografários e/ou com garantia real

Notas Explicativas

que tiverem escolhido a referida opção, ou que não se manifestarem, receberiam os seus créditos de acordo com a opção A, nos termos do Plano.

O prazo final para exercício da opção de recebimento pelos credores quirografários e com garantia real foi encerrado no dia 10 de março de 2016.

É assegurado aos *Noteholders* o direito de exercício da opção, podendo os *Noteholders* optar por qualquer das três formas de recebimento asseguradas aos demais credores quirografários, respeitada a forma de recebimento estabelecida pelas cláusulas do Plano.

Caso todo ou parte dos créditos quirografários dos credores quirografários que optarem pela opção A ou pela opção B de pagamento seja denominado originalmente em moeda estrangeira, a taxa a ser aplicada para fins de conversão final do seu crédito quirografário em Reais, e posterior pagamento de acordo com o Plano, seria a taxa de conversão de referência do Banco Central do Brasil de fechamento vigente para a venda da respectiva moeda estrangeira na data do pedido de Recuperação Judicial, afastando-se qualquer outra taxa de conversão, vigente em qualquer outra data.

Na hipótese de majoração de qualquer crédito quirografário, ou inclusão de novo crédito quirografário, em decorrência de eventual impugnação de crédito ou do julgamento de qualquer ação judicial, o respectivo valor (em caso de inclusão) ou valor adicional (em caso de majoração) seria pago nos termos da opção B.

Créditos quirografários que tenham a sua classificação contestada por qualquer parte interessada somente poderiam ser pagos depois de transitada em julgado a sentença que determinar a qualificação do crédito controvertido, ou mediante caução, respeitados os termos da Lei de Falências.

e. Reestruturação dos créditos de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP)

O pagamento de 100% do valor do respectivo crédito de ME e EPP seria pago para cada credor de ME e EPP da seguinte forma: (i) 1 parcela inicial no valor fixo de R\$0,5 (quinhentos reais), a ser paga em até 12 meses contados da homologação judicial do Plano; (ii) 4 parcelas anuais no valor fixo de R\$1 (mil reais) cada, vencendo-se a primeira 24 meses após a homologação judicial do Plano; (iii) 40 parcelas trimestrais iguais e sucessivas, calculadas em função do saldo devedor em aberto no 60º mês após a homologação judicial do Plano, de acordo com o fluxo de pagamentos previsto no Plano, vencendo-se a primeira 63 meses após a homologação judicial do Plano. O valor dos créditos de ME e EPP sofreria a incidência de juros e de correção monetária equivalentes a uma taxa fixa de 3% ao ano, já incorporados ao fluxo de pagamentos.

Cada credor de ME e EPP poderia, a sua livre escolha, e dentro do prazo previsto, optar pelo recebimento de seu crédito de ME e EPP por qualquer das opções A, B, C ou D previstas para os credores quirografários. A opção realizada nesses termos pelo credor de ME e EPP deveria ser formalizada mediante o preenchimento e envio ao Grupo Lupatech do formulário contido em anexo ao Plano, no prazo de até 30 dias após a homologação judicial do Plano.

Na hipótese de majoração de qualquer crédito de ME e EPP, ou inclusão de novo crédito de ME e EPP, em decorrência de eventual impugnação de crédito ou do julgamento de qualquer ação judicial, o respectivo valor (em caso de inclusão) ou valor adicional (em caso de majoração) será pago, por meio da distribuição proporcional do valor nas parcelas futuras. A eventual majoração ou inclusão de qualquer crédito de ME e EPP na lista de credores durante o prazo de

Notas Explicativas

pagamento não geraria ao credor de ME e EPP cujos créditos forem majorados qualquer direito ao recebimento retroativo ou proporcional de parcelas já pagas.

Créditos de ME e EPP que tenham a sua classificação contestada por qualquer parte interessada, somente podem ser pagos depois de transitada em julgado a sentença que determinar a qualificação do crédito controvertido, ou mediante caução, respeitados os termos da Lei de Falências.

f. Forma e obtenção de novos recursos

Os novos recursos poderiam ser obtidos por qualquer meio que o Grupo Lupatech julgar conveniente, inclusive, por meio (i) da realização de emissão de ações representativas do capital de qualquer das sociedades do Grupo Lupatech; (ii) da emissão de Debêntures, inclusive conversíveis em ações representativas do capital de qualquer das sociedades do Grupo Lupatech; (iii) da emissão de bônus de subscrição por qualquer das sociedades do Grupo Lupatech; (iv) da emissão de títulos representativos de dívidas no exterior, seja por qualquer das sociedades do Grupo Lupatech ou por qualquer sociedade, no Brasil ou no exterior, inclusive controlada de qualquer das sociedades do Grupo Lupatech, e que podem ser conversíveis em capital da sociedade emissora; (v) da alienação de ativos, inclusive UPIs e participações societárias, do Grupo Lupatech; (vi) da locação ou arrendamento de ativos; (vii) da contratação de mútuos ou outras formas de financiamento; (viii) da realização de operações de cisão, fusão, incorporação, transformação de sociedades, cessão de quotas ou ações, alteração de controle societário, *drop down* de ativos, aumento de capital social, constituição de Sociedades de Propósitos Específicos (SPEs), ou qualquer outra operação de natureza societária.

Após a homologação judicial do Plano, o Grupo Lupatech poderia utilizar os novos recursos para (a) a recomposição do capital de giro; (b) a realização do seu plano de negócios; (c) o pagamento das despesas da Recuperação Judicial; (d) o pagamento dos credores sujeitos ao Plano; e (e) antecipações de pagamentos de credores sujeitos ao Plano.

A captação de novos recursos poderia ser garantida por ativos do Grupo Lupatech, reais e fiduciárias sobre quaisquer bens do seu ativo permanente ou circulante, exceto sobre aqueles bens já onerados aos credores com garantia real, além de outorgar garantias pessoais, para garantir a captação de novos recursos, preservados os direitos dos credores com garantia real.

g. Alienação de ativos e de Unidades Produtivas Isoladas (UPIs)

O Grupo Lupatech poderia, a partir da homologação judicial do Plano gravar, substituir ou alienar os seguintes bens do seu ativo permanente, sem a necessidade de prévia autorização judicial ou da Assembleia-Geral de Credores, sem prejuízo das demais alienações de bens ou outras transações previstas pelo Plano, respeitando-se os direitos contratuais, gravames e demais restrições que sejam aplicáveis a tais ativos: (i) Bens gravados com garantia real ou com garantia fiduciária, desde que houvesse a autorização do respectivo credor com garantia real detentor da respectiva garantia real, ou do respectivo credor não sujeito ao Plano detentor da respectiva garantia fiduciária, conforme o caso; (ii) Bens a serem oferecidos em garantia para a captação de novos recursos, desde que tais bens estejam livres de qualquer ônus ou haja a concordância dos credores com garantia real ou dos credores não sujeitos ao plano titulares de garantias sobre tais bens; (iii) Bens que tenham sofrido o desgaste natural decorrente da sua atividade regular ou que, por qualquer motivo, tenham se tornado inservíveis para o uso a que se destinam; (iv) Bens que tenham se tornados obsoletos ou desnecessários ao exercício das atividades do Grupo Lupatech; (v) Bens cujo valor, individual ou em conjunto, não ultrapasse a soma de R\$20.000 por ano; e (vi) Bens que não sejam essenciais para a realização do núcleo das

Notas Explicativas

atividades do Grupo Lupatech, conforme previsão de desmobilização de ativos constante da análise de viabilidade econômico-financeira.

Sem prejuízo das hipóteses citadas acima, seria permitida qualquer outra modalidade de alienação, substituição ou oneração de bens, nos termos do Plano, ou mediante autorização do Juízo da Recuperação ou aprovação pela Assembleia-Geral de Credores, respeitados os termos das legislações e dos contratos aplicáveis a tais ativos. Decorrido o prazo de 2 anos após a homologação judicial do plano, o Grupo Lupatech poderia alienar livremente quaisquer bens de seu ativo circulante ou permanente que não se encontrem gravados, não sendo aplicáveis as restrições previstas neste Plano ou no art. 66 da Lei de Falências, estando, porém, sujeitas às restrições usuais constantes dos contratos sociais e estatutos das sociedades do Grupo Lupatech e de novos instrumentos de dívida, conforme o caso.

As UPIs alienadas nos termos acima estariam livres de quaisquer ônus e os seus respectivos adquirentes não responderiam por nenhuma dívida ou contingência do Grupo Lupatech, inclusive as de caráter tributário e trabalhista, nos termos do art. 60 e 141 da Lei de Falências.

Quaisquer alienações de UPIs seriam realizadas por meio de procedimento competitivo ou por outras modalidades, na forma da lei. Em qualquer caso, a alienação seria feita ao proponente que ofertar as melhores condições para o cumprimento do Plano, respeitado o disposto nos respectivos editais, nos termos da Lei de Falências, atendidas as demais condições previstas no Plano. Fica a critério do Grupo Lupatech optar por quaisquer modalidades de procedimento competitivo ou por outras modalidades, na forma da lei.

Durante a vigência do plano de recuperação judicial as seguintes principais medidas foram implementadas pela Companhia:

- a) Pagamento aos credores da Classe 1, limitado ao valor por indivíduo de R\$3.940,00 reais (5 salários mínimos) no mês de dezembro de 2015;
- b) Concentração da dívida concursal das empresas brasileiras do grupo econômico na Lupatech S/A, como principal pagadora, remanescendo a solidariedade das demais empresas recuperandas;
- c) Venda de participação societária na sociedade Vicinay Marine, S.L. no montante de R\$28.599 em março de 2016, conforme descrito na nota explicativa nº 1.2.

III. *Processo de anulação homologatória do Plano de Recuperação Judicial do Grupo Lupatech*

Objetivando a reforma de referida decisão de homologação do Plano de Recuperação Judicial, foram interpostos 02 (dois) agravos de instrumento perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Em sessão de julgamento ocorrida em 27 de junho de 2016, a 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo deu provimento a ambos agravos de instrumento, determinando a anulação da decisão homologatória do Plano de Recuperação Judicial e a apresentação de novo Plano de Recuperação Judicial nos autos de origem, em 45 (quarenta e cinco) dias.

Uma das principais ponderações da 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que motivou o provimento dos agravos foi a seguinte (relacionada à forma de pagamento dos créditos quirografários):

Notas Explicativas

- O plano não deveria conter diferentes opções de pagamento, as quais ficariam à escolha de cada credor em momento posterior à Assembleia Geral de Credores, já que a decisão de homologação do Plano restaria desprovida de conteúdo determinado quanto a cada credor, o que impossibilitaria a novação das obrigações, inerente ao próprio ato de aprovação do Plano, por conta da incerteza quanto aos termos em cada credor estaria vinculado.

Destaca-se, ainda, que a da 2ª Câmara decidiu pela nulidade de algumas cláusulas acessórias contidas no Plano de Recuperação Judicial, bem como interpretou que a conjugação dos prazos de pagamento, a ausência de correção monetária e as taxas de juros propostas não seriam razoáveis e acarretariam em sacrifício excessivo aos credores.

Por entender desarrazoados os acórdãos, o Grupo Lupatech, em 21 de julho de 2016, opôs embargos de declaração para fins de prequestionamento, com o intuito de, posteriormente, interpor recursos especiais perante o Superior Tribunal de Justiça e com isso reformar as referidas decisões. Não obstante, os recursos especiais conterão pedidos de concessão de efeito suspensivo, a fim de que o Grupo Lupatech retome a plena execução do Plano de Recuperação Judicial.

O Grupo Lupatech entende, com base na opinião dos seus assessores jurídicos, que é plenamente válido o Plano de Recuperação Judicial e discorda integralmente dos termos dos acórdãos proferidos. No entanto, caso não obtenha sucesso em reformá-los, providenciará a apresentação de novo Plano de Recuperação Judicial nos autos de origem, em conformidade com os parâmetros determinados pela 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

IV. *Impactos contábeis ocorridos pela anulação do Plano de Recuperação Judicial*

Com o fato da anulação do Plano de Recuperação Judicial, a Companhia ajustou suas demonstrações contábeis e de suas controladas em Recuperação Judicial em 30 de junho de 2016, respeitando os efeitos da decisão anulatória de 27 de junho de 2016 do plano que surtiu efeitos legais a partir de 14 de julho de 2016.

Os efeitos contábeis significativos restringem-se ao impacto da ausência de novação da dívida concursal, listados a seguir:

- Reversão do ajuste a valor presente sobre empréstimos e financiamentos, fornecedores, Debêntures e *Bonds* no montante de R\$392.789;
- Reversão do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o ajuste a valor presente no montante de R\$93.484;
- Provisão de juros sobre fornecedores e multas com clientes no montante de R\$16.182;
- Provisão de juros sobre empréstimos e financiamentos no montante de R\$30.631;
- Provisão de juros e variação cambial sobre *Bonds* no montante de R\$6.907;
- Provisão de juros sobre Debêntures no montante de R\$10.143.

O Grupo Lupatech entende que a anulação do Plano de Recuperação Judicial não tem impacto sobre os ativos vendidos no curso do processo de recuperação judicial, já que referidas vendas foram realizadas a partir da devida autorização judicial prévia para tanto. Sem prejuízo, administração, com base na opinião dos seus assessores jurídicos, entende que a anulação não

Notas Explicativas

alcança os atos jurídicos perfeitos praticados sob a vigência do Plano de Recuperação Judicial, tais como as capitalizações de créditos realizadas entre as empresas do Grupo Lupatech.

1.2 Continuidade operacional

A Administração monitora permanentemente as necessidades de recursos de curto prazo da Companhia visando avaliar riscos à continuidade normal dos negócios e ações a serem tomadas neste contexto.

A Companhia teve êxito em determinadas medidas implementadas desde o ajuizamento do pedido de Recuperação Judicial as quais viabilizaram a injeção de recursos substanciais em suas operações. Entre tais medidas, tem destaque o recebimento de substanciais quantias do seu principal cliente (R\$36.951 em dezembro de 2015) e a venda de participações societárias (R\$28.599 em março de 2016). Outras medidas contidas no plano que foram executadas referem-se a vendas de ativo imobilizado da companhia, e a concentração da dívida concursal das empresas brasileiras do grupo econômico na Lupatech S/A, como principal pagadora, remanescendo a solidariedade das demais empresas recuperandas.

No curso do exercício, a Companhia foi capaz de injetar o capital de giro e executar os investimentos requeridos pelas suas operações. Entretanto, em qualquer cenário desenvolvido pela Administração, as estimativas indicam a necessidade de obtenção de recursos financeiros adicionais para elevar os níveis de capital de giro para suportar a retomada das operações. Determinadas unidades de negócios têm tido suas operações substancialmente afetadas pelas condições de mercado de Óleo e Gás e pelas repercussões do processo de Recuperação judicial, tendo o seu nível de atividade e seu desempenho operacional limitado. Na avaliação da Companhia, estas unidades voltarão a operar da maneira esperada à medida que o ambiente de negócios se normalize, sempre que os recursos necessários ao seu capital circulante sejam conferidos.

A Administração tem conduzido ações e negociações, com apoio de seus assessores financeiros, que podem incluir transações de capital e/ou desinvestimentos de ativos, entre outras, visando a obtenção de recursos financeiros. Durante o ano 2015, a Administração deu continuidade às negociações que já estavam em curso e considerando o andamento e estágio atual dessas ações, a Administração tem a expectativa de que recursos adicionais serão obtidos no decorrer de 2016 e 2017.

Em 07 de março de 2016 a Companhia concluiu a venda da participação societária da Companhia na sociedade espanhola Vicinay Marine, S.L., referente a 55.135 quotas, representativas de 4,28% do capital social da Vicinay, recebendo por essa negociação o montante R\$28.599 no próprio mês. A operação é a recompra de referida participação societária pela própria Vicinay e foi aprovada pelo juiz da 1ª Vara de Falências, Recuperações Judiciais e Conflitos Relacionados à Arbitragem de Capital, onde tramita a recuperação judicial da Companhia.

A Administração da Companhia busca superar a crise econômico-financeira do Grupo Lupatech e reestruturar seus negócios, com o objetivo de preservar a sua atividade empresarial, mantendo sua posição de destaque como um dos mais relevantes grupos econômicos do Brasil relacionados ao setor de óleo e gás; manter-se como fonte de geração de riquezas, tributos e empregos; e estabelecer a forma de pagamento de seus credores, sempre com vistas a atender aos seus melhores interesses.

Notas Explicativas

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas CPC)

As informações trimestrais consolidadas foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As informações trimestrais individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP.

A Administração da Companhia, afirma que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em atendimento ao Ofício Circular CVM nº 003/2011, de 28 de abril de 2011, a seguir apresentamos as notas explicativas incluídas nas demonstrações financeiras anuais mais recentes (exercício findo em 31 de dezembro de 2015), as quais, tendo em vista a ausência de alterações relevantes neste período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, não estão sendo repetidas ou incluídas de forma completa nestas informações trimestrais:

<u>Notas explicativas não incluídas no período de seis meses findo em 30 de junho de 2016</u>	<u>Localização da nota completa na demonstração anual do exercício de 2015</u>
Principais práticas contábeis	Nota explicativa nº 3
Impostos a recolher - Não Circulante	Nota explicativa nº 19

A emissão das informações trimestrais individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 12 de agosto de 2016.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas informações trimestrais estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Base de mensuração

As informações trimestrais foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

2.4 Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Lupatech S/A – Em Recuperação Judicial e suas controladas.

2.4.1 Empresas controladas

Não houve alterações de participações em empresas controladas no período de seis meses findo em 30 de junho de 2016.

2.4.2 Empresas controladas em conjunto

Não houve alterações de participações em empresas controladas em conjunto no período de seis meses findo em 30 de junho de 2016.

Notas Explicativas

2.4.3 Empresas integrantes das demonstrações consolidadas

As informações trimestrais consolidadas incluem as informações contábeis da Lupatech S/A – Em Recuperação Judicial e suas controladas diretas e indiretas, conforme demonstrado a seguir:

Empresas controladas diretas e indiretas	Participação direta e indireta (%)	
	30/06/2016	31/12/2015
Participações diretas		
Mipel Ind. e Com. de Válvulas Ltda. - Em Recuperação Judicial - (Brasil)	100,00	100,00
Lupatech Equipamentos de Serviços para Petróleo Ltda.- Em Recuperação Judicial - (Brasil)	100,00	100,00
Lupatech Finance Limited - Em Recuperação Judicial - (Ilhas Cayman)	100,00	100,00
Lupatech II Finance Limited - (Ilhas Cayman)	100,00	100,00
Recu S.A. - (Argentina)	95,00	95,00
Lupatech OFS Coöperatief U.A. - (Holanda)	100,00	100,00
Lupatech Netherlands Coöperatief U.A. - (Holanda)	2,29	2,29
Lochness Participações S/A - Em Recuperação Judicial - (Brasil)	100,00	100,00
Participações indiretas		
Recu S.A. - (Argentina)	5,00	5,00
Lupatech Netherlands Coöperatief U.A. - (Holanda)	97,71	97,71
Lupatech OFS S.A.S. - (Colômbia)	100,00	100,00
Lupatech Perfuração e Completação Ltda.- Em Recuperação Judicial - (Brasil)	100,00	100,00
Sotep Sociedade Técnica de Perfurações S/A - Em Recuperação Judicial - (Brasil)	100,00	100,00
Prest Perfurações Ltda. - Em Recuperação Judicial - (Brasil)	100,00	100,00
Itacau Agenciamentos Marítimos Ltda. - Em Recuperação Judicial - (Brasil)	100,00	100,00
Matep S.A. Máquinas e Equipamentos - Em Recuperação Judicial - (Brasil)	100,00	100,00
Amper Amazonas Perfurações Ltda. - Em Recuperação Judicial - (Brasil)	100,00	100,00
UNAP International Ltd. - (Ilhas Cayman)	100,00	100,00

3 Normas, alterações e interpretações de normas

Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016 e não foram adotadas na preparação destas informações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement* (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração).

A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 9 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

Notas Explicativas

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS e nos princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos da América (“U.S. GAAP”) quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos que o IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

- *Accounting for Aquisitions of Interests in Joint Operations* (Contabilização de Aquisições de participações em Operações em conjunto) (alteração do IFRS 11)
- *Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation* (Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações do CPC 27 / IAS 16 e CPC 04 / IAS 38)
- *Sale or Contribution of Assets Between an Investor and its Associate or Joint Venture* (Transferência ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Empreendimento Controlado em Conjunto) (alterações do CPC 36 / IFRS 10 e CPC 18 / IAS 28)
- *Disclosure Initiative* (Iniciativa de Divulgação) (Alteração do CPC 26 / IAS 1).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulguem as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4 Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários restritos

Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa estão compostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
<u>Caixa e bancos</u>				
No Brasil	7	8	1.376	22.671
No exterior	45	55	914	5.262
	<u>52</u>	<u>63</u>	<u>2.290</u>	<u>27.933</u>
<u>Equivalentes de caixa</u>				
Certificado de depósito bancário	66	3.062	66	3.079
	<u>66</u>	<u>3.062</u>	<u>66</u>	<u>3.079</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>118</u>	<u>3.125</u>	<u>2.356</u>	<u>31.012</u>

Os valores de equivalentes de caixa são referentes a aplicações de liquidez imediata e com risco insignificante de modificação do valor e referem-se a recursos aplicados em renda fixa e certificados de depósito bancário. As taxas de remuneração das aplicações financeiras de

Notas Explicativas

certificado de depósito bancário têm como parâmetro o Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

Títulos e valores mobiliários - Restrito

Em 30 de junho de 2016 a Companhia possui R\$1.113, registrado como “Títulos e valores mobiliários – restritos” no ativo circulante, e R\$5.397 no ativo não circulante (R\$1.163 no ativo circulante e R\$5.640 no ativo não circulante, em 31 de dezembro de 2015), referentes a depósito de reserva para pagamento de eventuais passivos indenizáveis, conforme cláusula contratual de compra e venda da unidade Metalúrgica Ipê para a Duratex, denominado *Escrow Account*, aplicado em CDB.

5 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Mercado nacional	17.025	18.856	52.336	56.326
Mercado externo	2.726	3.805	6.600	12.440
	19.751	22.661	58.936	68.766
Menos: provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.259)	(4.778)	(5.657)	(6.436)
	15.492	17.883	53.279	62.330

6 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Produtos prontos	3.117	8.161	9.687	17.016
Mercadorias para revenda	1.603	323	6.082	3.502
Produtos em elaboração	9.330	8.975	15.344	15.199
Matéria-prima e materiais auxiliares	21.885	20.867	52.594	51.080
Perdas com obsolescência de estoques	(11.999)	(6.975)	(35.962)	(30.448)
Total	23.936	31.351	47.745	56.349

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2016 foram reconhecidas no resultado perdas com obsolescência de estoques no montante de R\$5.024 na controladora e de R\$5.514 no consolidado.

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2015 foram reconhecidas no resultado perdas com obsolescência de estoques no montante de R\$1.648 na controladora e de R\$2.107 no consolidado.

Notas Explicativas

7 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
ICMS a recuperar	13.776	13.806	14.454	14.632
IPI a recuperar	1.426	1.484	1.780	1.854
PIS a recuperar	635	658	1.226	1.253
Cofins a recuperar	3.134	3.247	5.086	5.816
Antecipação de IRPJ e CSLL	-	-	15.783	19.829
IRF e IRPJ a recuperar	690	851	32.445	27.877
CSLL a recuperar	133	281	6.362	6.647
INSS a recuperar	44	41	1.041	1.183
ISS a recuperar	-	-	46	463
Outros	29	-	189	226
Provisão para não recuperabilidade de impostos	(8.349)	(8.349)	(8.349)	(8.349)
Total	11.518	12.019	70.063	71.431
Circulante	5.441	5.869	33.046	30.976
Não circulante	6.077	6.150	37.017	40.455

A origem dos créditos acima relacionados é a seguinte:

- **COFINS, PIS e IPI a recuperar** – decorrem, basicamente, de créditos sobre compras de matérias-primas utilizadas em produtos exportados e venda de produtos tributados a alíquota zero. A realização destes créditos tem sido efetuada através de compensação com outros tributos federais.
- **Imposto de renda e contribuição social a recuperar** – são decorrentes de impostos sobre o lucro, pagos a maior ao longo de anos anteriores, ou na forma de antecipação no exercício corrente, e de impostos retidos na fonte sobre operações financeiras e serviços prestados por terceiros. A Companhia presta serviços à Petrobras, empresa estatal que efetua retenções de impostos sobre o faturamento. Estes impostos vêm sendo compensados com impostos a pagar apurados de mesma natureza.
- **ICMS** - refere-se a créditos sobre aquisições de insumos utilizados na fabricação de produtos cuja venda está sujeita à base de cálculo reduzida de ICMS, bem como a créditos sobre aquisições de insumos utilizados na fabricação de produtos destinados à exportação.

Ações vêm sendo tomadas para utilizar esses créditos fiscais acumulados, sendo as principais:

- Reestruturação societária das operações através da incorporação e transformação em filiais;
- Estratégia e logística de aquisição de insumos;
- Utilização do programa de *drawback*; e
- Estudos específicos de investimentos podendo incluir a utilização de parte dos créditos.

Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2016, a Companhia possui provisão no valor de R\$8.349 referente a créditos de ICMS sem expectativa de realização. Este valor representa, nesta data base, a melhor estimativa da Administração em relação à parcela de ICMS a recuperar de difícil realização.

8 Outras contas a receber

Em 30 de junho de 2016, a Companhia possui saldo registrado como outras contas a receber no ativo circulante no montante de R\$1.065 (R\$1.260 em 31 de dezembro de 2015) na controladora e R\$4.554 (R\$7.715 em 31 de dezembro de 2015) no consolidado, o qual é composto conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Adiantamento de viagem	3	4	51	106
Adiantamento a funcionários	704	850	1.100	1.487
Lucros e dividendos a receber	-	-	1.664	1.664
Contas a receber de seguro e sinistro	138	174	138	174
Outras contas a receber	220	232	1.601	4.284
Total	1.065	1.260	4.554	7.715

Em 30 de junho de 2016 a Companhia possui o saldo registrado como outras contas a receber no ativo não circulante no montante de R\$6.425 (R\$6.130 em 31 de dezembro de 2015) na controladora e R\$30.238 (R\$33.384 em 31 de dezembro 2015) no consolidado, onde é composto conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Mútuos a receber da Unifit	6.280	5.992	6.280	5.992
Mútuos a receber da Luxxon	145	138	5.410	5.144
Contas a receber da San Antonio International	-	-	13.802	16.791
Contas a receber referente a venda de investimento	-	-	4.268	4.979
Outras contas a receber	-	-	478	478
Total	6.425	6.130	30.238	33.384

Em 30 de junho de 2016 a Companhia possui contas a receber da San Antonio International relacionadas à venda de ativo imobilizado no montante de R\$13.802 (R\$16.791 em 31 de dezembro de 2015), onde parte desse montante poderá ser compensado com valores relacionados aos serviços prestados pela San Antonio International à Companhia.

9 Investimentos

9.1 Investimentos em controladas e coligadas

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Em controladas	293.592	448.991	-	-
Ágio na aquisição dos investimentos (Nota nº 10)	6.065	6.065	-	-
Total	299.657	455.056	-	-

Notas Explicativas

Lupatech S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras intermediárias em
30 de junho de 2016

	Mipel	Recu	LESP	Finance	Finance II	LNC	LOFS	Lochness	Controladora	
									30/06/2016	31/12/2015
Dados dos investimentos										
Quantidade de ações ou cotas										
Ações ordinárias (mil)	-	3.000	-	-	-	-	-	619.895	-	-
Cotas do capital social (mil)	18.717	-	379.174	50	1	-	-	-	-	-
Porcentual de participação	100	95	100	100	100	2,29	100	100	-	-
Patrimônio líquido	15.387	965	33.190	98.221	3	14.757	39.624	19.586	-	-
Resultado no período	(379)	-	(7.167)	16.042	-	(1.257)	(11.030)	(35.205)	-	-
Lucros não realizados	(493)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Movimentação dos investimentos										
Saldo inicial no período	15.419	1.287	144.462	168.546	3	764	54.792	63.718	448.991	151.125
Aumento / subscrição de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	200.285
Adiantamento para futuro aumento de capital	3.021	-	-	-	-	-	-	595	3.616	137.739
Resultado de equivalência patrimonial	(525)	-	(7.167)	(48.045)	-	(29)	(11.030)	(35.205)	(102.001)	(70.955)
Reclassificação do passivo a descoberto	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(50.393)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(370)	(59.705)	(22.280)	-	(397)	(4.138)	29.876	(57.014)	79.817
Movimento por desinvestimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.393
Saldo final no período	17.915	917	77.590	98.221	3	338	39.624	58.984	293.592	448.991

As razões sociais das controladas e coligadas são as seguintes: Mipel - Mipel Ind. Com. Válvulas Ltda. - Em Recuperação Judicial; Recu – S/A; LESP – Lupatech – Equipamentos e Serviços para Petróleo Ltda.- Em Recuperação Judicial; Finance - Lupatech Finance Limited - Em Recuperação Judicial; Finance II - Lupatech II Finance Limited; LNC – Lupatech Netherlands Coöperatief U.A.; LOFS – Lupatech OFS Coöperatief U.A. e Lochness Participações S/A - Em Recuperação Judicial.

Notas Explicativas

Lupatech S.A. – Em Recuperação Judicial
Demonstrações financeiras intermediárias em
30 de junho de 2016

O resultado da equivalência patrimonial é composto como segue:

	Período de três meses findo em		Período de seis meses findo em	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Em controladas	(99.993)	(24.220)	(102.001)	(49.632)
Em controladas em conjunto (<i>joint venture</i>)	-	(371)	-	(371)
	<u>(99.993)</u>	<u>(24.591)</u>	<u>(102.001)</u>	<u>(50.003)</u>
Consolidado				
	Período de três meses findo em		Período de seis meses findo em	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Em controladas em conjunto (<i>joint venture</i>)	-	(371)	-	(371)
	<u>-</u>	<u>(371)</u>	<u>-</u>	<u>(371)</u>

9.2 Investimentos em controladas em conjunto (*joint venture*)

Luxxon Participações S/A é a entidade controlada em conjunto do grupo Lupatech com a Axxon Group. A Companhia divide com os outros sócios a administração conjunta das atividades relevantes dessa entidade.

Em 30 de junho de 2016, a Companhia reconheceu investimentos em controlada em conjunto (*Joint Venture*) referente a Luxxon Participações S/A, como provisão para passivo a descoberto, no montante de R\$3.660.

Os investimentos controlados em conjunto são mensurados pelo método da equivalência patrimonial.

9.3 Outros investimentos

Investimento na empresa Vicinay Marine S.L.

Em 07 de março de 2016 a Companhia concluiu a venda da participação societária da Companhia na sociedade espanhola Vicinay Marine, S.L., referente a 55.135 quotas, representativas de 4,28% do capital social da Vicinay, recebendo por essa negociação o montante R\$28.599 no próprio mês.

A operação é a recompra de referida participação societária pela própria Vicinay e foi aprovada pelo juiz da 1ª Vara de Falências, Recuperações Judiciais e Conflitos Relacionados à Arbitragem de Capital, onde tramita a recuperação judicial da Companhia.

10 Imobilizado

	Taxas médias ponderadas de depreciação % ao ano	Controladora		Consolidado	
		30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
		líquido	líquido	líquido	líquido
Terrenos	-	12.336	12.336	13.037	13.057
Prédios e construções	2%	31.636	32.081	42.760	43.479
Máquinas e equipamentos	9%	30.771	32.884	153.593	188.257
Moldes e matrizes	15%	878	1.024	1.027	1.187
Instalações industriais	5%	7.434	7.719	9.285	9.604
Móveis e utensílios	9%	1.284	1.404	2.525	2.825
Equipamentos para processamento de dados	14%	271	333	582	767
Benfeitorias	2%	217	250	1.563	1.680
Veículos	19%	146	148	1.290	2.377
Vasilhames	-	1	2	8	9
Adiantamentos para aquisição de imobilizado	-	11	10	10.118	10.767
Imobilizações em andamento	-	286	306	47.812	80.853
Total		<u>85.271</u>	<u>88.497</u>	<u>283.600</u>	<u>354.862</u>

Notas Explicativas

Síntese de movimentação do imobilizado:

Controladora									
Custo do imobilizado bruto	Terrenos	Prédios e construções	Máquinas equipamentos e moldes e matrizes	Instalações industriais e benfeitorias	Móveis e utensílios	Equipamentos processamento de dados	Imobilizado em andamento	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	12.336	39.257	90.351	11.712	3.888	3.896	306	483	162.229
Adições	-	-	34	11	5	42	3	14	109
Transferências	-	-	23	-	-	-	(23)	-	-
Saldo em 30 de junho de 2016	12.336	39.257	90.408	11.723	3.893	3.938	286	497	162.338
Controladora									
Depreciação acumulada	Terrenos	Prédios e construções	Máquinas equipamentos e moldes e matrizes	Instalações industriais e benfeitorias	Móveis e utensílios	Equipamentos processamento de dados	Imobilizado em andamento	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	(7.176)	(56.443)	(3.743)	(2.484)	(3.563)	-	(323)	(73.732)
Adições	-	(445)	(2.316)	(329)	(125)	(104)	-	(16)	(3.335)
Saldo em 30 de junho de 2016	-	(7.621)	(58.759)	(4.072)	(2.609)	(3.667)	-	(339)	(77.067)
Controladora									
Imobilizado líquido	Terrenos	Prédios e construções	Máquinas equipamentos e moldes e matrizes	Instalações industriais e benfeitorias	Móveis e utensílios	Equipamentos processamento de dados	Imobilizado em andamento	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	12.336	32.081	33.908	7.969	1.404	333	306	160	88.497
Saldo em 30 de junho de 2016	12.336	31.636	31.649	7.651	1.284	271	286	158	85.271
Consolidado									
Custo do imobilizado bruto	Terrenos	Prédios e construções	Máquinas equipamentos e moldes e matrizes	Instalações industriais e benfeitorias	Móveis e utensílios	Equipamentos processamento de dados	Imobilizado em andamento	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	13.057	56.347	452.841	18.900	10.092	10.683	80.853	34.866	685.490
Adições	-	-	1.925	28	7	148	9	-	2.117
Alienações	-	-	(21.087)	-	(1)	(12)	-	(9)	(21.109)
Transferências	-	-	26.712	-	88	30	(26.374)	(456)	-
Efeito da conversão de controladas no exterior	(20)	(41)	(41.995)	-	(60)	(174)	(6.676)	(934)	(49.900)
Saldo em 30 de junho de 2016	13.037	56.306	418.396	18.928	10.126	10.675	47.812	33.467	616.598
Consolidado									
Depreciação acumulada	Terrenos	Prédios e construções	Máquinas equipamentos e moldes e matrizes	Instalações industriais e benfeitorias	Móveis e utensílios	Equipamentos processamento de dados	Imobilizado em andamento	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	(12.868)	(263.397)	(7.616)	(7.267)	(9.916)	-	(21.713)	(330.628)
Adições	-	(692)	(21.466)	(464)	(310)	(333)	-	(873)	(24.138)
Alienações	-	-	1.227	-	1	11	-	5	1.244
Transferências	-	-	68	-	(68)	-	-	-	-
Efeito da conversão de controladas no exterior	-	14	19.792	-	43	145	-	530	20.524
Saldo em 30 de junho de 2016	-	(13.546)	(263.776)	(8.080)	(7.601)	(10.093)	-	(22.051)	(332.998)
Consolidado									
Imobilizado líquido	Terrenos	Prédios e construções	Máquinas equipamentos e moldes e matrizes	Instalações industriais e benfeitorias	Móveis e utensílios	Equipamentos processamento de dados	Imobilizado em andamento	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	13.057	43.479	189.444	11.284	2.825	767	80.853	13.153	354.862
Saldo em 30 de junho de 2016	13.037	42.760	154.620	10.848	2.525	582	47.812	11.416	283.600

O valor dos bens do ativo imobilizado vinculados a garantias de passivos em 30 de junho de 2016 é como segue:

Passivo garantido	Imobilizado	
	Controladora	Consolidado
Tributário (Execuções fiscais)	11.498	11.498
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	73.461	89.846
Total	84.959	101.344

Arrendamentos mercantis

Em 30 de junho de 2016, a Companhia possui através da controlada Lupatech OFS S.A.S. arrendamento mercantil financeiro no montante de R\$9.441 (R\$13.304 em 31 de dezembro de 2015).

Notas Explicativas

11 Intangíveis

	Taxa ponderada de amortização % ao ano	Controladora		Consolidado	
		30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
		líquido	líquido	líquido	líquido
Ágios na aquisição de investimentos (*)	-	55.414	55.414	101.143	103.459
Softwares e outras licenças	20%	2.409	2.707	2.212	2.650
Desenvolvimento de novos produtos	20%	13.009	13.535	14.321	14.895
Total		<u>70.832</u>	<u>71.656</u>	<u>117.676</u>	<u>121.004</u>

(*) Na Controladora representa o saldo do ágio das controladas incorporadas.

Síntese de movimentação do intangível:

	Controladora			
	Ágios na aquisição de investimentos	Software e outras licenças	Desenvolvimento de novos produtos	Total
Custo do intangível bruto				
Saldos em 31 de dezembro de 2015	55.414	10.612	19.998	86.024
Adições	-	43	24	67
Saldos em 30 de junho de 2016	<u>55.414</u>	<u>10.655</u>	<u>20.022</u>	<u>86.091</u>
Amortização acumulada				
Saldos em 31 de dezembro de 2015	-	(7.905)	(6.463)	(14.368)
Adições	-	(341)	(550)	(891)
Saldos em 30 de junho de 2016	<u>-</u>	<u>(8.246)</u>	<u>(7.013)</u>	<u>(15.259)</u>
Intangível líquido				
Saldos em 31 de dezembro de 2015	55.414	2.707	13.535	71.656
Saldos em 30 de junho de 2016	<u>55.414</u>	<u>2.409</u>	<u>13.009</u>	<u>70.832</u>
	Consolidado			
	Ágios na aquisição de investimentos	Software e outras licenças	Desenvolvimento de novos produtos	Total
Custo do intangível bruto				
Saldos em 31 de dezembro de 2015	103.459	11.491	22.087	137.037
Adições	-	43	23	66
Efeito da conversão de controladas no exterior	(2.316)	-	-	(2.316)
Saldos em 30 de junho de 2016	<u>101.143</u>	<u>11.534</u>	<u>22.110</u>	<u>134.787</u>
Amortização acumulada				
Saldos em 31 de dezembro de 2015	-	(8.841)	(7.192)	(16.033)
Adições	-	(481)	(597)	(1.078)
Saldos em 30 de junho de 2016	<u>-</u>	<u>(9.322)</u>	<u>(7.789)</u>	<u>(17.111)</u>
Intangível líquido				
Saldos em 31 de dezembro de 2015	103.459	2.650	14.895	121.004
Saldos em 30 de junho de 2016	<u>101.143</u>	<u>2.212</u>	<u>14.321</u>	<u>117.676</u>

Notas Explicativas

Segue abaixo um resumo da alocação do saldo do ágio por nível de Unidade Geradora de Caixa:

UGCs	Ágios na aquisição de investimentos			
	Investimentos (Nota nº 9)		Intangível	
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Segmento Produtos				
Carbonox e Valmicro (Grupo de Unidades)	6.065	6.065	6.065	6.065
Unidade Cordoaria São Leopoldo	55.414	55.414	55.414	55.414
Segmento Serviços				
Lupatech – Equipamentos de Serviços para Petróleo – Unidade Fiberware	-	-	20.687	20.687
Unidade Lupatech OFS Coöperatief U.A. (Holanda)	-	-	18.977	21.293
Total	61.479	61.479	101.143	103.459
Investimento	6.065	6.065	-	-
Intangível	55.414	55.414	101.143	103.459

Os ágios são alocados às unidades geradoras de caixa para as quais podem ser identificados nos fluxos de caixa das Unidades Geradoras de Caixa – “UGC”.

O ágio alocado ao grupo de unidades Carbonox e Valmicro não é relevante no comparativo com o valor contábil total dos ágios, motivo pelo qual não estão sendo apresentadas informações individuais destas UGCs.

Segue abaixo resumo dos valores registrados como perda pela não recuperabilidade do ágio por Unidade Geradora de Caixa:

UGCs	Ágio na aquisição de investimento	Impairment	Àgio líquido
Segmento Produtos			
Grupo de Unidades - Carbonox e Valmicro	6.065	-	6.065
Unidade Cordoaria São Leopoldo	125.414	(70.000)	55.414
Lupatech - Equipamentos de Serviços para Petróleo - Unidade Oil Tools	9.149	(9.149)	-
Unidade Tecval	55.680	(55.680)	-
Lupatech - Equipamentos de Serviços para Petróleo - Unidade Monitoring Systems	9.884	(9.884)	-
Segmento Serviços			
Lupatech – Equipamentos de Serviços para Petróleo	59.227	(59.227)	-
Lupatech – Equipamentos de Serviços para Petróleo – Unidade Fiberware	20.687	-	20.687
Unidade Lupatech OFS Coöperatief U.A. (Holanda)	18.977	-	18.977
Total	305.083	(203.940)	101.143

12 Fornecedores

	31/12/2015					
	Controladora			Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Fornecedores sujeitos à recuperação judicial						
Nacionais	-	67.944	67.944	-	67.944	67.944
Estrangeiros	-	4.074	4.074	-	4.074	4.074
	-	72.018	72.018	-	72.018	72.018
Fornecedores não sujeitos à recuperação judicial						
Nacionais	5.356	-	5.356	26.664	-	26.664
Estrangeiros	538	-	538	2.420	-	2.420
	5.894	-	5.894	29.084	-	29.084
Total de fornecedores	5.894	72.018	77.912	29.084	72.018	101.102

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2015 o saldo de fornecedores sujeitos à recuperação judicial possui incidência de juros e de correção monetária equivalentes a uma taxa fixa de 3% ao ano, conforme propostos nos termos de pagamentos dos credores quirografários determinado no Plano de Recuperação Judicial homologado em dezembro de 2015.

Em 31 de dezembro de 2015 houve registro da receita de ajuste a valor presente sobre os fornecedores sujeitos à recuperação judicial no montante de R\$156.933 na controladora e no consolidado.

Em 30 de junho de 2016, devido à anulação do Plano de Recuperação Judicial cientificada à Companhia em 14 de julho de 2016, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.1, foram reclassificados os saldos com os fornecedores sujeitos à recuperação judicial, para o passivo circulante.

	30/06/2016					
	Controladora			Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Nacionais	140.529	-	140.529	152.348	-	152.348
Estrangeiros	189	-	189	1.603	-	1.603
Total de fornecedores	140.718	-	140.718	153.951	-	153.951

13 Empréstimos e financiamentos

Descrição	Indexador	31/12/2015							
		Controladora				Consolidado			
		Taxas de juros ponderada	Circulante	Não circulante	Total	Taxas de juros ponderada	Circulante	Não circulante	Total
Sujeitos à Recuperação Judicial									
Moeda nacional									
Credores com garantia real	FIXO	3,00% a.a.	-	59.700	59.700	3,00% a.a.	-	59.700	59.700
Credores quirografários	FIXO	3,00% a.a.	-	175.632	175.632	3,00% a.a.	-	339.183	339.183
Ajuste a valor presente			-	(153.751)	(153.751)		-	(237.857)	(237.857)
			-	81.581	81.581		-	161.026	161.026
Não sujeitos à Recuperação Judicial									
Moeda nacional									
Capital de giro / expansão	CDI	6,80% a.a.	1.458	-	1.458	8,84% a.a.	3.962	-	3.962
Capital de giro / expansão	TJLP	4,76% a.a.	5.915	-	5.915	4,82% a.a.	10.724	-	10.724
Títulos descontados	-	31,86% a.a.	327	-	327	33,45% a.a.	504	-	504
Cheque especial	FIXO	-	-	-	-	9,11% a.a.	4	-	4
Moeda estrangeira									
Capital de giro / expansão	DÓLAR	7,48% a.a.	1.529	-	1.529	7,48% a.a.	2.543	-	2.543
Capital de giro / expansão	PESO COP	-	-	-	-	10,55% a.a.	13.408	8.177	21.585
			9.229	-	9.229		31.145	8.177	39.322
Total de empréstimos e financiamentos			9.229	81.581	90.810		31.145	169.203	200.348

Em 31 de dezembro de 2015, os empréstimos e financiamentos sujeitos à recuperação judicial, tanto dos credores com garantia real como os credores quirografários, possuíam incidência de juros e de correção monetária equivalentes a uma taxa fixa de 3% ao ano, conforme determinado no Plano de Recuperação Judicial homologado em dezembro de 2015.

Em 31 de dezembro de 2015 houve registro da receita de ajuste a valor presente dos empréstimos e financiamentos no montante de R\$153.751 na controladora e de R\$237.857 no consolidado, considerando a taxa de desconto de 14,25% a.a.

Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2016, devido à anulação do Plano de Recuperação Judicial científica à Companhia em 14 de julho de 2016, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.1, foram reclassificados os saldos com os empréstimos e financiamentos sujeitos à recuperação judicial para o passivo circulante.

Descrição	Indexador	Taxas de juros ponderada	Controladora		Total
			30/06/2016		
			Circulante	Não circulante	
Moeda nacional					
Capital de giro / expansão	CDI	3,37% a.a.	35.030	-	35.030
Capital de giro / expansão	TJLP	5,94% a.a.	83.136	-	83.136
Capital de giro / expansão	TJLP	3,00% a.a.	25.020	-	25.020
Capital de giro / expansão	FIXO/CDI	2,68% a.a.	29.753	-	29.753
Financiamento para pesquisa e desenvolvimento	TJLP	7,48% a.a.	12.464	-	12.464
Aval prestado - Garantia por carta de fiança	FIXO	3,00% a.a.	17.104	-	17.104
			202.507	-	202.507
Moeda estrangeira					
Capital de giro / expansão	DÓLAR	7,48% a.a.	1.382	-	1.382
			1.382	-	1.382
			203.889	-	203.889
Descrição	Indexador	Taxas de juros ponderada	Consolidado		Total
			30/06/2016		
			Circulante	Não circulante	
Moeda nacional					
Capital de giro / expansão	CDI	3,37% a.a.	35.030	-	35.030
Capital de giro / expansão	TJLP	5,88% a.a.	88.532	-	88.532
Capital de giro / expansão	FIXO	3,00% a.a.	25.020	-	25.020
Capital de giro / expansão	FIXO/CDI	2,68% a.a.	29.753	-	29.753
Financiamento para pesquisa e desenvolvimento	TJLP	7,48% a.a.	12.464	-	12.464
Aval prestado - Garantia por carta de fiança	FIXO	3,00% a.a.	17.104	-	17.104
Cheque especial	FIXO	213,4% a.a.	8	-	8
			207.911	-	207.911
Moeda estrangeira					
Capital de giro / expansão	DÓLAR	7,48% a.a.	2.298	-	2.298
Capital de giro / expansão	PESO COP	13,75% a.a.	13.398	5.161	18.559
			15.696	5.161	20.857
			223.607	5.161	228.768

Os vencimentos das parcelas não circulantes dos financiamentos estão conforme segue:

Vencimento	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
2017	-	-	2.496	5.518
2018	-	-	2.406	2.509
2019	-	-	193	82
A partir de 2020	-	81.581	66	161.094
	-	81.581	5.161	169.203

Notas Explicativas

As garantias dos empréstimos e financiamentos foram concedidas conforme segue:

Moeda nacional	Garantia	Controladora	Consolidado
		Valor da garantia	Valor da garantia
Capital de giro / expansão	Hipoteca / Edificações	73.124	73.124
Capital de giro / expansão	Contratos firmados com clientes	25.358	25.358
Financiamento para aquisição de imobilizado	Próprio bem financiado	337	337
Financiamento incentivo a pesquisa e tecnologia	Fiança bancária	15.606	15.606
		<u>114.425</u>	<u>114.425</u>
Moeda Estrangeira			
Capital de giro / expansão	Próprio bem financiado	-	16.385
		-	16.385
		<u>114.425</u>	<u>130.810</u>

A controlada indireta Lupatech OFS SAS possui *covenants* financeiros atrelados a contrato de *leasing* com Bancolombia, que relacionam a necessidade de manutenção de (a) EBITDA 2x maior que despesa de juros paga (b) Dívida / EBITDA até 3x. Em 30 de junho de 2016, a controlada indireta Lupatech OFS SAS atendeu aos *covenants*. O montante total do referido empréstimo é de R\$4.305 e está registrado no passivo circulante no montante de R\$2.570, e R\$1.735 no não circulante (montante total de R\$6.311 em 31 de dezembro de 2015 registrados R\$3.440 no passivo circulante e R\$2.871 no não circulante).

Em 30 de junho de 2016 a Companhia possui o saldo de R\$17.104 (R\$16.568 em 31 de dezembro de 2015) de notificação de cobrança pelo Banco Votorantim S/A referente à liquidação de aval prestado – garantia por carta de fiança solicitada pelo Banco do Nordeste do Brasil S/A para quitação de empréstimo entre Unifit - Unidade de Fios Industriais de Timbaúba S/A e o BNB, no montante de R\$31.180 do qual a Companhia era garantidora em 50%.

Em 31 de dezembro de 2015 devido ao Plano de Recuperação Judicial homologado, os *Bonds* e as Debêntures passaram a ser tratados e registrados junto aos empréstimos sujeitos à recuperação judicial, no passivo não circulante, devido à sua classificação como credores quirografários do Plano, onde possuíam incidência de juros e de correção monetária equivalentes a uma taxa fixa de 3% ao ano, conforme determinação para pagamento desses credores no Plano de Recuperação Judicial.

Em 30 de junho de 2016, devido a anulação do Plano de Recuperação Judicial conforme mencionado na nota explicativa nº 1.1, a Companhia reclassificou os saldos dos *Bonds* e das Debêntures para o passivo circulante, e não mais classificados junto aos empréstimos e financiamentos.

14 Bonds

Em 30 de setembro de 2014 o Conselho de Administração aprovou a emissão de Novas Notas – *Bonds*, no montante de US\$47.850 mil, representativas da dívida denominada em dólares dos Estados Unidos com valor de face equivalente a 15% do montante atualizado até 18 de julho de 2014 (inclusive principal e juros incorridos e não pagos) dos bônus perpétuos, pela Lupatech Finance Limited – Em Recuperação Judicial, de acordo com os termos e condições estabelecidos no plano de recuperação extrajudicial da Companhia.

Conforme cláusulas contratuais, os *Bonds*, na situação de processo de recuperação judicial, possuem status de vencimento antecipado.

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2015 o crédito oriundo dos *Bonds* estava incluído na relação de credores apresentada pela Companhia no Plano de Recuperação Judicial, como credores quirografários, classificados no passivo não circulante junto aos empréstimos sujeitos à recuperação judicial, onde incidiam juros e correção monetária equivalentes a uma taxa fixa de 3% ao ou variação cambial conforme a opção do respectivo credor.

Em 30 de junho de 2016, devido a anulação do Plano de Recuperação Judicial conforme mencionado na nota explicativa nº 1.1, a Companhia reclassificou os saldos dos *Bonds* para o passivo circulante.

O saldo dos *Bonds* em 30 de junho de 2016 é de R\$ 161.729 (R\$163.551 em 31 de dezembro de 2015).

15 Debêntures

Em 30 de junho de 2016 a Companhia possui saldo de Debêntures de R\$84.927 registrado no passivo circulante (R\$73.675 em 31 de dezembro de 2015), registrados no passivo não circulante, junto aos empréstimos e financiamentos sujeitos à recuperação judicial. Sobre as Debêntures incidem juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, com dois anos de carência e amortização nos demais cinco anos.

	<u>Controladora e Consolidado</u>
	<u>30/06/2016</u>
Instrumento de dívida - debêntures	73.554
Juros sobre debêntures	11.373
Total	<u>84.927</u>

As Debêntures estão sujeitas ao atendimento de certas cláusulas financeiras restritivas *covenants* financeiros, as quais estão atreladas à manutenção de índices de:

- a) Dívida Líquida / (Patrimônio Líquido + Dívida Líquida) menor ou igual à 0,95 no exercício 2014 e 2015 e menor ou igual à 0,90 nos anos subsequentes e;
- b) Passivo circulante / (Passivo circulante + Passivo Não Circulante) menor ou igual à 0,70 no exercício 2014 e 2015, menor ou igual à 0,65 no exercício de 2016 e 2017 e menor ou igual à 0,60 no exercício de 2018 e 2019; menor ou igual à 0,55 até a data de vencimento das Debêntures.

Conforme fato relevante divulgado em 16 de julho de 2015, foi decretado o vencimento antecipado das Debêntures em circulação.

Em 31 de dezembro de 2015, o crédito oriundo das Debêntures estava incluído na relação de credores apresentada pela Companhia no Plano de Recuperação Judicial, como credores quirografários, classificados no passivo não circulante junto aos empréstimos e financiamentos sujeitos à recuperação judicial, onde incidiam juros e correção monetária equivalentes a uma taxa fixa de 3% ao ano.

Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2016, devido a anulação do Plano de Recuperação Judicial conforme mencionado na nota explicativa nº 1.1, a Companhia reclassificou os saldos das Debêntures para o passivo circulante.

16 Partes relacionadas

16.1 Controladora

Os saldos e as transações entre a Companhia e suas controladas, que são suas partes relacionadas, foram eliminados na consolidação. Os detalhes a respeito das transações entre a controladora e suas controladas estão apresentados a seguir:

	Controladora				30/06/2016	31/12/2015
	SABR	Mipel Sul	Lupatech Finance	LESP		
Ativo						
Duplicatas a receber	-	32	-	-	32	158
Outras contas a receber	4.424	884	-	293	5.601	4.450
Mútuos e empréstimos	25.553	-	814.472	-	840.025	1.021.898
Total	29.977	916	814.472	293	845.658	1.026.506
Passivo						
Duplicatas a pagar	10	1.327	-	-	1.337	3.898
Outras contas a pagar	1.867	298	-	1.210	3.375	6.425
Mútuos e empréstimos	-	-	1.070.979	32.536	1.103.515	1.291.683
Total	1.877	1.625	1.070.979	33.746	1.108.227	1.302.006
					30/06/2016	30/06/2015
Resultado do exercício						
Vendas de produtos	-	37	-	-	37	1.322
Compras de produtos	86	1.926	-	-	2.012	651
Receitas financeiras	93	-	-	6	99	249
Despesas financeiras	-	-	44.931	93	45.024	36.159
Varição cambial	-	-	116.239	-	116.239	(17.840)
Total	179	1.963	161.170	99	163.411	20.541

	Controladora						
	Data transação	Duração	Taxa de juros	Montante envolvido R\$	Saldo existente US\$	30/06/2016	31/12/2015
Mútuos ativos							
Moeda estrangeira							
Contrato 1	jul-14	Indeterminado	105% do DI-Cetip	627.226	253.745	814.471	990.825
Contrato 2	jul-14	Indeterminado	105% do DI-Cetip	20.992	7.903	25.367	30.859
Contrato 3	dez-14	Indeterminado	12,000% a.a.	288	58	187	214
				648.506	261.706	840.025	1.021.898
Mútuos passivos							
Moeda nacional							
Contrato 1	jan-16	Indeterminado	105% do DI-Cetip	15.142	-	2.172	-
				15.142	-	2.172	-
Moeda estrangeira							
Contrato 1	jul-07	13 anos	9,875% a.a.	28.025	15.273	49.022	58.533
Contrato 2	jul-07	13 anos	9,875% a.a.	65.391	36.673	117.713	140.455
Contrato 3	mai-09	11 anos	12,000% a.a.	40.736	27.755	89.088	103.758
Contrato 4	mai-09	11 anos	12,000% a.a.	117.249	79.965	256.670	298.885
Contrato 5	jul-09	11 anos	12,000% a.a.	50.618	37.007	118.784	138.344
Contrato 6	set-09	11 anos	10,100% a.a.	134.378	101.723	326.512	382.254
Contrato 7	out-09	11 anos	10,000% a.a.	46.231	35.264	113.190	132.515
Contrato 8	dez-15	Indeterminado	-	36.951	9.460	30.364	36.939
				519.579	343.120	1.101.343	1.291.683
				534.721	343.120	1.103.515	1.291.683

Notas Explicativas

Os contratos de mútuos e empréstimos em moeda estrangeira entre Controladora e Lupatech Finance estão apresentados pelo montante líquido de R\$256.508 (R\$263.919 em 31 de dezembro de 2015) no passivo da Controladora, em função de ser oriundos da mesma transação relacionada aos *bonds*.

As transações são praticadas de acordo com as condições pactuadas entre as partes.

A Companhia possui, em 30 de junho de 2016, contrato de mútuo com a Unifit – Unidade de Fios Industriais de Timbaúba S/A no montante de R\$6.280, (R\$5.992 em 31 de dezembro de 2015). Esse montante encontra-se registrado em outras contas a receber no ativo não circulante.

A Companhia possui contrato de mútuo com a controlada em conjunto Luxxon Participações S/A no montante de R\$5.410 em 30 de junho de 2016 (R\$5.144 em 31 de dezembro de 2015). Esse montante encontra-se registrado em outras contas a receber no ativo não circulante.

a. *Avais concedidos*

As operações com partes relacionadas não possuem garantias atreladas a operação, resumindo-se a transações comerciais (compra e venda de insumos), as quais não estão lastreadas em garantias, assim como operações de mútuos com empresas do Grupo, as quais também não apresentam garantias na sua composição.

A Companhia possui o saldo de R\$17.104 em 30 de junho de 2016 (R\$16.568 em 31 de dezembro de 2015), de notificação de cobrança pelo Banco Votorantim S/A referente à liquidação de aval prestado – garantia por carta de fiança solicitada pelo Banco do Nordeste do Brasil S/A para quitação de empréstimo entre Unifit - Unidade de Fios Industriais de Timbaúba S/A e o BNB, no montante de R\$31.180 do qual a Companhia era garantidora em 50%.

b. *Condições de preços e encargos*

Os contratos de mútuos entre as empresas no Brasil são atualizados monetariamente pela taxa mensal DI-Cetip de captação no mercado.

16.2 Pessoal chave da Administração

a. *Remuneração da Administração*

A Lupatech S/A – Em Recuperação Judicial registrou um total de R\$2.110 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2016 referente a remuneração da Administração (R\$4.141 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2015) tendo sido aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 10 de maio de 2016, a remuneração fixa e variável global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2016 no montante global de até R\$10.154, sendo assim subdividida: até R\$4.715 para a remuneração fixa global; até R\$4.494 para a remuneração variável global.

Em 30 de junho de 2016, a Companhia possui o montante de R\$4.397, registrado no passivo circulante, como remuneração variável do plano de reestruturação de endividamento financeiro da Companhia (R\$6.156 em 31 de dezembro de 2015).

No primeiro semestre de 2016 a Companhia efetuou o pagamento de remuneração variável de R\$2.313, referente plano de retenção dos executivos e pessoal chave na Companhia.

Notas Explicativas

Em 10 de março de 2016 foi confirmada, através de fato relevante divulgado aos seus acionistas e ao mercado em geral a aquisição, individualmente, de créditos contra a Companhia e de algumas de suas subsidiárias, pelo seu Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores, Sr. Ricardo Doebeli, e o seu consultor administrativo e financeiro, Sr. Rafael Gorenstein nos valores respectivos de R\$15.654 e R\$12.808, os quais estão sujeitos ao Plano de Recuperação Judicial do Grupo Lupatech, em trâmite perante a 1ª Vara de Falências, Recuperações Judiciais e Conflitos Relacionadas à Arbitragem da Comarca de São Paulo.

16.3 Empréstimos e Debêntures com acionistas

Conforme apresentado na nota explicativa nº 13, a Companhia possui linhas de financiamento FINEM do BNDES, na modalidade direta, cujo saldo em 30 de junho de 2016 é de R\$90.829 (R\$72.967 em 31 de dezembro de 2015). Adicionalmente, as Debêntures apresentam saldo de R\$84.927 em 30 de junho de 2016, e em 31 de dezembro de 2015 apresentava o saldo de R\$ 20.158, e estavam sendo apresentadas junto aos empréstimos sujeitos a Recuperação Judicial, que foram adquiridas pelo BNDES.

Em 30 de junho de 2016 a Companhia possui o saldo de empréstimos com os Sr. Ricardo Doebeli, Diretor Presidente, e Rafael Gorenstein, Consultor, que não são acionistas, no montante de R\$29.753 (R\$28.463 em 31 de dezembro de 2015), registrados no passivo circulante, que foram adquiridos pelos mesmos de GP Investments Ltd., esta sim acionista da Companhia.

17 Imposto de renda e contribuição social

Para as empresas sediadas no Brasil, dependendo da situação de cada empresa, se tributadas pelo lucro real, a provisão para imposto de renda é calculada e contabilizada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, mais adicional de 10%, e a contribuição social à alíquota de 9%, calculada e contabilizada sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado na forma da legislação fiscal. As empresas tributadas com base no lucro presumido calculam o imposto de renda à alíquota de 15%, mais adicional de 10%, e contribuição social à alíquota de 9%, sobre um lucro estimado de 8% a 32% para imposto de renda e 12% para contribuição social aplicados sobre o faturamento bruto de vendas e serviços das controladas, observadas as normas fiscais em vigor.

As operações das subsidiárias localizadas na Argentina são tributadas à alíquota de 35% sobre o lucro ajustado para fins fiscais. A operação da subsidiária localizada na Colômbia é tributada à alíquota de 33% sobre o lucro ajustado para fins fiscais. As operações das subsidiárias localizadas na Holanda tributadas à alíquota de 20% com adicional de 5% sobre o lucro ajustado para fins fiscais.

Notas Explicativas

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	3.731	1.489	22.937	21.514
Prejuízos fiscais	16.924	35.833	34.896	49.733
Provisão para perdas em estoques	4.087	2.559	12.222	10.540
Base negativa da CSLL	5.946	12.590	12.260	17.474
Amortização de ágio para fins fiscais	(58.089)	(55.778)	(91.592)	(86.939)
Impairment de ágio	42.731	42.731	74.110	74.110
Impairment de imobilizado	-	-	30.874	30.874
Ajuste a valor presente de fornecedores, multas, empréstimos e debêntures	-	(105.632)	-	(134.228)
Outras provisões	35.922	48.548	20.369	48.936
Provisão para não recuperabilidade de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	(51.252)	(56.283)	(120.532)	(130.972)
IR diferido sobre custo atribuído	-	-	(20.876)	(21.989)
Imposto de renda e contribuição social diferidos - não circulante	-	(73.943)	(25.332)	(120.947)

Em 30 de junho de 2016, a controladora e o consolidado possuem prejuízos fiscais e diferenças temporárias, passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros para os quais não foi reconhecido crédito fiscal diferido devido ao fato de não haver no momento, segurança suficiente quanto à sua recuperação.

Em 30 de junho de 2016 o saldo de imposto de renda e contribuição social diferido passivo é de zero na controladora e R\$25.332 no consolidado (R\$73.943 em 31 de dezembro de 2015 na controladora e R\$120.947 no consolidado).

b. Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social correntes

	Controladora			
	Período de três meses findo em		Período de seis meses findo em	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Prejuízo antes dos impostos das operações continuadas	(475.697)	(119.002)	(512.521)	(197.927)
Prejuízo antes dos impostos das operações descontinuadas	-	-	13.315	150
	(475.697)	(119.002)	(499.206)	(197.777)
Adição e exclusões				
Equivalência patrimonial	99.993	24.591	102.001	50.003
Provisão para perdas com clientes	(557)	-	(519)	(288)
Juros indebitáveis	19.254	17.083	40.473	32.735
Provisão de perdas de contingências	1.755	2.131	2.741	3.019
Ajuste a valor presente	309.861	-	310.683	-
Amortização fiscal de ágio sobre investimento	(3.398)	-	(6.797)	-
Provisão de juros sobre fornecedores	16.475	-	18.775	-
Outros	(22.057)	60.179	(36.967)	55.580
Base de cálculo	(54.371)	(15.018)	(68.816)	(56.728)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social correntes de controladas com lucro tributável	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	73.943	-	73.943	-
	Consolidado			
	Período de três meses findo em		Período de seis meses findo em	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Prejuízo antes dos impostos das operações continuadas	(119.002)	(119.082)	(531.533)	(175.880)
Prejuízo antes dos impostos das operações descontinuadas	-	91	13.315	(21.963)
	(119.002)	(118.991)	(518.218)	(197.843)
Adição e exclusões				
Equivalência patrimonial	24.591	371	-	371
Provisão perdas pela não recuperabilidade de ativos	-	(852)	-	(1.585)
Provisão para perdas com clientes	954	17.083	(779)	32.735
Juros indebitáveis	19.254	18.536	40.473	19.929
Provisão de perdas de contingências	1.033	-	4.997	-
Ajuste a valor presente	393.792	-	394.788	-
Amortização fiscal de ágio sobre investimento	(6.843)	-	(13.686)	-
Provisão de juros sobre fornecedores	16.475	-	18.775	-
Outros	(408.038)	101.605	(25.652)	113.233
Base de cálculo	(77.784)	17.752	(99.302)	(33.160)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social correntes de controladas com lucro tributável	-	(612)	(2.117)	(1.224)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	601	95.072	1.290

Notas Explicativas

18 Processos contingentes e depósitos judiciais

18.1 Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis

A Companhia, por intermédio de seus advogados, vem discutindo algumas questões de natureza tributária, trabalhista e civil na esfera judicial. A provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis foi apurada pela Administração com base em informações disponíveis e suportadas pela opinião de seus advogados quanto à expectativa de desfecho, em montante considerado suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis que venham a ocorrer em função de decisões judiciais desfavoráveis.

		Controladora		Consolidado	
		Expectativa de perda		Expectativa de perda	
		Possível	Provável	Possível	Provável
Tributários (i)					
ICMS - Imposto s/ Circulação de Mercadorias e Serviços	(i.1)	62.442	-	63.190	-
CSLL - Contribuição Social s/ Lucro líquido	(i.2)	-	-	6.729	-
IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica	(i.3)	19.160	-	50.595	15.783
INSS - Instituto Nacional de Seguro Social	(i.4)	-	4.037	91.442	19.473
IPI - Imposto s/ Produtos Industrializados	(i.5)	1.496	-	1.496	-
PIS - Programa de Integração Social	(i.6)	-	403	-	609
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	(i.7)	-	-	12	672
ISS - Imposto sobre Serviços	(i.8)	107	-	790	5.416
CIDE - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	(i.9)	-	-	1.495	-
Outras provisões tributárias	(i.10)	146	103	262	9.025
		83.351	4.543	216.011	50.978
Trabalhistas (ii)					
		10.482	4.872	60.797	66.516
Cíveis (iii)					
		5.409	1.560	62.607	11.740
Total em 30 de junho de 2016		99.242	10.975	339.415	129.234
Total em 31 de dezembro de 2015		101.368	4.381	337.407	125.301

Estes valores abrangem a totalidade das empresas do Grupo e incluem valores em discussão judicial e administrativa bem como situações incorridas onde, mesmo sem a existência de lançamentos ou questionamento formal por parte das autoridades, possam ensejar riscos de perdas futuras.

A provisão para recursos envolvidos nas demandas judiciais nos montantes acima expostos (R\$10.975 na controladora e R\$129.234 no consolidado em 30 de junho de 2016 e R\$4.381 na controladora e R\$125.301 no consolidado em 31 de dezembro de 2015) e referentes às esferas abaixo elencadas leva em conta a probabilidade de perda provável, sendo esta configurada quando uma saída de benefícios econômicos é presumível diante da matéria discutida, dos julgamentos havidos em cada demanda e do entendimento jurisprudencial de cada caso.

As demandas com probabilidade de perda possível estão excluídas da provisão.

Ativos de indenização

A Companhia tem direito a ser ressarcida ao limite de R\$50.000 referente a prejuízos que venha a incorrer decorrentes de eventuais contingências não conhecidas, conforme cláusula de garantia prevista no Acordo de Investimento firmado com a GP Investments e demais partes. Contingências não conhecidas no momento da transação podem resultar que esta garantia seja acionada no futuro.

Notas Explicativas

As demandas judiciais são divididas em três esferas, sendo elas:

(i) *Provisões tributárias*

Discussões envolvendo tributos na esfera estadual e federal, dentre estes IRPJ, PIS, COFINS, INSS, ICMS e IPI. Existem processos em todas as fases processuais, desde a instância inicial até as Cortes Superiores, STJ e STF. Os principais processos e valores são conforme abaixo:

Principais processos contingentes classificados como de perda possível

- (i.1) Auto de Infração lavrado pela Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul (SEFAZ/RS) contra a Lupatech S/A – Em Recuperação Judicial, devido a falta de pagamento – Exportação ficta de ICMS/RS. Processo de perda possível de R\$47.239 e encontra-se aguardando parecer da Procuradoria da Fazenda desde o dia 08 de maio de 2015.

Execução fiscal da Fazenda Pública do Estado de São Paulo contra a Lupatech S/A – Em Recuperação Judicial, com objetivo de cobrança de ICMS devido sobre importação, e não inclusão de adicional de frete para renovação da marinha mercante (AFRMM) na base de cálculo do imposto devido. O processo encontra-se em fase de distribuição, sendo que em 26 de novembro de 2015 a Companhia protocolou petição requerendo que qualquer ato de constrição seja submetido ao juízo universal (vara de Falências e Recuperações Judiciais), e em 10 de dezembro de 2015, houve ato ordinatório praticado, intimando a Fazenda para ciência. Em 13/01/2016 protocolada Exceção de pré-executividade e em 07/04/2016, apresentada impugnação pelo Estado de São Paulo. Processo sujeito a perda possível de R\$7.107.

Ação Anulatória de Débito Fiscal contra Lupatech S/A – Em Recuperação Judicial pelo Estado de São Paulo. Em 17/05/2016 concedida a tutela de urgência suspendendo a exigibilidade dos créditos. Em 24/05/2016 a Companhia protocolou petição informando que efetuou o recolhimento da taxa de mandado de oficial de justiça, bem como da primeira parcela da taxa judiciária. Processo sujeito a perda possível de R\$2.953.

Execução Fiscal da Fazenda do Estado de São Paulo referente a cobrança de débito de ICMS e multa, do auto de infração com imposição de multa nº 3149008 contra a Lupatech S/A – Em Recuperação Judicial, no valor de R\$1.576, sujeito a perda possível. Em 17/04/2015 foi certificado o provimento do Agravo de Instrumento interposto contra decisão que deferiu a penhora online e noticiado a interposição de Recurso Especial. Em 22 de abril de 2015, foi publicado despacho determinando a manifestação das partes acerca da certidão expedida informando ter Recurso Especial tramitando perante a 9ª Câmara do TJSP. Em 13/06/2016, juntada petição protocolada em 27/04/2015 pela Empresa, informando sobre o provimento do Agravo de Instrumento. No Agravo de Instrumento: Em 23 de outubro de 2015, foi inadmitido o Recurso Especial e encaminhado para o processamento de Recursos.

Auto de Infração da Secretaria de Estado de Fazenda do Rio Grande do Sul contra Lupatech S/A – Em Recuperação Judicial. Em 18/02/2016 fora protocolado recurso voluntário. Em 28/07/2016, publicada pauta com previsão de julgamento do Recurso para 10/08/2016. Processo sujeito a perda possível e R\$1.536.

- (i.2) Processo administrativo da Receita Federal do Brasil contra Lupatech Perfuração e Completação Ltda – Em Recuperação Judicial, referente a tributos federais, classificados como perda possível no montante total de R\$3.780 onde aguardam andamento.

Notas Explicativas

Auto de infração da Receita Federal do Brasil contra Sotep - Sociedade Técnica de Perfuração S/A – Em Recuperação Judicial, referente a cobrança de contribuições sociais incidentes sobre a folha de pagamento tipificadas no art. 22 da Lei 8.212/91, bem como incidentes sobre a remuneração paga, devida ou creditada aos contribuintes individuais aos seus serviços. Em 22/07/2014, autos recepcionados na 2ª Seção de Julgamentos do CARF, para julgamento do Recurso Voluntário. Processo sujeito a perda possível de R\$1.302.

- (i.3) Auto de infração e imposição e multa, lavrado pela Delegacia da Receita Federal do Brasil contra Lupatech S/A – Em Recuperação Judicial, com o objetivo de cobrança de débitos a título de IRPJ e CSLL apurados nos anos calendários de 2009 e 2010, sob a alegação de que a Tecval efetuou dedução fiscal indevida de ágio pago pela TCV, quando da aquisição do controle da própria Tecval. Atualmente o processo encontra-se aguardando intimação da Lupatech para contra-arrazoar recurso da FN e interpor Recurso. Valor sujeito a perda possível (tendendo a remoto) de R\$9.532.

Execução Fiscal da União Federal contra a Lupatech S/A – Em Recuperação Judicial, decorrente do processo administrativo a qual versa sobre alegação de omissão de receita, tendo por fundamento documentos obtidos de forma ilícita e incorreta pela Receita Federal. O auto de infração originalmente lavrado foi decidido em primeira instância administrativa onde se logrou êxito, sendo excluídas as exigências tributárias bem como a alegação de omissão. Tal decisão foi confirmada pelo Conselho de Contribuintes. O processo é sujeito à classificação de perda possível pelos consultores legais e soma o valor atualizado de R\$5.263. Atualmente, o processo aguarda julgamento de embargo apresentado para restaurar a decisão que negou seguimento ao Recurso Extraordinário interposto pela União por reconhecer a inconstitucionalidade da quebra de sigilo bancário.

Processo referente a saldo negativo do IRPJ onde, em 19/08/2015, foi apresentada manifestação de inconformidade. Desde 28/08/2015 o processo se encontra no serviço de recepção e triagem DRJ-RJO-RJ. Processo sujeito a perda possível de R\$4.723.

Auto de infração da Receita Federal do Brasil contra a Lupatech S/A – Em Recuperação Judicial, por meio do qual se exige multa isolada, resultante da aplicação do percentual de 50% sobre o montante de débitos objeto de compensações não homologadas, tal como previsto no art.74, § 17, da Lei nº 9.430/96. Em 06 de novembro de 2015 apresentamos Impugnação alegando a inconstitucionalidade da multa imposta à Impugnante. Processo sujeito a perda possível de R\$1.300.

Execução Fiscal da União Federal contra a Lupatech S/A – Em Recuperação Judicial, e encontra-se aguardando julgamento de recurso paradigma. Processo sujeito a perda possível de R\$1.496.

Auto de infração da Receita Federal do Brasil contra a Lupatech Perfuração e Completação Ltda. – Em Recuperação Judicial, para cobrança de IRPJ decorrente do arbitramento de lucro. Em 26 de agosto de 2014, o recurso voluntário interposto pela empresa teve provimento negado pelo CARF, onde a empresa opôs Embargos de Declaração. Em 11 de fevereiro de 2015 o processo foi remetido ao CARF. Em 15/06/2016, Embargos de Declaração opostos pela Empresa tiveram seguimento negado. Em 08/07/2016 Recurso Especial apresentado pelo contribuinte, o qual foi remetido à 1ª Câmara-1ª Seção do CARF em 11/07/2016. Perda Possível de R\$19.026.

Notas Explicativas

Execução Fiscal objetivando a cobrança de IRPJ relativo a 1998, contra a Lupatech Perfuração e Completação Ltda – Em Recuperação Judicial, de R\$4.877, sujeito a perda possível. Em 12/03/14, apelação remetida ao gabinete do juiz convocado Roberto Carvalho Veloso, para voto, sendo esta a última atualização.

- (i.4) Processo administrativo para cobrança de contribuições supostamente devidas ao INSS, contra a Lupatech Perfuração e Completação Ltda – Em Recuperação Judicial, no valor de R\$37.185, sujeito a perda possível. A exigibilidade deste débito foi suspensa em razão de decisão proferida no Mandado de Segurança nº 2004.33.00.016130-1, que foi posteriormente reformada, em agosto de 2007.

Auto de Infração lavrado contra a Lupatech Perfuração e Completação Ltda – Em Recuperação Judicial, para cobranças de supostas contribuições devidas ao INSS. Em 05/02/2010, os autos foram remetidos ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - MF/DF. Processo sujeito a perda possível de R\$32.742.

Débitos supostamente confessados em GFIP, mas não recolhido pela empresa Lupatech Perfuração e Completação Ltda – Em Recuperação Judicial. Processos de perda possível que somam R\$16.348.

Auto de Infração lavrado para cobranças de supostas contribuições devidas ao INSS no total de R\$3.266 contra a Lupatech Perfuração e Completação Ltda – Em Recuperação Judicial. A exigibilidade deste débito encontra-se suspensa. Processo sujeito a perda possível.

Todos os processos acima citados, foram garantidos por depósito judicial os quais foram convertidos a favor da União, motivo pela qual a Companhia está solicitando a extinção do debito junto a mesma.

Auto de Infração lavrado para cobrança da DEBCAD nº 37.142.030-0, relativa à conversão de obrigação acessória em obrigação principal, consistente da falta de declaração em GFIP das contribuições devidas no período compreendido entre janeiro de 1999 e junho de 2007 na empresa Sotep Sociedade Técnica de Perfurações S/A – Em Recuperação Judicial. Processo sujeito a perda possível de R\$1.606. Em 29/04/2011, processo foi recebido no CARF para julgamento do Recurso Voluntário interposto pela empresa, com distribuição em 06 de agosto de 2015.

- (i.5) Execução Fiscal contra a Lupatech S/A – Em Recuperação Judicial consistente no lançamento de débitos de IPI, sob pretexto de omissão de receita, tendo por fundamento documentos obtidos de forma ilícita. O processo é sujeito a classificação de perda possível (tendendo para provável) pelos consultores legais e soma o valor atualizado de R\$1.496. Atualmente, aguarda-se julgamento de Recurso Paradigma.
- (i.9) Processo Administrativo Fiscal da Secretaria da Receita Federal do Brasil contra Lupatech Perfuração e Completação Ltda – Em Recuperação Judicial, para cobrança de débitos da CIDE incidente sobre remessas para o exterior. Em 20 de fevereiro de 2015, a Delegacia da Receita Federal do Brasil julgou parcialmente procedente a impugnação apresentada pela empresa nos autos do processo administrativo. Em 09 de abril de 2015, processo remetido ao CARF e dado entrada em 16/07/2015. Processo sujeito a perda possível de R\$1.495.

Notas Explicativas

Principais processos contingentes classificados como de perda provável

- (i.3) Auto de infração da Receita Federal do Brasil, lavrado em decorrência do arbitramento do lucro da empresa Lupatech Perfuração e Completação Ltda – Em Recuperação Judicial, no ano calendário 2010 em virtude de deficiências na transmissão da Escrituração Contábil Digital (ECD). Sua última atualização foi em 06 de março de 2015, quando o processo foi remetido à Delegacia da Receita Federal do Brasil de Ribeirão Preto. Processo sujeito a perda provável de R\$13.360.
- (i.8) ISSQN sobre a prestação de serviços realizados na plataforma continental brasileira, que poderá ser objeto de contestação pelas autoridades fiscais. Processo sem demanda judicial sujeito a perda provável caso seja contestado em R\$4.223.
- (i.10) Contingências passivas possíveis a valor justo, assumidas na combinação de negócio da San Antonio Brasil S/A conforme CPC 15, no valor de R\$8.794.
- (ii) *Provisões trabalhistas*
A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais de natureza trabalhista referente a discussões que envolvem, principalmente, reclamações de horas-extras, insalubridade e periculosidade, entre outros. Nenhuma das ações se refere a valores individualmente significativos.
- (iii) *Provisões cíveis*
As principais discussões nesta área estão relacionadas a:
- (iii.1) Ação ordinária de obrigação movido por Weatherford Indústria e Comércio Ltda. e Weus Holding INC na qual alegam apropriação indevida de desenhos técnicos confidenciais de sua propriedade. O processo possui classificação de risco de perda como provável e valor de causa aproximado de R\$1.401 e como perda possível de R\$45.198. Atualmente está em fase de execução/liquidação de sentença, pendente de perícia contábil.
- (iii.2) Ação de cobrança da Smith International do Brasil Ltda. Processo sujeito a perda possível de R\$1.523.
- (iii.3) Ação indenizatória movida por Maurina dos Santos Gussão, sujeito a perda possível de R\$1.183.
- (iii.5) Ação Indenizatória da empresa Aeróleo Táxi Aéreo S/A. Processo sujeito a perda possível de R\$907.
- (iii.6) Ação de regresso por perdas e danos, onde o autor requer reembolso dos valores bloqueados nos autos da reclamação trabalhista ajuizada por Bergson Rosa contra San Antonio International do Brasil Serviços de Petróleo Ltda., a Autora, UNAP International Ltda., Delba Marítima Navegação Ltda. e Cia Batsco Ltda. Processo com perda provável de R\$3.326.
- (iii.7) Ação indenizatória da Meiodia Refeições Industriais Ltda - EPP, contra a Lupatech Perfuração e Completação Ltda – Em Recuperação Judicial. Processo sujeito a perda provável de R\$3.222.
- (iii.8) Execução de título Judicial pelo Grupo Engenharia Ltda., sujeito a perda provável de R\$1.241.

Notas Explicativas

A movimentação do saldo da provisão, em 30 de junho de 2016, é conforme segue:

	Controladora				Consolidado			
	Tributário	Trabalhista	Cíveis	Total	Tributário	Trabalhista	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	506	3.584	291	4.381	49.219	65.306	10.776	125.301
Adições líquidas no período	4.037	4.498	1.350	9.885	5.391	28.853	2.029	36.273
Baixas líquidas no período	-	(3.210)	(81)	(3.291)	(3.632)	(27.643)	(1.065)	(32.340)
Saldo em 30 de junho de 2016	4.543	4.872	1.560	10.975	50.978	66.516	11.740	129.234

18.2 Ativos contingentes

	Probabilidade de ganho provável	
	Controladora	Consolidado
Tributários (i)	1.254	6.971
Cíveis (ii)	-	5.948
Total em 30 de junho de 2016	1.254	12.919
Total em 31 de dezembro de 2015	2.973	15.267

A Companhia não registrou contabilmente os ganhos contingentes, contabilizando somente após o trânsito em julgado das ações ou pelo efetivo ingresso dos recursos.

(i) Provisões tributárias

Tributários - discussão envolvendo obtenção de direitos tributários na esfera municipal, estadual e federal.

Principais processos contingentes ativos tributários prováveis de ganho:

- (i.1) Processo de ICMS na Lupatech OFS S.A.S. no valor de R\$5.026.
- (i.2) Impugnação à Execução Fiscal de Cobrança de ICMS em razão da transferência de mercadorias entre estabelecimentos da própria empresa, com amparo na Certidão de Dívida Ativa nº 1.092.569.630 (AIIM nº3158871). Em 04/07/2016, proferida sentença julgando procedentes os Embargos à Execução, declarando a inexigibilidade do tributo, bem como a nulidade da CDA que embasa a Execução Fiscal. Valor provável de ganho de R\$1.253.

(ii) Provisões Cíveis

Principais processos contingentes ativos cíveis prováveis de ganho:

- (ii.1) Ação de indenização de danos morais contra SEPE - Serviços Especializados e Perfurações Ltda. Valor de provável ganho de R\$4.459
- (ii.2) Ação de Reintegração de Posse contra ETX Serviços de Perfuração e Sondagem de Petróleo Ltda. Valor de provável ganho de R\$1.418.

18.3 Depósitos judiciais

A Companhia apresenta os seguintes saldos de depósitos judiciais, em 30 de junho de 2016, que estão atrelados aos passivos contingentes:

Notas Explicativas

	Depósitos judiciais	
	Controladora	Consolidado
Contingências tributárias	15	3.009
Contingências trabalhistas	904	7.675
Contingências cíveis	175	14.472
Saldo em 30 de junho de 2016	1.094	25.156
Saldo em 31 de dezembro de 2015	857	22.275

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social atual integralizado é composto apenas por ações ordinárias, com 100% de direito de *Tag Along*:

	Controladora e Consolidado	
	Quantidade de Ações	Capital Social
	Mil	R\$
Saldo em 31 de dezembro de 2015	9.394	1.853.684
Saldo em 30 de junho de 2016	9.394	1.853.684

b. Dividendos

Aos acionistas é assegurada, anualmente, a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária.

c. Ajustes de avaliação patrimonial

A Companhia reconhece nesta rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas no exterior e sobre os ágios originados em aquisições de investimentos no exterior, cuja moeda funcional segue aquela a que a operação no exterior está sujeita. O efeito acumulado será revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento. Em 30 de junho de 2016, o saldo de ajuste a avaliação patrimonial é de R\$66.834 (R\$126.671 em 31 de dezembro de 2015).

d. Opções outorgadas

Não houve alterações de saldo de R\$13.549 de reserva de opções outorgadas no período de seis meses findo em 30 de junho de 2016.

20 Instrumentos financeiros

20.1 Gestão de risco financeiro

Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar

Notas Explicativas

potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo, através do uso de instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central, segundo os princípios estabelecidos, exceto para as controladas em conjunto, as quais são compartilhadas com os demais acionistas controladores. A tesouraria do Grupo identifica e avalia a posição da Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, uso de instrumentos financeiros derivativos e não-derivativos.

(i) *Risco cambial*

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, principalmente com relação ao dólar norte-americano e ao peso colombiano.

O risco cambial decorre de operações comerciais e financeiras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

A Administração estabeleceu princípios de gestão de risco cambial que exigem que a Companhia administre seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. Para administrar seu risco cambial decorrente de operações comerciais a Companhia busca equilibrar a sua balança comercial entre compras e vendas em moedas diferentes da moeda funcional.

A Companhia tem certos investimentos em operações no exterior, cujos ativos líquidos estão expostos ao risco cambial.

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a Companhia e suas controladas possuíam ativos e passivos denominados em dólares norte-americanos conforme tabelas abaixo:

Itens	Valores em US\$ mil			
	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Caixa e equivalentes de caixa	14	14	152	17
Contas a receber	846	1.108	2.038	3.421
Outros ativos	6		4.726	41.107
Partes relacionadas	261.706	253.745	-	-
Empréstimos	(431)	(392)	(716)	(651)
Partes relacionadas	(343.120)	(330.793)	-	-
Outros passivos	(211)	(775)	(3.580)	(4.984)
Exposição líquida em dólar norte-americano	(81.190)	(77.093)	2.620	38.910

Em 30 de junho de 2016, a cotação do dólar norte-americano em relação ao real era US\$1,00 = R\$3,2098 (US\$1,00 = R\$3,9048 em 31 de dezembro de 2015). Se a moeda real se desvalorizar 10% em relação ao dólar norte-americano oficial de encerramento do exercício, sendo mantidas todas as demais variáveis, o impacto no resultado é uma perda de aproximadamente R\$17.199 na controladora e um ganho de R\$555 no consolidado.

Notas Explicativas

Análise de sensibilidade das variações na moeda estrangeira, das variações na taxa de juros e dos riscos envolvendo operações com derivativos

Conforme apresentado nas notas explicativas nº 20.1, a Companhia está exposta a riscos de flutuação de taxa de juros e a moedas estrangeiras (diferentes da sua moeda funcional, o “Real”), principalmente ao dólar norte-americano, em seus empréstimos, financiamentos e *bonds*. A análise leva em consideração 3 cenários de flutuação nestas variáveis. Na definição dos cenários utilizados a Administração acredita que as seguintes premissas possam ser realizadas, com suas respectivas probabilidades, contudo cabe salientar que estas premissas são exercícios de julgamento efetuado pela Administração e que podem gerar variações significativas em relação aos resultados reais apurados em função das condições de mercado, que não podem ser estimadas com segurança nesta data para o perfil completo das estimativas.

Conforme determinado pela CVM, por meio da Instrução 475 a Administração da Companhia apresenta a análise de sensibilidade, considerando:

Cenário de taxa de juros e paridade do dólar norte-americano (US\$) em relação ao real (R\$) provável estimada pela Administração:

Taxa de juros para o ano de 2016: 14,3%

US\$: 4,07

Cenário de taxa de juros e paridade do dólar norte-americano (US\$) em relação ao real (R\$) possível, com deterioração de 25% (vinte e cinco por cento) na variável de risco considerada como provável:

Taxa de juros para o ano de 2016: Aumento para 17,8%

US\$: 5,09

Cenário de taxa de juros e paridade do dólar norte-americano (US\$) em relação ao real (R\$) remota, com deterioração de 50% (cinquenta por cento), na variável de risco considerada como provável:

Taxa de juros para o ano de 2016: Aumento para 21,4%

US\$: 6,11

O impacto apresentado na tabela abaixo refere-se ao período de 1 ano de projeção:

Operação	Risco	Cenário conforme definição acima					
		Controladora			Consolidado		
		Provável	Possível	Remota	Provável	Possível	Remota
Empréstimos e financiamentos	Alta do dólar	398	869	1.340	48.468	105.799	163.130
Empréstimos e financiamentos	Alta de taxa de juros	1.725	2.156	2.588	1.783	2.228	2.674
Contratos mútuos e financiamentos	Alta do dólar	328.167	716.344	1.104.522	-	-	-
Total (ganho) perda		330.290	719.369	1.108.450	50.251	108.027	165.804

(ii) *Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros*

O risco de taxa de juros do Grupo decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos captados às taxas variáveis expõem o Grupo ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos do Grupo às taxas variáveis eram principalmente mantidos em “Reais”. Para minimizar possíveis impactos advindos dessas oscilações, a Companhia adota as práticas de diversificação, alternando a contratação de suas dívidas, visando adequá-las ao mercado.

O Grupo analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes,

Notas Explicativas

financiamento e *hedge* alternativos. Com base nestes cenários o Grupo define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Para cada simulação é usada a mesma mudança na taxa de juros para todas as moedas. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representem as principais posições com juros.

Com base nas simulações realizadas, considerando o perfil do endividamento do Grupo em 30 de junho de 2016, o impacto sobre o resultado, depois do cálculo do imposto de renda e da contribuição social, com uma variação em torno de 0,25 pontos percentuais nas taxas de juros variáveis, considerando que todas as demais variáveis fossem mantidas constantes, corresponderia um aumento aproximado de R\$224 no ano da despesa com juros. A simulação é feita trimestralmente para verificar se o potencial máximo de prejuízo está dentro do limite determinado pela Administração.

(iii) *Risco de crédito*

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras são aceitos títulos de entidades classificadas pela Administração da Companhia como de primeira linha. Os limites de risco individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com limites estabelecidos pela Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente e registrada quando aplicável provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamentos de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. Nossas receitas apresentam maior concentração envolvendo o cliente Petrobrás, direta e indiretamente, o qual respondeu no período de seis meses findo em 30 de junho de 2016 a 58,72% (57,70% no período de seis meses findo em 30 de junho de 2015) das receitas totais da Companhia e suas controladas.

(iv) *Risco de liquidez*

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios do Grupo, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

A Administração monitora o nível de liquidez do Grupo, considerando o fluxo de caixa esperado, que compreende linhas de créditos não utilizadas, caixa e equivalentes de caixa. Geralmente, isso é realizado em nível corporativo do Grupo, de acordo com a prática e os limites estabelecidos pelo Grupo. Esses limites variam por localidade para levar em consideração a liquidez do mercado em que a Companhia atua. Além disso, os princípios de gestão de liquidez do Grupo, envolvem a projeção de fluxos de caixa nas principais moedas e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação às exigências reguladoras internas e externas e a manutenção de planos de financiamento de dívida.

Notas Explicativas

20.2 Estimativa do valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros, que apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos, é determinado com base nos preços observados nesses mercados.

O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção dos instrumentos derivativos) é determinado de acordo com modelos de precificação que utilizam como base os fluxos de caixa estimados descontados, a partir dos preços de instrumentos semelhantes praticados nas transações realizadas em um mercado corrente observável.

O valor justo dos instrumentos derivativos é calculado utilizando preços cotados. Quando esses preços não estão disponíveis, é usada a análise do fluxo de caixa descontado por meio da curva de rendimento, aplicável de acordo com a duração dos instrumentos para os derivativos sem opções. Para os derivativos contendo opções são utilizados modelos de precificação de opções.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação:

a. Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - restrito

Os saldos em caixa e equivalentes de caixa e em títulos e valores mobiliários têm seus valores similares aos saldos contábeis, considerando o giro e liquidez que apresentam. O quadro abaixo apresenta esta comparação:

Itens	Controladora		Consolidado	
	Saldo contábil	Valor de mercado	Saldo contábil	Valor de mercado
Caixa e equivalentes de caixa	118	118	2.356	2.356
Títulos e valores mobiliários	6.510	6.510	6.510	6.510

b. Empréstimos e financiamentos

O valor estimado de mercado foi calculado com base no valor presente do desembolso futuro de caixa, usando taxas de juros que estão disponíveis à Companhia e a avaliação indica que os valores de mercado, em relação aos saldos contábeis, são conforme abaixo:

Itens	Controladora		Consolidado	
	Saldo contábil	Valor de mercado	Saldo contábil	Valor de mercado
Empréstimos e financiamentos	203.889	190.142	228.768	213.529
Debêntures	84.927	83.417	84.927	83.417
Bonds	-	-	161.729	76.985

Notas Explicativas

20.3 Instrumentos financeiros por categoria

Síntese dos instrumentos financeiros por categoria:

	Controladora					
	30/06/2016			31/12/2015		
	Empréstimos e recebíveis	Mantidos até o vencimento	Total	Empréstimos e recebíveis	Mantidos até o vencimento	Total
Ativos, conforme balanço patrimonial						
Títulos e valores mobiliários	-	6.510	6.510	-	6.803	6.803
Contas a receber de clientes	15.492	-	15.492	17.883	-	17.883
Caixa e equivalentes de caixa	118	-	118	3.125	-	3.125
Partes relacionadas	31.186	-	31.186	35.681	-	35.681
Total	46.796	6.510	53.306	56.689	6.803	63.492

	Controladora					
	30/06/2016			31/12/2015		
	Recuperação Judicial	Não sujeitos a Recuperação Judicial	Total	Recuperação Judicial	Não sujeitos a Recuperação Judicial	Total
Passivos, conforme balanço patrimonial						
Empréstimos	-	203.889	203.889	81.581	9.229	90.810
Debêntures	-	84.927	84.927	-	-	-
Fornecedores	-	140.718	140.718	72.018	5.894	77.912
Partes relacionadas	-	293.754	293.754	-	311.182	311.182
Total	-	723.288	723.288	153.599	326.305	479.904

	Consolidado					
	30/06/2016			31/12/2015		
	Empréstimos e recebíveis	Mantidos até o vencimento	Total	Empréstimos e recebíveis	Mantidos até o vencimento	Total
Ativos, conforme balanço patrimonial						
Títulos e valores mobiliários	-	6.510	6.510	-	6.803	6.803
Contas a receber de clientes	53.279	-	53.279	62.330	-	62.330
Caixa e equivalentes de caixa	2.356	-	2.356	31.012	-	31.012
Total	55.635	6.510	62.145	93.342	6.803	100.145

	Consolidado					
	30/06/2016			31/12/2015		
	Recuperação Judicial	Não sujeitos a Recuperação Judicial	Total	Recuperação Judicial	Não sujeitos a Recuperação Judicial	Total
Passivos, conforme balanço patrimonial						
Empréstimos	-	228.768	228.768	161.026	39.322	200.348
Debêntures	-	84.927	84.927	-	-	-
Bonds	-	161.729	161.729	-	-	-
Fornecedores	-	153.951	153.951	72.018	29.084	101.102
Total	-	629.375	629.375	233.044	68.406	301.450

21 Cobertura de Seguros

É princípio da Companhia, manter cobertura de seguros para bens do ativo imobilizado, estoques sujeitos a riscos, e transporte internacional de importações, na modalidade “Compreensivo Empresarial”. Também possui cobertura de seguros de responsabilidade civil geral, bem como dos administradores da Companhia.

Finalidade de seguro	Importância segurada	
	30/06/2016	
- Seguro compreensivo empresarial	R\$	102.633
- Seguro de responsabilidade civil geral	R\$	12.000
- Seguro de responsabilidade de administradores D&O	R\$	74.865

Notas Explicativas

22 Demonstração da receita líquida

	Controladora			
	Período de três meses findo em		Período de seis meses findo em	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Receita bruta de vendas e/ou serviços				
No Brasil	5.383	6.350	9.955	13.788
No exterior	144	3.256	498	9.680
	<u>5.527</u>	<u>9.606</u>	<u>10.453</u>	<u>23.468</u>
Deduções da receita bruta				
Impostos incidentes sobre vendas	(997)	(1.027)	(1.831)	(2.392)
Receita líquida de vendas e/ou serviços	<u><u>4.530</u></u>	<u><u>8.579</u></u>	<u><u>8.622</u></u>	<u><u>21.076</u></u>
	Consolidado			
	Período de três meses findo em		Período de seis meses findo em	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Receita bruta de vendas e/ou serviços				
No Brasil	33.465	62.999	84.848	142.733
No exterior	144	8.422	498	20.162
	<u>33.609</u>	<u>71.421</u>	<u>85.346</u>	<u>162.895</u>
Deduções da receita bruta				
Impostos incidentes sobre vendas	(4.277)	(5.487)	(9.326)	(13.748)
Receita líquida de vendas e/ou serviços	<u><u>29.332</u></u>	<u><u>65.934</u></u>	<u><u>76.020</u></u>	<u><u>149.147</u></u>

23 Prejuízo por ação

a. Básico

O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas controladores da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período.

Notas Explicativas

Itens	Controladora			
	Período de três meses findo em		Período de seis meses findo em	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Prejuízo atribuível aos acionistas controladores da Companhia de operações em continuidade	(401.754)	(119.002)	(425.263)	(197.927)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	9.394	2.301.072	9.394	3.499.062
Prejuízo básico por ação de operações em continuidade - R\$	(42,77)	(0,05)	(45,27)	(0,06)

Itens	Controladora			
	Período de três meses findo em		Período de seis meses findo em	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Prejuízo atribuível aos acionistas controladores da Companhia de operações em continuidade e descontinuadas	(401.754)	(119.002)	(425.263)	(197.777)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	9.394	2.301.072	9.394	3.499.062
Prejuízo básico por ação de operações em continuidade e descontinuadas - R\$	(42,77)	(0,05)	(45,27)	(0,06)

Itens	Consolidado			
	Período de três meses findo em		Período de seis meses findo em	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Prejuízo atribuível aos acionistas controladores da Companhia de operações em continuidade	(401.754)	(119.093)	(425.263)	(175.814)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	9.394	2.301.072	9.394	3.499.062
Prejuízo básico por ação de operações em continuidade - R\$	(42,77)	(0,05)	(45,27)	(0,05)

Itens	Consolidado			
	Período de três meses findo em		Período de seis meses findo em	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Prejuízo atribuível aos acionistas controladores da Companhia de operações em continuidade e descontinuadas	(401.754)	(119.002)	(425.263)	(197.777)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	9.394	2.301.072	9.394	3.499.062
Prejuízo básico por ação de operações em continuidade e descontinuadas - R\$	(42,77)	(0,05)	(45,27)	(0,06)

b. Diluído

O prejuízo diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. Para as opções de compra de ações é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da Companhia), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em circulação. As opções a título de pagamentos baseados em ações são diluíveis quando resultarem na emissão de ações por valor inferior ao preço médio de mercado das ações durante o período menos o preço de emissão ajustado pelo valor justo dos serviços a serem fornecidos à Companhia no futuro de acordo com a opção de compra da ação.

Notas Explicativas

Itens	Controladora			
	Período de três meses findo em		Período de seis meses findo em	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Prejuízo atribuível aos acionistas controladores da Companhia de operações em continuidade	(401.754)	(119.002)	(425.263)	(197.927)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	9.394	2.301.072	9.394	3.499.062
Prejuízo diluído por ação de operações em continuidade - R\$	(42,77)	(0,05)	(45,27)	(0,06)

Itens	Controladora			
	Período de três meses findo em		Período de seis meses findo em	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Prejuízo atribuível aos acionistas controladores da Companhia de operações em continuidade e descontinuadas	(401.754)	(119.002)	(425.263)	(197.777)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	9.394	2.301.072	9.394	3.499.062
Prejuízo diluído por ação de operações em continuidade e descontinuadas - R\$	(42,77)	(0,05)	(45,27)	(0,06)

Itens	Consolidado			
	Período de três meses findo em		Período de seis meses findo em	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Prejuízo atribuível aos acionistas controladores da Companhia de operações em continuidade	(401.754)	(119.093)	(425.263)	(175.814)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	9.394	2.301.072	9.394	3.499.062
Prejuízo diluído por ação de operações em continuidade - R\$	(42,77)	(0,05)	(45,27)	(0,05)

Itens	Consolidado			
	Período de três meses findo em		Período de seis meses findo em	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Prejuízo atribuível aos acionistas controladores da Companhia de operações em continuidade e descontinuadas	(401.754)	(119.002)	(425.263)	(197.777)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	9.394	2.301.072	9.394	3.499.062
Prejuízo diluído por ação de operações em continuidade e descontinuadas - R\$	(42,77)	(0,05)	(45,27)	(0,06)

24 Resultado financeiro

Itens	Controladora			
	Período de três meses findo em		Período de seis meses findo em	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Receitas Financeiras				
Rendas de aplicações financeiras	200	188	439	361
Rendimentos de contratos de mútuo	6	117	99	249
Variação monetária	22	22	23	28
Juros sobre recebíveis	162	417	322	576
Outras receitas financeiras	4	15	5	18
Total receitas financeiras	394	759	888	1.232
Despesas Financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(31.993)	(1.530)	(34.026)	(3.213)
Juros e encargos sobre debêntures	(11.373)	(2.185)	(11.373)	(2.724)
Ajuste a valor presente	(309.861)	-	(310.683)	-
Juros de contratos de mútuo	(21.218)	(18.771)	(45.024)	(36.159)
Descontos concedidos	-	-	(765)	-
Juros sobre fornecedores	(16.475)	(374)	(18.775)	(635)
Multas e juros sobre impostos	(286)	(149)	(14.654)	(307)
Despesas bancárias, IOF e outros	(988)	(1.182)	(1.745)	(2.551)
Total das despesas financeiras	(392.194)	(24.191)	(437.045)	(45.589)
Variação cambial ativa	212.679	137.248	410.770	285.296
Variação cambial passiva	(184.805)	(132.911)	(357.095)	(302.953)
Variação cambial líquida	27.874	4.337	53.675	(17.657)

Notas Explicativas

Itens	Consolidado			
	Período de três meses findo em		Período de seis meses findo em	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Receitas Financeiras				
Rendas de aplicações financeiras	480	207	891	406
Variação monetária	573	62	751	234
Juros sobre recebíveis	310	564	618	868
Outras receitas financeiras	1.420	459	1.535	562
Total receitas financeiras	2.783	1.292	3.795	2.070
Despesas Financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(32.196)	(5.965)	(36.097)	(11.195)
Juros sobre <i>Bonds</i>	(29.232)	(1.115)	(29.232)	(2.143)
Juros e encargos sobre debêntures	(11.373)	(2.185)	(11.373)	(2.724)
Ajuste a valor presente	(393.792)	-	(394.788)	-
Descontos concedidos	-	-	(765)	-
Juros sobre fornecedores	(16.475)	(944)	(18.775)	(1.511)
Multas e juros sobre impostos	(1.802)	(302)	(17.257)	(992)
Despesas bancárias, IOF e outros	(1.985)	(1.830)	(3.364)	(4.496)
Total das despesas financeiras	(486.855)	(12.341)	(511.651)	(23.061)
Variação cambial ativa	190.936	173.318	380.750	325.222
Variação cambial passiva	(156.490)	(177.531)	(326.785)	(356.725)
Variação cambial líquida	34.446	(4.213)	53.965	(31.503)

25 Outras receitas e despesas operacionais

Itens	Controladora			
	Período de três meses findo em		Período de seis meses findo em	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Provisão para perdas processos judiciais	(1.755)	(2.107)	(2.506)	(2.534)
Provisão de perdas pela não recuperabilidade de ativos	-	(60.000)	-	(60.000)
Provisão de perdas com obsolescência de estoques	(1.875)	(1.790)	(5.024)	(1.648)
Perdas extraordinárias e ajuste a valor de mercado com estoques	-	-	(3.613)	-
Despesa de ociosidade de produção	(2.863)	(6.096)	(5.592)	(11.507)
Receita de venda de investimento	-	-	28.599	-
Custo de investimento vendido	-	-	(15.284)	-
Outros	52	50	(76)	9
Total	(6.441)	(69.943)	(3.496)	(75.680)

Itens	Consolidado			
	Período de três meses findo em		Período de seis meses findo em	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Provisão para perdas processos judiciais	(679)	(18.352)	(15)	(19.284)
Provisão de perdas pela não recuperabilidade de ativos	-	(60.000)	-	(60.000)
Provisão de perdas com obsolescência de estoques	(2.025)	(2.105)	(5.514)	(2.107)
Perdas extraordinárias e ajuste a valor de mercado com estoques	-	-	(3.613)	-
(Perda) Ganho na alienação de ativo imobilizado	(11.712)	65	(11.712)	396
Despesa de ociosidade de produção	(3.340)	(9.733)	(6.761)	(17.055)
Receita de venda de investimento	-	-	28.599	-
Custo de investimento vendido	-	-	(15.284)	-
Outros	(695)	173	(837)	102
Total	(18.451)	(89.952)	(15.137)	(97.948)

Notas Explicativas

26 Despesas por natureza

Itens	Controladora			
	Período de três meses findo em		Período de seis meses findo em	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Depreciação e amortização	(2.076)	(2.224)	(4.226)	(4.509)
Despesas com pessoal	(3.159)	(10.117)	(5.779)	(17.665)
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	(2.315)	1.668	(4.480)	(662)
Comissões	(201)	(340)	(371)	(657)
Despesas de fretes	(76)	(51)	(140)	(121)
Serviços de consultoria jurídica e tributária	(2.057)	(1.508)	(4.316)	(3.306)
Despesas com viagens	(129)	(85)	(253)	(218)
Provisão de perdas de contingências	(1.755)	(2.131)	(2.741)	(3.019)
Provisão perdas pela não recuperabilidade de ativos	-	(60.000)	-	(60.000)
Valor residual na baixa de imobilizado	-	(2)	-	(3)
Provisão de multas contratuais	(152)	56	(159)	(800)
Perdas com obsolescência de estoques	(1.875)	(1.796)	(5.026)	(1.654)
Custo de ociosidade de produção	(2.863)	(6.096)	(5.592)	(11.507)
Perdas extraordinários com estoques	-	-	(4.668)	-
Custo de investimento vendido	-	-	(15.284)	-
Outras (despesas) receitas	(706)	(1.274)	(203)	(3.487)
	<u>(17.364)</u>	<u>(83.900)</u>	<u>(53.238)</u>	<u>(107.608)</u>
Classificados como:				
Custos dos produtos vendidos	(4.719)	(6.161)	(9.298)	(16.211)
Despesas com vendas	(506)	(1.258)	(1.428)	(3.744)
Despesas gerais e administrativas	(3.587)	(3.685)	(7.013)	(7.210)
Remuneração dos administradores	(1.055)	(2.848)	(2.110)	(4.141)
Outras despesas operacionais	(7.497)	(69.948)	(33.389)	(76.302)
	<u>(17.364)</u>	<u>(83.900)</u>	<u>(53.238)</u>	<u>(107.608)</u>

Notas Explicativas

Itens	Consolidado			
	Período de três meses findo em		Período de seis meses findo em	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Depreciação e amortização	(12.637)	(12.582)	(25.216)	(24.974)
Despesas com pessoal	(28.665)	(52.962)	(67.441)	(103.237)
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	(5.557)	(7.864)	(13.528)	(30.320)
Comissões	(266)	(366)	(478)	(704)
Despesas de fretes	(124)	(81)	(631)	(224)
Serviços de consultoria jurídica e tributária	(3.446)	(2.233)	(6.830)	(5.200)
Despesas com viagens	(185)	(169)	(368)	(379)
Provisão de perdas de contingências	(1.033)	(18.536)	(4.997)	(19.929)
Provisão perdas pela não recuperabilidade de ativos	-	(60.000)	-	(60.000)
Valor residual na baixa de imobilizado	(11.718)	(103)	(11.718)	(1.475)
Provisão de multas contratuais	(1.391)	(408)	(1.520)	(1.760)
Perdas com obsolescência de estoques	(2.025)	(2.226)	(5.516)	(2.228)
Custo de ociosidade de produção	(3.340)	(9.733)	(6.761)	(17.055)
Perdas extraordinários com estoques	-	-	(4.668)	-
Ajuste de inventário	-	(125)	-	(1.134)
Custo de investimento vendido	-	-	(15.284)	-
Outras (despesas) receitas	(5.166)	(2.590)	(10.080)	(6.612)
	<u>(75.553)</u>	<u>(169.978)</u>	<u>(175.036)</u>	<u>(275.231)</u>
Classificados como:				
Custos dos produtos vendidos	(42.682)	(61.754)	(97.936)	(138.040)
Despesas com vendas	(2.121)	(3.161)	(3.997)	(7.619)
Despesas gerais e administrativas	(9.806)	(11.668)	(21.167)	(24.414)
Remuneração dos administradores	(1.055)	(2.848)	(2.110)	(4.141)
Outras despesas operacionais	(19.889)	(90.547)	(49.826)	(101.017)
	<u>(75.553)</u>	<u>(169.978)</u>	<u>(175.036)</u>	<u>(275.231)</u>

27 Informações por segmento de negócio e região geográfica

A Administração da Companhia definiu os segmentos operacionais do Grupo, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pelo Conselho de Administração e considera que os mercados de atuação estão segmentados nas linhas de **Produtos** e **Serviços**, mesma composição apresentada na nota explicativa nº 1.

Geograficamente, a Administração considera o desempenho dos mercados brasileiros e América do Sul em geral. A distribuição por região é considerada a localização das empresas do Grupo e não a localização do cliente.

A receita gerada pelos segmentos operacionais reportados é oriunda, principalmente de:

- a. **Produtos:** cabos de ancoragem de plataformas em águas profundas, válvulas manuais e automatizadas para uso em aplicação, exploração, produção, transporte e refino de petróleo e cadeia de hidrocarbonetos, equipamentos de completação de poços de petróleo, revestimentos de tubos de perfuração e produção.
- b. **Serviços:** serviços de sondas de perfuração e *workover*, intervenção em poços, *drilling*, revestimentos e inspeção de tubulações.

As vendas entre os segmentos foram realizadas como vendas entre partes independentes. A receita de partes externas informadas à Diretoria-Executiva foi mensurada de maneira condizente com aquela apresentada na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

Os valores fornecidos à Diretoria-Executiva com relação ao total do ativo são consistentes com os saldos registrados nas demonstrações financeiras. Esses ativos são alocados com base nas operações do segmento e no local físico do ativo.

Os valores fornecidos à Diretoria-Executiva com relação ao total do passivo são consistentes com os saldos registrados nas demonstrações financeiras. Esses passivos são alocados com base nas operações do segmento.

As receitas da Companhia apresentam maior concentração envolvendo o cliente Petrobrás, diretamente e indiretamente, o qual respondeu no período de seis meses findo em 30 de junho de 2016 por aproximadamente 58,72% das receitas totais da Companhia e suas controladas (57,70% no período de seis meses findo em 30 de junho de 2015).

As informações por segmento estão demonstradas abaixo:

	Período de três meses findo em					
	Produtos		Serviços		Consolidado	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Receita Líquida de vendas	6.562	9.684	22.770	56.250	29.332	65.934
Custo dos produtos vendidos	(6.505)	(6.876)	(36.177)	(54.878)	(42.682)	(61.754)
Lucro (Prejuízo) Bruto	57	2.808	(13.407)	1.372	(13.350)	4.180
Despesas de vendas	(818)	(1.491)	(1.303)	(1.670)	(2.121)	(3.161)
Despesas administrativas	(3.321)	(3.608)	(6.485)	(8.060)	(9.806)	(11.668)
Remuneração dos administradores	(238)	(312)	(817)	(2.536)	(1.055)	(2.848)
Equivalência patrimonial	-	(371)	-	-	-	(371)
Outras receitas (despesas), líquidas	(7.379)	(71.002)	(11.072)	(18.950)	(18.451)	(89.952)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	(11.699)	(73.976)	(33.084)	(29.844)	(44.783)	(103.820)
	Produtos		Serviços		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Ativos identificáveis (1)	216.850	226.815	345.490	428.419	562.340	655.234
Passivos identificáveis (2)	81.683	22.705	301.036	278.745	382.719	301.450
	Período de três meses findo em					
	Produtos		Serviços		Consolidado	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Depreciação e amortização	(1.848)	(2.096)	(10.789)	(10.486)	(12.637)	(12.582)
Aquisição de imobilizado	91	27	1.604	788	1.695	815

1 - Ativos identificáveis: Clientes, Estoques, Imobilizado, Ágio, Impostos a recuperar e Aplicação Restrita

2 - Passivos Identificáveis: Fornecedores e Empréstimos

Notas Explicativas

	Período de seis meses findo em					
	Produtos		Serviços		Consolidado	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Receita Líquida de vendas	12.310	23.384	63.710	125.763	76.020	149.147
Custo dos produtos vendidos	(12.845)	(18.409)	(85.091)	(119.631)	(97.936)	(138.040)
Lucro (Prejuízo) Bruto	(535)	4.975	(21.381)	6.132	(21.916)	11.107
Despesas de vendas	(1.911)	(4.355)	(2.086)	(3.264)	(3.997)	(7.619)
Despesas administrativas	(6.441)	(7.455)	(14.726)	(16.959)	(21.167)	(24.414)
Remuneração dos administradores	(374)	(531)	(1.736)	(3.610)	(2.110)	(4.141)
Equivalência patrimonial	-	(371)	-	-	-	(371)
Outras receitas (despesas), líquidas	(15.400)	(77.808)	263	(20.140)	(15.137)	(97.948)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	(24.661)	(85.545)	(39.666)	(37.841)	(64.327)	(123.386)
	Produtos		Serviços		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Ativos identificáveis (1)	216.850	226.815	345.490	428.419	562.340	655.234
Passivos identificáveis (2)	81.683	22.705	301.036	278.745	382.719	301.450
	Produtos		Serviços		Consolidado	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Depreciação e amortização	(3.758)	(4.335)	(21.458)	(20.639)	(25.216)	(24.974)
Aquisição de imobilizado	202	30	1.915	3.035	2.117	3.065

1 - Ativos identificáveis: Clientes, Estoques, Imobilizado, Ágio, Impostos a recuperar e Aplicação Restrita

2 - Passivos Identificáveis: Fornecedores e Empréstimos

As informações por região geográfica estão demonstradas abaixo:

	Período de três meses findo em					
	Brasil		América do Sul		Consolidado	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Receita Líquida de vendas	23.593	45.954	5.739	19.980	29.332	65.934
	Brasil		América do Sul		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Ativos identificáveis (1)	518.446	548.438	43.894	106.796	562.340	655.234
Passivos identificáveis (2)	357.991	273.357	24.728	28.093	382.719	301.450
	Brasil		América do Sul		Consolidado	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Depreciação e amortização	(9.393)	(9.949)	(3.244)	(2.633)	(12.637)	(12.582)
Aquisição de imobilizado	1.695	(24)	-	839	1.695	815

1 - Ativos identificáveis: Clientes, Estoques, Imobilizado, Ágio, Impostos a recuperar e Aplicação Restrita

2 - Passivos Identificáveis: Fornecedores e Empréstimos

	Período de seis meses findo em					
	Brasil		América do Sul		Consolidado	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Receita Líquida de vendas	59.289	107.501	16.731	41.646	76.020	149.147
	Brasil		América do Sul		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Ativos identificáveis (1)	518.446	548.438	43.894	106.796	562.340	655.234
Passivos identificáveis (2)	357.991	273.357	24.728	28.093	382.719	301.450
	Brasil		América do Sul		Consolidado	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Depreciação e amortização	(19.801)	(19.859)	(5.415)	(5.115)	(25.216)	(24.974)
Aquisição de imobilizado	1.937	1.115	180	1.950	2.117	3.065

1 - Ativos identificáveis: Clientes, Estoques, Imobilizado, Ágio, Impostos a recuperar e Aplicação Restrita

2 - Passivos Identificáveis: Fornecedores e Empréstimos

Notas Explicativas

28 Ativos e passivos mantidos para venda

28.1 Ativos e passivos mantidos para venda

O montante de R\$ 15.284, apresentado em 31 de dezembro de 2015 como ativos mantidos para venda, tanto na controladora como no consolidado, se refere a participação societária na Vicinay Marine, S.L. sendo, que esta operação foi aprovada pelo juiz da 1ª Vara de Falências, Recuperações Judiciais e Conflitos Relacionados à Arbitragem de Capital, e o produto desta venda foi destinado integralmente à execução do Plano de Recuperação Judicial. Em 07 de março de 2016, foi concluída a venda, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.2.

No contexto das ações de reestruturação das operações da Companhia, a Administração tem conduzido ações e negociações que poderão resultar na alienação de determinados ativos. A alienação de tais ativos somente será considerada altamente provável à medida que haja um entendimento prévio entre as partes e, principalmente, haja autorização judicial para a concretização do negócio, uma vez que tal autorização é requisito essencial no processo de recuperação judicial.

28.2 Resultado das operações descontinuadas

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, a Companhia não apresentou resultado de operação em descontinuidade.

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2015, apresentou como resultado de operações em descontinuidade, o resultado da controlada indireta Jefferson Sudamericana S/A, e suas unidades Jefferson Solenoid Valves U.S.A., Inc., Valjeff S/A de C.V. e Jefferson Solenoidbras Ltda., conforme está sendo apresentado a seguir:

Notas Explicativas

	<u>Controladora</u> <u>30/06/2015</u>	<u>Consolidado</u> <u>30/06/2015</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	-	2.642
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	-	(1.724)
LUCRO BRUTO	-	918
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Com vendas	-	(449)
Gerais e administrativas	-	(505)
Outras receitas, despesas operacionais líquidas	150	(21.788)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	150	(21.824)
RESULTADO FINANCEIRO		
Despesas financeiras	-	(128)
Variação cambial, líquida	-	14
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	150	(21.938)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		
Correntes	-	(25)
PREJUÍZO DAS OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	<u>150</u>	<u>(21.963)</u>

28.3 Fluxo de caixa das operações descontinuadas

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2015 a Companhia apresenta como fluxo de caixa dos ativos mantidos para venda, o fluxo da controlada indireta Jefferson Sudamericana S/A, e suas unidades.

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, a Companhia não apresentou ativos mantidos para venda.

O fluxo de caixa dos ativos mantidos para venda está apresentado a seguir:

	<u>Consolidado</u> <u>30/06/2015</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(807)
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(4)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	521
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	290

Notas Explicativas

29 Eventos subsequentes

Plano de Recuperação Judicial do Grupo Lupatech

O Grupo Lupatech na data de 14 de julho de 2016, apresentou manifestação nos autos da recuperação judicial pleiteando a prorrogação do “*stay period*” pelo período de 90 dias, por razões alheias a vontade do Grupo Lupatech, tendo em vista o provimento dado aos Agravos de Instrumento e a consequente anulação do Plano, o qual foi deferido em 18 de julho de 2016. Portanto, por cautela, considera-se que, naquela data, o Grupo Lupatech tomou ciência dos Acórdãos que anularam o Plano e, conseqüentemente, o Plano perdeu sua eficácia, deixando de obrigar o Grupo Lupatech e seus credores aos termos nele previstos.

O Grupo Lupatech opôs seus embargos de declaração para fins de prequestionamento aos Acórdãos, visando preparação de futuro recurso especial ao STJ.

Não obstante, sem prejuízo de eventual recurso especial a ser interposto e salvo eventual decisão liminar favorável neste recurso, o Grupo Lupatech deverá apresentar novo Plano de Recuperação Judicial no prazo de 45 dias da publicação do Acórdão, o qual será levado à votação em Assembleia Geral de credores e à homologação pelo Juízo.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Conselheiros e Diretores da

Lupatech S.A. – Em Recuperação Judicial

Nova Odessa – São Paulo

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Lupatech S.A. – Em Recuperação Judicial (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Recuperação judicial

Conforme mencionado na nota explicativa no 1.1(I) às informações contábeis intermediárias, em 18 de novembro de 2015, a Lupatech S.A. e suas controladas diretas e indiretas, tiveram seu plano de recuperação judicial aprovado pelos credores em Assembleia Geral, tendo sido homologado pelo Juízo da 1ª Vara de Falências, Recuperações Judiciais e Conflitos Relacionados à Arbitragem da Capital de São Paulo, em 11 de dezembro de 2015. Durante o exercício de 2016, a Companhia e certas controladas realizaram ações que estavam previstas no plano de recuperação judicial, incluindo a venda de participação societária (nota 1.2) e a concentração da dívida concursal das empresas brasileiras do grupo econômico na Lupatech S/A (nota 1.1(II.a)). Em 27 de junho de 2016, a 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo deu provimento aos agravos de instrumento impetrados por dois credores que requeriam a reforma da decisão judicial que homologou o plano de recuperação judicial da Companhia e suas controladas. Nesta decisão, cuja vigência dos efeitos jurídicos iniciou-se em 14 de julho de 2016, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo declarou a nulidade do plano de recuperação judicial da Companhia e determinou a apresentação de um novo plano em até 45 dias contados da data de publicação da decisão. A Companhia opôs embargos de declaração visando o questionamento da matéria e preparação de futuro recurso especial. Na data de autorização para emissão destas informações contábeis intermediárias, a Administração estava em processo de preparação de recurso especial contra a decisão de anulação do plano, bem como elaborando um novo plano de recuperação judicial a ser apresentado aos credores para atender à determinação da decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e, conforme mencionado na nota explicativa 1.1(III e IV), entende ter chances de obter êxito em ambas as ações. Os impactos da decisão de anulação do plano de recuperação judicial homologado em dezembro de 2015 sobre as informações contábeis intermediárias de 30 de junho de 2016 estão descritos na nota explicativa 1.1(IV). Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Continuidade operacional

A Companhia e suas controladas têm gerado prejuízos recorrentes e durante o período findo em 30 de junho de 2016 incorreram em prejuízo consolidado de R\$ 425.263 mil, sendo 363.168 mil resultado da reversão dos efeitos do cálculo do valor presente da reestruturação de seu endividamento aprovado no plano de recuperação judicial, agora anulado, e não têm gerado caixa em montante suficiente para a liquidação de suas obrigações. Essas condições, juntamente com o fato de o plano de recuperação judicial anteriormente aprovado pelos credores e homologado pelo poder judiciário ter sido anulado por decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, conforme descrito no parágrafo anterior, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de a Companhia e suas controladas continuarem operando. A continuidade operacional depende de a Companhia e suas controladas terem êxito no poder judiciário em recurso especial contra a decisão de anulação do plano de recuperação originalmente aprovado pelos credores ou, alternativamente, do sucesso da Administração em obter aprovação dos credores e a homologação de um novo plano de recuperação judicial, bem como do sucesso dos planos da Administração para reestruturação das operações e obtenção de recursos adicionais, conforme descrito nas notas explicativas 1.1(III) e 1.2 às informações contábeis intermediárias. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a este assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 12 de agosto de 2016.

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/F-7

Cristiano Jardim Seguecio

Contador CRC SP-244525/O-9 T-RS

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

LUPATECH S.A.

C.N.P.J. nº 89.463.822/0001-12

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o Formulário de Informações Trimestrais da Companhia – ITR referente ao semestre findo em 30 de junho de 2016.

Nova Odessa, 12 de agosto de 2016.

Ricardo Doebeli – Presidente

Carlos Mario Calad Serrano - Diretor de Serviços

Edson Antônio Foltran – Diretor de Supply

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

LUPATECH S.A.

C.N.P.J. nº 89.463.822/0001-12

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o relatório dos auditores independentes sobre o Formulário de Informações Trimestrais da Companhia referente ao semestre findo em 30 de junho de 2016.

Nova Odessa, 12 de agosto de 2016.

Ricardo Doebeli – Presidente

Carlos Mario Calad Serrano - Diretor de Serviços

Edson Antônio Foltran – Diretor de Supply